

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais
Curso de Graduação em Ciências Econômicas

LUCIANO NEVES CÓRDOVA

AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA:
Relações entre Brasil e Argentina

Florianópolis
2014

LUCIANO NEVES CÓRDOVA

AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA:
Relações entre Brasil e Argentina

Monografia apresentada ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9 ao aluno Luciano Neves Córdova na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. *Nildo Domingos Ouriques*

Prof. Dr. *Lauro Francisco Mattei*

Prof. *Daniel Corrêa da Silva*

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a meus pais que me proporcionaram as condições que me fizeram ser quem eu sou hoje. Deram-me liberdade para escolher minhas praias e montanhas. Sem a imprescindível ajuda deles, seja no plano material, seja no plano psicológico nada disso seria possível.

À minha família, especialmente a minha tia Salete por estar disposta a me ajudar em todas as vezes que eu precisei e por despertar em mim uma grande curiosidade em tenra idade.

Agradeço também ao CALE que me permitiu uma formação que jamais teria tido dentro de uma sala de aula, que me mostrou a importância da prática política para alterar a realidade. Individualmente algumas coisas até podem ser mais fáceis, mas atitudes individuais nunca construirão algo consequente. Só a coletividade pode mudar o mundo. Isso por si só já provoca abalos sísmicos.

É a eles que igualmente agradeço. Perdido no meio do caos de seus tremores foi possível notar que o choque de contrários é o motor que move a Terra. É neste caos que as placas tectônicas encontram um novo arranjo.

A meus amigos que encontrei ao longo do curso de Economia. Alguns vieram a converter-se em grandes companheiros para tudo, como todos que estavam próximos a mim naquele dinâmico ano de 2011, que estavam dispostos a compartilhar comigo todas aquelas tardes de segunda-feira no antigo anexo do Centro Socioeconômico. Bem como, aos novos grandes amigos que surgiram depois, especialmente em 2013.

Agradeço aos professores comprometidos do Departamento de Economia e Relações Internacionais, àqueles que são capazes de acender um espírito crítico e de autonomia intelectual na mente de seus estudantes.

À Lucía por ter ampliado as minhas margens de sentimentos, das quais eu pensava que já estavam consolidadas, que inocente ilusão. Isso fez da minha existência algo mais emocionante, mais bela e mais completa.

RESUMO

O processo de acomodação e consolidação do capital internacional na América Latina, especialmente a partir da década de 1950, não ocorreu de maneira suave e indolor como uma olhada superficial pode supor. Foi um procedimento acima de tudo exógeno a dinâmica interna das economias latino-americanas, a qual algumas buscavam alternativas ao desenvolvimento dependente. Deu-se, portanto, pois era necessário a manutenção do capitalismo internacional, como mais uma forma de neutralizar o imenso excedente econômico criado depois do período pós-guerra. Para tanto foi mandatário aniquilar uma ideia de integração latino-americana, cuja origem remonta ao século XIX, em benefício de uma ideia pan-americana, que incluía o centro hegemônico do sistema capitalista: os Estados Unidos. Nesse esquema as empresas multinacionais, especialmente as norte-americanas, funcionam como um posto avançado dos interesses do capital internacional. Tais empresas, para poderem se expandir, tiveram que superar obstáculos das mais variadas formas, desde suplantarem os trabalhadores de seus próprios países de origem até alterar a maneira como se organizavam suas administrações. Também tiveram que lidar com interesses conflitantes dentro das próprias economias dependentes, tanto oriundos dos governos desses países, como de seus trabalhadores. Ao realizarem tais tarefas interferiram de maneira irreversível na estrutura produtiva e ideológica das nações dependentes, a ponto de ditar rumos políticos e de os setores de maior densidade tecnológica dessas economias serem dominadas pelo capital internacional, constituindo, dessa maneira, uma grande fonte de investimentos, mas ao mesmo tempo, um grandíssimo mecanismo de transferência de valor e descapitalização. Portanto, este trabalho trata da empresa multinacional, seus avanços e suas contradições na América Latina e em especial como esse capital se inseriu dentro das relações entre Brasil e Argentina, através dos inúmeros planos de estabilização que esses países sofreram ao longo dos anos e pelo enfraquecimento da classe trabalhadora. Está estruturado da seguinte forma: primeiro apresenta-se um breve referencial teórico e metodológico sobre a problemática da expansão do capital internacional. Em seguida debruça-se sobre empresa multinacional. Depois, faz um vínculo entre a teoria da multinacional exposta e a história da integração latino-americana, que é a história da imposição do modelo estadunidense de integração. Posteriormente, explica porque o modelo de integração pan-americana que vimos ao longo do século XX não funcionou devido essencialmente a sua natureza e a suas contradições indissolúveis, as quais criam enormes distorções nas economias desses países. A partir daí faz-se uma comparação entre os processos de desenvolvimento capitalista do Brasil e da Argentina e demonstra que ao falar de industrialização e internacionalização nesses dois países, está-se falando do enfraquecimento da classe trabalhadora. Apresenta também os efeitos atuais do processo de integração latino-americano pan-americanista e, ao final, ousa começar um debate sobre como seria um processo de integração alternativo ao que se tem hoje.

Palavras-chaves: empresas multinacionais; integração latino-americana; dependência econômica; relações Brasil-Argentina; capital internacional.

RESUMEN

El proceso de acomodación y consolidación del capital internacional en latinoamerica, especialmente a partir de la década de 1950, no ocurrió de manera suave y indoloro como un vistazo superficial puede suponer. Fue un procedimiento por encima de todo exógeno a dinámica interna de las economías latinoamericanas, cuyas algunas buscaban alternativas al desarrollo dependiente. Sucedió, por lo tanto, porque era necesario para la manutención del capitalismo internacional, como más una forma de contrarrestar el inmenso excedente económico creado después del período postguerra. Para tanto fue imperioso aniquilar una idea de integración latinoamericana, cuya origen remonta al siglo XIX, en beneficio de una idea panamericana, que incluía el centro hegemónico del sistema capitalista: los Estados Unidos. En ese esquema las empresas multinacionales, especialmente las norteamericanas, funcionan como un puesto avanzado de los intereses del capital internacional. Tales empresas, para que se puedan expandir, tuvieron que superar obstáculos de las más variadas formas, desde suplantar los trabajadores de sus propios países de origen hasta alterar la manera como se organizaban sus administraciones. También tuvieron que lidiar con intereses opuestos dentro de las propias economías dependientes, tanto oriundos de los gobiernos de esos países, como de sus trabajadores. Al realizar tales tareas interferiran de modo irreversible en la estructura productiva e ideológica de las naciones dependientes, a punto de dictar rumbos políticos y de los sectores de mayor densidad tecnológica de esas economías ser dominadas por el capital internacional, constituyendo, de esa manera, una gran fuente de inversiones, pero al mismo tiempo, un grandísimo mecanismo de transferencia de valor y descapitalización. . Por lo tanto, este trabajo trata de la empresa multinacional, sus avances y suas contradicciones en América Latina y en especial como ese capital se insertó dentro de las relaciones entre Brasil y Argentina, a través de los innumerables planes de estabilización que esos países enfrentaron a lo largo de los años y por el debilitamiento de la clase obrera. Está estructurado de la siguiente forma: primero se presenta una breve referencia teórica y metodológica. Enseguida expone sobre la empresa multinacional. Después, hace un vínculo entre la teoria de la multinacional expuesta y la historia de la integración latinoamericana, que es la historia de la imposición del modelo estadounidense de integración. Posteriormente, explica porque el modelo de integración panamericana que hemos visto a lo largo del siglo XX no funcionó debido esencialmente a su naturaleza y sus contradicciones indisolubles, las cuales crean enormes distorsiones en las economías de esos países. A partir de ahí se hace una comparación entre los procesos de desarrollo capitalista de Brasil y Argentina y demuestra que al hablar de industrialización e internacionalización emnesos dos países, se está hablando del debilitamiento de la clase obrera. Presenta también los efectos atuais del proceso de integración latinoamericano panamericanista y, al final, osa comenzar un debate sobre como sería un proceso de integración alternativo al que existe hoy.

Palavras claves: empresas multinacionales; integración latinoamericana; dependencia económica; relaciones Brasil-Argentina; capital internacional.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.2	OBJETIVOS	9
1.2.1	Objetivo Geral	9
1.2.2	Objetivos Específicos	10
1.3	REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO	10
2	A EMPRESA MULTINACIONAL.....	24
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EMPRESA MULTINACIONAL.....	24
2.2	INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E A EMPRESA MULTINACIONAL...	30
2.3	EMPRESA MULTINACIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS ECONOMIAS DEPENDENTES	33
2.4	CONTRADIÇÕES DO MOVIMENTO DE EXPORTAÇÕES DO CAPITAL	39
2.5	AMÉRICA LATINA E MULTINACIONAIS	43
3	A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	51
3.1	A IMPOSIÇÃO DO PAN-AMERICANISMO SOBRE O LATINO- AMERICANISMO	51
3.2	LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PAN-AMERICANISMO	77
4	RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA.....	83
4.1	DIFERENÇAS E SIMILITUDES DOS DOIS PAÍSES NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL	83
5	CONCLUSÃO	112
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REFERÊNCIAS	129

1 INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

As multinacionais no processo de integração latino-americano historicamente estiveram presentes, antes materializadas como enclave, ou seja, fixavam-se em território dependente, porém tinha seus produtos voltados ao mercado externo e exerciam pouca influência na dinâmica das economias dependentes, apenas aproveitavam-se dos custos mais baratos para tornarem-se mais competitivas no mercado dos países de suas sedes. Depois, como resultado da internacionalização do capital¹, fruto único da incapacidade do capital continuar operando em bases estritamente nacionais, dada a sua necessidade de reprodução cada vez maior, as empresas multinacionais passaram a produzir diretamente para os mercados internos das economias periféricas. Essa mudança tornou as corporações multinacionais muito mais complexas. Agora seria necessário que essas empresas influenciassem, de certo modo, as economias dependentes. Essa influência deu-se através do papel preponderante que essas empresas exerceram nas decisões de políticas que tiveram e que tem esse intuito integrativo. Isso se torna mais facilmente visualizado a partir da década de 1990 com as reformas neoliberais enfrentadas pelos países do continente e que teve seu auge com a tentativa de implementar a ALCA² (Área de Livre Comércio das Américas) - o que seria um instrumento incontestado de facilitação da entrada de capital estadunidense na América Latina e auxiliá-lo-ia na sua concorrência com os capitais japoneses e alemães - bem como através de tendências que em teoria iriam contra essa onda neoliberal, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), mas que em certa medida auxiliou na consolidação desse capital estrangeiro e multinacional nos países da América Latina, na medida em que cria mercados para dentro de outros países do continente para empresas multinacionais que já estão fixadas em um país latino-americano.

Um exemplo ilustrativo dessa situação é o caso do Brasil, grande exportador de produtos primários, insumos e matérias-primas para as nações centrais da Europa, Ásia e os Estados Unidos. Porém, quando se observa o comércio exterior brasileiro realizado a nível regional e também para a África a participação das manufaturas aumenta significativamente,

¹ Vista a partir do término da segunda guerra mundial

² Não existem movimentações acerca do projeto da ALCA desde novembro de 2005 quando foi realizada a última cúpula da Américas realizada em Mar del Plata, Argentina.

tornando-se o principal tipo de produto que o Brasil exporta, ou seja, a característica do produto exportado se inverte.

Contudo, é necessário observar com bastante cautela essa inversão: pois será ela realmente interessante ao desenvolvimento do país? Será um sinal que o Brasil está aumentando a densidade tecnológica de seus produtos e produzindo tecnologias autonomamente? O excedente produzido por essas empresas é um gerador de riquezas dentro das fronteiras latino-americanas? Está o Brasil se livrando das amarras da dependência que tanto o afetou durante séculos? O Brasil está se tornando uma nação subimperialista? A resposta pode não ser tão óbvia quanto pareça. Primeiro, é crucial analisar de que forma se dá essa inserção do Brasil na América Latina; como é composta a estrutura do capital dessas empresas exportadoras de produtos manufaturados que atuam em no País e qual nação é a controladora ou acionista majoritária desse capital. Ao fazer essa apreciação se depara com dados que merecem uma análise mais profunda: Para exemplificar como está o comércio exterior brasileiro com a Argentina, mostra-se este excerto:

Em 2010, as principais empresas brasileiras exportadoras para Argentina³ foram: Fiat Automóveis S.A., Renault do Brasil S.A., General Motors do Brasil LTDA, Mercedes-Benz do Brasil LTDA, Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores, Toyota do Brasil LTDA, CIEN Companhia de Interconexão Energética, Ford Motor Company Brasil LTDA, Embraer S.A., e Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis LTDA. Dessas dez, somente duas (CIEN y Embraer) tem capital com origem nacional, e oito são empresas estrangeiras do setor automobilístico. (DA SILVA, 2011, tradução do autor).

Assim é possível identificar dois agentes que atuam de maneira relevante no processo de integração latino-americano: os estados-nacionais, que devem resguardar os interesses nacionais e ser um mediador da luta de classes, mas que de fato representam as empresas nacionais e a sua burguesia na grande maioria dos países da América Latina, oprimindo a classe subalterna; e as empresas multinacionais que em essência visam a sua própria reprodução e manutenção a despeito da superação do subdesenvolvimento que assola a região. Desse modo o primeiro fator poderia ser denominado de agente interno e que em sua última instância deve responder a estímulos internos, oriundos de seu próprio país; e o segundo fator poderia ser denominado de agente externo que responde a estímulos globais e depende fundamentalmente do ciclo de acumulação do capitalismo central, tendo como centro

³ O Brasil é o maior parceiro comercial desse país. Observação do autor.

gravitacional seu país de origem, e, portanto alheio à dinâmica interna das economias, na qual funda suas filiais, apesar de influenciá-las de uma maneira significativa e nenhum pouco negligenciável.

Tal influência é observável na medida em que se faz necessário fundir os interesses das empresas multinacionais com o interesse dos estados-nacionais e da burguesia nacional. Essa é a condição, que na qual sem ela, não seria possível a disseminação do capital estrangeiro de maneira pacífica e progressiva e do capitalismo para todos os campos do globo, e de maneira especial na periferia chamada: América Latina. Para tanto se oblitera a real característica do excedente que será produzido por essas empresas em território periférico, convertendo-o em agente capitalizador do desenvolvimento nacional⁴, gerador de emprego e propulsor da construção de obras de infraestrutura, capaz de dinamizar toda a economia local e proporcionar um desenvolvimento associado, através de um ciclo virtuoso denominado multiplicador.

Com isso em mente se parte para integração continental, pensando esse processo como mais um agente capitalizador do desenvolvimento, dessa vez pensada em escala que rompe os limites nacionais. Essa integração seria eficaz em proporcionar um consumo além das fronteiras de produção através da dinamização do comércio exterior e que é capaz de tratar as economias de diversos países da mesma maneira, por mais desigual que eles sejam. Para isso, bastaria abrir a economia, desregulamentar a entrada de capitais, reduzir tarifas de importação e equilibrar as contas públicas.

Porém, torna-se evidente com a história que essa ideia não rendeu frutos aos países periféricos que continuam em sua senda do subdesenvolvimento, aprofundando-se mais nesse processo, e que a mescla forçada dos interesses das multinacionais com os estados-nacionais tampouco produziu uma boa colheita a esses estados que se encontram deficitários e, por conseguinte, com dívidas que engessam o progresso nacional (The World Factbook, 2012). Eis aí o tema da pesquisa. Por que essa teoria não funcionou? Como funciona o processo de integração latino-americano vinculado às empresas multinacionais? Que alternativa se tem? São perguntas que se procurará responder neste trabalho.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

⁴ Em oposição ao capital meramente especulativo que não gera riqueza

O objetivo principal deste trabalho é discutir como se molda a integração capitalista dos países latino-americanos em seus diversos aspectos e com se dá a interferência de agentes externos, no caso as multinacionais nesse processo, analisando o caso específico do Brasil e da Argentina. Bem como identificar como está o processo atual de integração econômica, especialmente, o caso em questão e buscar entender porque esse atual processo não vem tendo sucesso para a superação do subdesenvolvimento no continente latino-americano.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Apresentar o atual processo de integração latino-americano e como as multinacionais se inserem nesse processo.
2. Investigar os dados empíricos da integração de dois países latino-americanos: Brasil e Argentina para que se possa fundamentar o ponto 1, bem como análise da estrutura do comércio entre esses dois países.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

“O concreto é uma síntese de múltiplas determinações (Karl Marx)”.

1) O método da crítica da Economia Política

A explicação de um fenômeno só poderá ser obtida a partir da análise de seus vários elementos, desse modo, ao estudar a população, por exemplo, há que se observarem seus elementos constitutivos. Muitos deles estarão ocultos a princípio devido a forma caótica de como a realidade é apresentada, disso deriva a importância do método marxista, ao abstrair determinações de um todo caótico e convertê-las em um todo pensado, observa-se as inúmeras relações que existem dentro de um objeto de estudo, ou entre outras partes. Com isso, a abstração é a forma pela qual o pensamento se apropria da realidade econômica, pois na Economia e nas ciências sociais não existem reagentes químicos, catalisadores ou microscópios. Contudo, há que se observar que somente a abstração leva a um conhecimento aparente da sociedade, isso é um conhecimento isolado. A essência, o conhecimento essencial só é possível se as partes abstraídas do todo forem rearticuladas a um todo concreto e pensado. Desse modo Marx identifica duas formas indissolúveis de se chegar ao conhecimento econômico. O primeiro parte do todo caótico e chega ao conhecimento

abstrato. O segundo parte da abstração e retoma ao concreto, só que agora ao concreto pensado com uma “rica totalidade de determinações”. Portanto a partir da fragmentação da realidade caótica, o homem, através do pensamento será capaz de compreender essa realidade de maneira totalizante. Sairá da aparência, da pseudoconcreticidade fruto do utilitarismo, como descreve Kosik, para a essência, algo que corresponde a sua estrutura e a sua dinâmica, dos fenômenos. Esse passo é determinante para o entendimento do fenômeno e de todas as suas conexões. É por isso que Kosik afirma:

A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações; a própria totalidade é que se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo (KOSIK, 1989).

Ou seja, o concreto caótico permite abstrações realizadas através do pensamento, que volta a permitir, por sua vez um novo concreto, dessa vez, pensado. “O ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx)”. Como crítica a Economia Política clássica Marx diz que tais economistas pararam na abstração, não fizeram o conhecimento retornar a um concreto modificado e construíram dedutivamente um sistema econômico. Ao ir do abstrato ao concreto, sem antes ir do concreto ao abstrato levaria a um conjunto vazio de abstrações. Por outro lado ir somente do concreto ao abstrato também não leva uma teoria econômica, mas somente a um conjunto desordenado de abstrações. Assim as abstrações, oriundas do pensamento, devem ser feitas a partir de um princípio unificador, de uma determinada concepção de um todo, cada parte da abstração deve ter em conta este todo.

Nesse sentido o método de Marx tem que ser necessariamente dialético, pois a realidade econômica é concebida por uma totalidade complexa e não por uma realidade natural composta por fatos isolados, como trata o método das ciências naturais. Diante disso Marx percebeu que a base da sociedade moderna é a Economia Política. Não se pode entender, por exemplo, as relações jurídicas por si mesmas, nem a partir do desenvolvimento do espírito humano, como coloca Hegel, mas somente a partir da análise das relações materiais da vida. Assim, descobrir as leis econômicas, seu desenvolvimento e como elas se modificam ao longo da história, já que elas se sobrepõem e determinam a vontade, a consciência e intenção dos homens, torna-se a função precípua para a compreensão da sociedade e para esse intuito a Economia atinge o centro das atenções. – Este é o materialismo histórico. E com essa análise Marx conclui que as leis do capital são as leis que regem a sociedade capitalista.

Portanto o objeto da Economia Política é o modo de produção capitalista, as leis do capital e todo o seu conjunto de relações sociais atuando de forma a conceber sentido as partes, aos indivíduos e aos capitais particulares. Desse modo a realidade é um processo histórico e só poderá ser entendida analisando as bases materiais de reprodução da vida, pois é daí que se originam as demais relações da sociedade. Com isso o *status quo* no capitalismo é definido por uma luta de opostos, no caso classes sociais, nas quais uma é detentora dos meios de produção e a outra tem apenas sua força de trabalho para oferecer. Dessa oposição, essencialmente revolucionária, justamente devido a impossibilidade de conciliação entre as classes, constrói-se a história.

Importante, também, notar que dentro desse esquema estão inseridas todas as determinações de uma realidade específica, já que tem como ponto de partida e chegada um mesmo concreto. Por isso Marx afirma que:

até as categorias mais abstratas, apesar de sua validade – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, são, contudo, no que há de determinado nessa abstração, do mesmo modo o produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições históricas e dentro dos limites dessas mesmas condições. (MARX, 2008, p. 264).

Essa observação é importantíssima, pois afirma que as abstrações de uma realidade só poderão ser consideradas válidas para explicar essa mesma realidade, ainda que as abstrações mais primárias estejam latentes em outras realidades, suas manifestações no concreto pensado dar-se-ão de maneiras distintas dependendo, por exemplo, do grau de complexidade dessa sociedade, de integração produtiva, de organização da atividade produtiva, etc.. Isso leva ao ponto número 2 desde referencial teórico.

2) Teoria Marxista da Dependência

Não apenas a realidade concreta é um processo histórico, como também é o conhecimento. Ele também é derivado das estruturas materiais da vida. Um estudo terá diferentes conclusões se for feito em diferentes épocas históricas. Assim, volta-se a frase inicial deste referencial teórico, segundo a qual o concreto é uma síntese de múltiplas (e infinitas) determinações, que podem ser realizadas em diferentes estágios históricos. Isso é fundamental para a maior absorção da realidade, pois quando se debruça sobre um tema, mais o pensamento será capaz de refletir a riqueza do real, e mais, será capaz de reorganizar a

teoria a realidade, ao espaço geográfico, com suas peculiaridades, e ao grau de desenvolvimento material atual.

Diante dessa perspectiva surge nas décadas de 1960 e 1970, a Teoria Marxista da Dependência, que ao rearranjar as categorias de Marx, apresenta-as como uma resposta ao porquê de os países subdesenvolvidos não alcançaram o desenvolvimento econômico e social como aconteceu com os demais países centrais.

Nesta teoria, maiormente procedentes das obras de Ruy Mauro Marini e Andre Gunder Frank, o que guia o processo de expansão das empresas multinacionais, ou seja, a internacionalização do capital é a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo mundial, ou seja, também é originado da história, é uma relação social que depende de fenômenos políticos antagônicos entre si. Pode ser interpretado como uma maneira de reduzir o valor da força de trabalho nos países centrais, haja vista que as mercadorias produzidas na periferia poderão ser mais baratas que as produzidas no centro do sistema, entre outros fatores ou pode ser interpretada como uma transferência de tecnologia dos países centrais os periféricos. Pode se criticar a primeira conclusão julgando que tipo de acepção se dá a categoria valor, e pode se criticar a segunda conclusão afirmando que não há transferência de tecnologia, pois as alienações de tecnologia são feitas no âmbito privado, intra-firmas; tão logo essas empresas resolvam se deslocar a outro lado, sua tecnologia irá com elas. Tais interpretações dependerão fundamentalmente dos interesses do pesquisador e daí o cunho político de se estudar a internacionalização do capital, o investimento estrangeiro direto, e de limitar um claro marco teórico, mas a interpretação para ser válida dependerá de comprovação.

Portanto, dentro do referencial teórico deste trabalho é possível traçar um paralelo entre a expansão do investimento estrangeiro direto na América Latina e a expansão do colonialismo nos séculos XV. “ A América Latina surge como tal ao se incorporar no sistema capitalista em formação, isto é, no momento da expansão mercantilista europeia do século XVI” (MARINI, 2012, p. 47).

Entender essa inserção da economia latino-americana no cenário internacional é fundamental para este trabalho, pois destaca diferentes formas de dependência entre as economias do América Latina colônia e da América Latina independente, mas que em realidade são dois lados de uma mesma moeda. É um processo contínuo, no qual se altera apenas as bases materiais da dependência; elas agora foram escalonadas para outro nível.

Assim a dependência econômica é um dos fatores determinantes para o processo de industrialização de alguns países sobre bases nacionais e depois sua posterior abrupta internacionalização. Ademais esse processo de abertura internacional na América Latina,

implica perceber uma transformação conservadora, capitaneada pelos capitais nacionais mais produtivos a fim de não apenas evitar queda nos lucros, mas de aumentá-los com a importação de bens de capital aumentadores da produtividade.

Dentro do estudo do capital internacional na América Latina faz-se necessário também destacar as relações que existem entre o centro a periferia na teoria marxista da dependência. Este capital internacional é fruto senão do processo de concentração e centralização do capital nas economias centrais. Assim pressupõe um desenvolvimento desigual entre as várias economias nacionais. Nesse desenho, a internacionalização do excedente de capital dos países centrais aos países periféricos, ao se relacionar com fatores internos a estas economias criará outro desenvolvimento desigual, desta vez dentro do próprio país periférico. Exemplo disso é a zona da Grande Buenos Aires na Argentina, e a grande São Paulo no Brasil, áreas de maior desenvolvimento capitalista, e por isso mesmo área de maior tensão social devido a suas contradições. Isso é o que Gunder Frank chama de zonas, nas quais o subdesenvolvimento está mais desenvolvido. Portanto, o desenvolvimento desigual pode ser considerado causa e efeito do processo de internacionalização do capital.

Agrega-se a isso o fato de que há distintos procedimentos de valorização e realização do capital entre o centro e a periferia. O primeiro seria qualificado pela produção, ou seja, a valorização do capital, baseada por si mesma. A produção se desenvolveria desta maneira, como resposta a demandas internas, e apenas quando o desenvolvimento capitalista cria excedentes, estes se realizariam no exterior.

Na periferia, tem-se outra relação:

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial; a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, ou seja, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias. (MARINI, 2007, p. 162).

Assim, na América Latina existe uma ruptura nas esferas de produção e circulação das mercadorias nas regiões periféricas, o que cria as esferas altas e baixas do consumo.

Essa não dependência do mercado interno para a realização das mercadorias aqui produzidas acabava por seccionar o consumo em dois. De um lado há o consumo individual proveniente dos salários; e de outro, o consumo individual proveniente dos ganhos propiciados pela mais-valia. Como o segundo tende a se distanciar cada vez mais do primeiro a ruptura tende a se tornar profunda. Esse distanciamento deriva do fato de que os níveis de exploração da força de trabalho podem ser ampliados a extremos, mais do que quando o trabalhador também é consumidor. Desse modo, a esfera “alta”, aquela cujos ganhos tendem a aumentar, passa a demandar mercadorias que não são produzidas internamente e que só poderá ser contemplada por meio de importações, ao passo que a esfera “baixa” tem sua capacidade de consumo constantemente restringida. Portanto,

A harmonia que se estabelece, no nível do mercado mundial, entre a exportação de matérias primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus, encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressa pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas (MARINI, 2007, p. 163).

Essa separação originada no seio da economia de exportação, na qual o trabalhador não pode completar o ciclo de valorização do capital, isto, ele mesmo produzir e consumir suas mercadorias determinará os rumos que a economia dependente tomará quando chegado a fase da industrialização e da internacionalização.

Outra relação fundamental, entre o centro e a periferia, para quem pretende estudar a dinâmica do capital internacional se dá no domínio das transferências de valor. Para a Teoria Marxista da Dependência a lei do valor em nível internacional não é aplicável, pois, entre países operam dois meios que inibem sua aplicação, sendo o primeiro baseado na relação entre a exploração e a produtividade e o segundo no monopólio da produção. Sobre o primeiro caso Marini explica que:

por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. Isso se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira os capitais individuais se apropriam do fruto da produtividade do trabalho. (MARINI, 2007, p. 151-152).

Portanto, o capital internacional ao deslocar-se para os países menos produtivos poderá fixar um preço maior a suas mercadorias, obtendo desse modo um excedente maior.

A segunda maneira se dá no intercâmbio entre países que trocam diferentes tipos de produtos como, no qual uma exige maior densidade de capital que o outro, no caso matérias-primas e manufaturados. Aqui:

o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, configurando assim uma troca desigual (MARINI, 2007, p. 152).

Com isso, os países mais prejudicados são os que transferem gratuitamente parte do valor que produziram para o exterior.

Mas o mais interessante para entender o desenvolvimento na periferia, e ao objetivo que este trabalho pretende alcançar, diz respeito não tanto à esfera da circulação, e sim ao impacto que a troca desigual tem sobre a produção nos países periféricos. Isto porque, o que parece acontecer é que:

as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2007, p. 153).

Essa maior exploração é uma contra-tendência a esta troca desigual. Isso ocorre porque há que se encontrarem meios na periferia que sejam capazes de manter rentável a acumulação de capital devido à perda de mais-valia ao exterior. Isto é realizado, de maneira geral, não como um aumento da produtividade ou da capacidade de produção, mas como um incremento da parte da produção que não é paga ao trabalhador, isto é, a exploração.

É assim que aqui, mais do que uma exploração através da mais-valia relativa, ou da mais-valia absoluta, o que se tem é uma terceira forma de exploração do trabalhador: a superexploração do trabalho. E isso só é possível porque as duas posições ambíguas ocupadas pelo trabalhador – A primeira enquanto objeto dentro da produção, no qual serve como extração de mais-valia e o segundo enquanto consumidor, condição necessária para que a

mais-valia se configure em lucro – não se verificam na periferia, justamente porque a produção se volta ao exterior.

Esta se apresenta por meio da prolongação da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e da expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho, e é individualizada por um pagamento do trabalho a um grau abaixo de seu valor (MARINI 2007).

Essas relações de produção próprias da periferia unidas ao capital internacional tencionam mais do que em qualquer outro lugar do mundo as contradições entre o capital e o trabalho.

Por fim, o subimperialismo, obstáculo a plena integração latino-americana, funciona como outra contra-tendência, visto que a exportação das mercadorias para outros países constitui outra maneira de realizar a mais-valia, que de outra maneira não encontraria escoamento.

3) A construção do nacionalismo burguês

Neste segundo ponto se destaca a maneira como o nacionalismo burguês foi construído teoricamente, através dos textos de List, e de que maneira este nacionalismo articula as ideias de uma integração econômica, a partir do ponto de vista de defesa de uma burguesia nacional. Como aponta Marx esta ideia falha, pois, em linhas gerais, volta-se contra a própria natureza do capital, desse modo o burguês voltar-se-ia contra si mesmo. Esta ideia é importante para este trabalho, porque demonstra as limitações do nacionalismo burguês, a medida que tenta integrar-se a economia mundial de maneira tão competitiva quanto possível. Assim, primeiro é necessário elucidar de que maneira se expressa o nacionalismo burguês, este de maneira geral se expressa no protecionismo de seu mercado.

Sobre o protecionismo List escreve:

A indústria deixada por si mesma logo cairá em ruínas, e uma nação quando abandona tudo estará cometendo suicídio (LIST, 1841).

Também:

Qualquer nação que por meio de impostos protecionistas e restrições à navegação tenha alcançado sua capacidade manufatureira e sua navegação tal nível de desenvolvimento que nenhuma outra nação possa sustentar a livre concorrência com ela, não há nada mais sábio do que tirar essa escada do seu alcance, e declarar em alto e bom som que até aqui havia andado

por caminhos errados, e agora, pela primeira vez, tinha triunfado em descobrir a verdade (LIST, 1841).

Neste sentido a principal contribuição de List a Teoria Econômica foi que o livre comércio entre duas nações só poderia ser reciprocamente benévolo se ambas estivessem em um mesmo patamar de desenvolvimento industrial. Ao contrário, qualquer nação que estivesse atrasada em relação à outra deveria, antes, aparelhar-se para entrar na livre concorrência com nações mais desenvolvidas, contrariando a teoria das vantagens comparativas de Ricardo, segundo a qual as Nações deveriam se especializar naquela mercadoria que tivessem vantagens comparativas de produção. Argumentou que norteou o Tratado de Methuen, assinado entre Inglaterra e Portugal, no qual a Inglaterra exportaria manufaturados e compraria matérias-primas.

Para responder isso é necessário voltar outro economista alemão, contemporâneo de List. Sobre ele, Marx escreve:

O que é característico na teoria do senhor List, como na burguesia alemã, em conjunto, é que ela se vê forçada, para justificar o seu desejo de exploração, a recorrer a frases “socialistas”, portanto constrangida, a manter uma ilusão a muito refutada. Mostraremos que em certos momentos, as frases do senhor List, se lhes tirarmos as consequências, são comunistas. Certamente que estamos longe de censurar a um senhor List e a uma burguesia alemã o seu comunismo; mas isso mostra-nos uma vez mais a fraqueza interna, a mentira e a hipocrisia infame do “bravo” burguês “idealista” (Marx, 1845).

Com isso Marx diz que o protecionismo de List, suas barreiras alfandegárias são idealismo. Dá-se um ar socialista aquilo que representa apenas a substituição dos exploradores do trabalhador, uma semelhança a retórica neodesenvolvimentista dos dias atuais. Assim

Como as barreiras alfandegárias exigem um sacrifício em valores de troca, da parte dos consumidores (essencialmente dos operários que devem ser substituídos por máquinas, e de todos aqueles que recebem um lucro fixo, como os funcionários e os proprietários prediais, etc.) é, portanto, necessário que o burguês industrial prove que, longe de fazer a caça aos bens materiais, nada mais procura além dum sacrifício de valores de troca, de bens materiais, em proveito dum ser espiritual. No fundo só se trata de sacrifícios seus, de ascetismo, de grandeza de alma cristã (Marx, 1845).

Desse modo o Estado intervirá na ordem burguesa, com intuito de atender aos interesses do burguês e só assim terá o reconhecimento necessário para sua manutenção. As

necessidades burguesas devem se conciliar com a população. A isso Marx chama de espiritualismo, porque se procura um “ser espiritual: a força produtiva ilimitada, em vez do fraco e limitado valor de troca. Deve demonstrar que se preocupa com a organização social”. O protecionismo de List, portanto, altera a essência, mas idealiza na forma, na medida em que falseia a Lei do Valor, mas não a supera.

Nunca a mente do senhor List descobriu que a verdadeira organização social da sociedade é um materialismo sem alma, um espiritualismo individual, um individualismo. O seu espírito jamais viu para além do que os economistas só deram a esta situação social uma expressão teórica correspondente. A não ser assim, ele ver-se-ia na necessidade de opor-se à organização social atual, e não aos economistas. Acusa estes de nada terem encontrado como embelezamento literário para uma realidade desoladora. Por isso quer deixar essa realidade inalterável por toda a parte, tal qual ela é, mudando-lhe a expressão. Nunca critica a sociedade real; mas, em bom alemão, critica a expressão teórica da sociedade, censurando-lhe o fato de exprimir a própria coisa e não quanto a imaginação faz dela. A fábrica é transformada em deusa, a deusa da potência manufatureira. O fabricante é o grande sacerdote desta potência (Marx, 1845).

Marx prossegue sua crítica a List ao dizer que a transformação feita por List entre os bens materiais e os valores de troca é típica de uma sociedade, cuja propriedade privada desenvolvida é o alicerce.

Com isso as leis do capitalismo ainda funcionarão no interior das economias nacionais. A extração de mais-valia e a luta de classes ainda ocorrerão no seio dessas economias. A burguesia nacional alemã aceita explorar seus trabalhadores, mas não aceitará ser explorado por outras burguesias. Entretanto

Provar-lhe-emos que a comercialização de si próprio no interior tem como consequência a comercialização sua no exterior, a concorrência, que faz a sua força interna, não pode evitar a sua impotência externa; o Estado que submete internamente à sociedade burguesa, não pode protegê-lo para lá da ação duma sociedade burguesa. O burguês, mesmo quando trava individualmente luta contra outros burgueses, partilha com estes, enquanto classe, um interesse comum: esta comunidade de interesse, do mesmo modo que se virou, internamente contra o proletariado, vira-se, no exterior, contra os burgueses de outras nações. É a isto que o burguês chama de sua nacionalidade (Marx, 1845).

Isso se deve a natureza internacionalista do capitalismo. O capitalismo só progrressa expandindo sua fronteira econômica. O capital precisa ser exportado, condição sem a qual o capital em seus estágios mais avançados não existe, como já exposto em outras partes deste trabalho em mais detalhes. Para isso interferirá na autonomia dos países, quer por imposição, que por acordos econômicos. Caso ainda não seja possível, patrocinará ditaduras. Algo que aconteceu em vários países da América Latina. Portanto, para as burguesias nacionais, as barreiras alfandegárias não terão nenhum efeito na dinâmica do capital em longo prazo, elas terão que ceder ao capital internacional; caso contrário, estarão indo contra o capitalismo e ir contra o capitalismo em última instância não interessará a burguesia nacional. Mas pelo idealismo, pelo desejo de uma sobrevivência, pela crença de que seja possível um desenvolvimento industrial autônomo tais medidas são adotadas nos países dependentes, como uma maneira de manter pelo menos alguma parte do excedente produzido dentro de suas fronteiras. Parte pequena e inofensiva do todo o que já é retirado.

Para Engels em seu discurso de Elberfeld todos os caminhos do protecionismo levariam a uma revolução social. Para justificar sua afirmação, ele prossegue dizendo que as barreiras alfandegárias, tal como propostas por List, isto é, implantar barreiras até que o mercado interno esteja suficientemente garantido para a burguesia nacional e depois baixá-las, poderiam terminar em quatro situações hipotéticas.

A primeira delas é: se de fato os produtores locais conseguissem garantir o mercado interno, a sua produção protegida jamais alcançaria o exterior, pois perderia espaços diante da concorrência estrangeira das nações mais industrializadas, as quais já dominam esses mercados.

Suponha-se então, que por já estar garantido o mercado interno, o país resolva baixar suas barreiras alfandegárias tal como proposto por List. Nesta situação Engels diz que a indústria alemã, referindo-se a nação menos industrializada, deveria, a partir desse momento, fazer frente a todas as crises da indústria inglesa (Engels, 1845), referindo-se a nação mais industrializada, e quando o mundo todo já estivesse saturado pelos produtos ingleses, os ingleses se voltariam para o mercado alemão. Para tal lançariam mão de acordos de livre comércio e fariam da união aduaneira sua regra geral, de modo que a indústria alemã para o mercado alemão torne-se dispensável. Aí se voltaria à mesma situação anterior, a estagnação viraria recessão, a indústria pereceria e o proletariado alemão sem poder recorrer ao trabalho convulsionar-se-ia em uma revolução social.

Imagine agora que as barreiras alfandegárias não fossem baixadas, que a indústria local, uma vez que suprisse completamente o mercado interno pela sua própria produção e

não sendo possível sua expansão para o exterior, não encontraria mais incentivos para progredir, não se aperfeiçoaria, a estagnação seria regra geral nesse país. Mas a estagnação interna, do ponto de vista externo, seria visto como recessão, já que as demais nações continuariam a progredir. O progresso das outras nações chegaria ao ponto, no qual o preço internacional fosse tão mais baixo que as barreiras alfandegárias da nação protegida não conseguiriam mais fazer frente a eles. Nesse caso, as nações mais avançadas usariam de seu poderio para entrar num mercado protegido e estagnado, cair-se-ia na mesma situação anterior, a indústria alemã obsoleta, logo desaparecia, diante da indústria mais avançada e produtiva das demais nações, o proletariado, sem encontrar trabalho, explodiria numa revolução social.

Num outro caso, a indústria local protegida encontraria meios de competir de igual maneira no mercado externo com a economia mais avançada, algo que almeja qualquer governante, inclusive os neodesenvolvimentistas da América Latina, ao impor tarifas. Assim, a disputa pelos mercados converter-se-ia numa grande guerra, a economia mais avançada, usando de todo seu poder obteria a vitória e novamente reduziria a indústria alemã a seu diminuto mercado, voltaríamos a situação de estagnação e recessão, a revolução social eclodiria.

Num último, o mais improvável deles, supõe-se que a economia menos avançada, com as barreiras alfandegárias conseguisse competir em pé de igualdade com a economia mais avançada e passasse a competir pelo mercado externo. Nessas disputas, a economia protegida lograsse arruinar a economia que até então era a dominante. Para Engels nesse caso, o processo de revolução social que passaria a Inglaterra aconteceria de maneira mais rápido numa nova potência econômica.

Portanto para solucionar a oposição capital/trabalho Marx entende que é necessário ter em mente que o desenvolvimento da indústria é um fruto da humanidade e não de uma nação em específico. É necessário retirar o significado que se dá a indústria nesta época, a qual parte de um ponto de vista meramente mercantil e gerador de valor, para ressignificá-lo. É preciso observar a indústria de um ponto de vista histórico, como parte integrante do desenvolvimento da humanidade, como a realização das forças do homem e seu domínio sobre a natureza. Disso Marx extrai o que será um passo fundamental no alcance de uma nova organização social mais justa e menos contraditória

Reconhecer isso é, ao mesmo tempo, reconhecer que a hora chegou, que devem ser eliminadas as condições materiais e sociais no seio das quais a

humanidade teve, como humanidade subjugada, de desenvolver as suas faculdades. Pois, desde que deixemos de ver na indústria o interesse mercantil para vermos o desenvolvimento do homem, em princípio, é ao homem que edificamos em substituição do interesse mercantil, de modo a permitir que através da indústria, que não podia desenvolver-se a não ser em contradições, se encontrem as bases duma harmonia que se trata de desenvolver. Mas aquele desgraçado que continua preso ao estado atual das coisas, estado esse que somente quer elevar a um nível para o que ainda não conseguiu sucesso no seu país, e olha com inveja a nação vizinha que o afeta, esse infeliz terá o direito de ver na indústria outra coisa além do interesse mercantil? Terá ele o direito de dizer que não se preocupa com o desenvolvimento das faculdades humanas e da apropriação pelo homem das forças da natureza? (Marx, 1845).

Assim, Marx ao afirmar que o progresso industrial significa o progresso da humanidade e não apenas o progresso de uma nação, afirma também que a superação das contradições do estado de coisas atual, passa por reconhecer esse fato, juntamente com todas as possibilidades que a criação da indústria cria, – ao libertar, por exemplo, o homem da natureza – sendo também o interesse mercantil que ela enseja apenas fruto da sociedade do capital, da qual vivemos.

Por consequência dessa assertiva se infere que ao retirar a nação da centralidade da questão, os países são apenas categorias de nossa época que cumprem uma função de mistificar as relações sociais, na medida em que obliteram a real função da indústria na história da humanidade. O conceito de país tal como é deve ser eliminado, a fim de que todas as potencialidades humanas possam ser desveladas. Por isso Marx afirma que:

A tirania industrial da Inglaterra sobre o mundo significa o domínio da indústria sobre o mundo. A Inglaterra domina-nos porque a indústria nos domina. Só podemos libertar-nos da Inglaterra, no exterior, quando nos libertarmos da indústria no interior. (...) A Inglaterra exerce um poder sobre nós, porque fizemos na indústria uma potência que nos domina (Marx 1845).

Novamente, neste sentido o protecionismo das nações economicamente atrasadas falha em atacar apenas a outra nação e não o real problema: a exploração do homem pelo homem. Por isso, enquanto o interesse mercantil da indústria dominar o mundo, as nações dependentes, dentro ou fora de suas fronteiras, serão sempre subjugadas e espoliadas, dada a própria dinâmica expansionista do capital, pelas nações dominantes, as quais apresentam um nível de progresso industrial mais elevado.

Desse modo, a luz do exposto acima este trabalho longe de esgotar o tema sobre o capital internacional e a empresa multinacional procurará discutir tais temáticas dentro de um contexto de nação latino-americana.

2 A EMPRESA MULTINACIONAL

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A EMPRESA MULTINACIONAL

A empresa multinacional atual encontra suas raízes nas companhias de comércio do período colonial, porém estas de acordo com seu próprio nome tinham como função precípua a comercialização de mercadorias entre as colônias e a metrópole, atividade que atendia as necessidades do capital àquela época sob o ponto de vista das características primitivas do capitalismo daquele período histórico. As atividades voltadas à produção apresentavam um aspecto secundário e algumas vezes eram proibidas na colônia, a fim de manter o monopólio metropolitano da atividade manufatureira e de transformação. Isso reservava as colônias somente a produção e a extração de matérias-primas naturais. Com tal normativa se evitava qualquer tipo de desenvolvimento industrial nas áreas colonizadas, o que mantinha um vínculo bastante estreito e dependente entre a metrópole e a colônia, capaz de dificultar o surgimento de uma burguesia nacional e futuras revoltas que essa classe social pudesse vir a liderar como se verificou na América do Norte, por exemplo.

Dado essa situação, a metrópole fornecia bens de consumo manufaturados a colônia, enquanto que esta era fornecedora de produtos agrícolas àquela. Esquema produtivo que moldou uma Divisão Internacional do Trabalho desigual, cujos seus reflexos se observam até os dias atuais, quando se nota o atraso relativo das economias que num passado foram colônias de exploração e tiveram seu desenvolvimento industrial proibido ou rechaçado até meados do século XX.

A partir do século XIX começou a surgir empresas que exerciam papel destacado no exterior, principalmente nas antigas colônias, nas que já contavam com certo grau de desenvolvimento capitalista. Apesar de não se constituir uma atividade substancial dessas empresas como afirma Theotônio dos Santos:

Podemos dizer que, em seu conjunto, os negócios no exterior tinham um papel secundário na vida destas empresas, o que se refletia na percentagem que eles representavam nos seus lucros vendas e investimentos (SANTOS, 1977, p.49).

Neste primeiro período sua produção não se destinava, maiormente, ao consumo interno no país dependente, mas tinham como objetivo a exportação para o mercado de seu país de origem ou nos demais países centrais. Elas cruzavam fronteiras em busca de se

aproximarem de suas matérias-primas principais e não mediam esforços para alcançá-los, pois mesmo que esse tipo de comércio não representasse um percentual elevado no lucro global das empresas era suficiente para formar uma quantidade significativa de renda, através do comércio exportador e importador, dos investimentos em carteiras, e dos investimentos diretos como aponta esse autor. E foi com esses objetivos, da expansão do lucro, que o mundo foi repartido por meio de acordos comerciais realizados entre as grandes potências e o imperialismo do século XIX avançou sobre a África, a China e a Índia e explodiu com a Primeira Guerra Mundial.

Os investimentos nessa época se davam essencialmente pela compra de ações e especulação na bolsa de valores. Só uma pequena parte assumia a forma de investimento estrangeiro direto (SANTOS, 1977). Nesta conjuntura a bolsa de valores e a especulação financeira funcionavam como os eixos norteadores da expansão produtiva no mundo, o que relegava a empresa capitalista a um segundo plano.

Essa situação contrasta com a atual empresa multinacional moderna que comercializa grande parte de sua produção no mercado interno da economia dependente. O objetivo principal deixou de ser apenas a produção para exportação ou a especulação em bolsa de valores.

Elas se distinguem de outros tipos de empresas porque as atividades que realizam no exterior não cumprem um papel secundário ou complementar no conjunto de suas operações. Estas atividades representam uma porcentagem essencial de suas vendas, investimentos e lucros, assim como condicionam sua própria estrutura de organização administrativa. (SANTOS, 1977, p.48).

Nesta situação, criam-se novas formas mais complexa na relação entre a matriz e suas filiais, bem como entre as filiais e o governo do país dependente, alterando substancialmente a estrutura econômica deste país, porém sem eliminar seu caráter dependente, apenas aprofunda-o em um novo patamar produtivo.

Essa nova empresa multinacional, a despeito de já estar situada em todos os cantos do globo, não perdeu seu caráter nacional. As filiais precisam manter fortes vínculos com a empresa matriz e as expressões mais claras dessa vinculação são as remessas de lucros que drenam recursos da economia periférica e a fixação de preços mais elevados nos mercados internos periféricos. Esse tema será desenvolvido na próxima sessão.

Dessa maneira, Chesnais afirma que a matriz, em primeiro lugar, é um centro de decisão financeira. Seu papel é a permanente arbitragem das participações financeiras que

detém (Chesnais, 1994). Daí se abstrai a conclusão de que as atividades financeiras são as estratégias predominantes da companhia multinacional no estágio do capitalismo atual. E como tem essa finalidade, a sua interferência nos mercados financeiros globais é enorme.

Outra característica determinante na empresa multinacional de nossa época, citada por Chesnais, são as diferenças cada vez mais estreitas entre o lucro e a renda dessas companhias. Isso acontece porque a empresa multinacional de hoje diversificou de tal maneira a produção que ela pode transitar da produção material para o fornecimento de serviços destinado a outras companhias menores, isto é, a comercialização de bens intangíveis, como o seu *know-how*, na linguagem de Chesnais, ou seja, seu conhecimento técnico. Com isso, o alicerce competitivo dessas empresas se fundamenta em seus programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A razão primordial para esta diversificação das atividades das multinacionais baseia-se no fato de que cada vez mais essas empresas dependem de investidores institucionais (fundos de pensão, grupos de seguros, carteiras de ativos, etc.) para manter sua saúde financeira. Esses investidores, que na prática possuem a maioria das ações dessas empresas, encontram-se mais capacitados para examinar os rendimentos financeiros das companhias as quais investem. Assim, a comparação com outros tipos de investimentos é constante. Logo, a companhia multinacional deve ser suficientemente atrativa para seus investidores, senão os perderá. Essa atratividade será conquistada justamente diversificando suas fontes de obtenção de receita, não podendo mais ser baseada unicamente nas atividades de comercialização. Com isso assomam-se no horizonte dessas empresas participações em empreendimentos de outras empresas, terceirização de atividades e cooperação. Chesnais as chama de “novas formas de investimento.” As consequências dessa nova modalidade será vista mais adiante.

Theotônio dos Santos relata que ao longo da história houve várias tentativas de definir a empresa multinacional. A primeira delas é a partir da porcentagem de vendas das filiais que uma empresa realiza no exterior sobre o total de vendas da empresa.

A segunda definição é de caráter prático e se sustenta em quatro pilares: o primeiro, são empresas que operam em vários mercados ao redor do mundo; o segundo, são empresas que realizam pesquisas e desenvolvimento em diversas partes do globo; o terceiro, têm uma direção multinacional, ou seja, comercializam seus produtos num mercado internacional; e por fim, o quarto, têm uma propriedade intelectual das ações (SANTOS, 1977). Essa acepção demonstra o grau evolutivo que essas empresas alcançaram, apoiadas num desenvolvimento tecnológico, tanto na comunicação, transmissão de dados, logística que lhes permitiu lograr

dita posição, sempre tendo em conta a necessidade de o capital buscar novas maneiras de se reproduzir. Com isso em mente Theotônio dos Santos afirma que:

A produção capitalista é sempre um momento do desenvolvimento do capital, também é, ao mesmo tempo, determinante do capital e determinado por ele. Os processos de internacionalização da economia desenvolvem-se, assim, paralelamente, em um movimento dialético (SANTOS, 1977, p. 52).

A terceira tentativa de definição leva em consideração a nacionalidade dos proprietários do capital da empresa, ou, até mesmo, de seus gerentes ou diretores. Essa definição configura-se em algo meramente ideológico, na medida em que tenta obliterar o caráter nacional da empresa multinacional, através da superação dos limites do nacionalismo.

Faz-se necessário, então, ter em mente o papel que a empresa multinacional cumpre dentro do modo capitalista de produção. Ela funciona como uma solução ao problema do imenso desenvolvimento das forças produtivas, que ao produzir uma gigantesca quantidade de mercadorias necessita encontrar maneiras, cada vez mais complexa, de realizá-las na forma de consumo. Bem como, é importante compreender a função conservadora e reacionária que essas empresas exercem, no ponto em que veem obrigadas a deter o avanço de alternativas ao modo capitalista de produção. Nesse sentido, a noção que as particularidades da empresa multinacional são definidas pelo desenvolvimento do capitalismo e de sua dinâmica de acumulação global permeará todo este estudo.

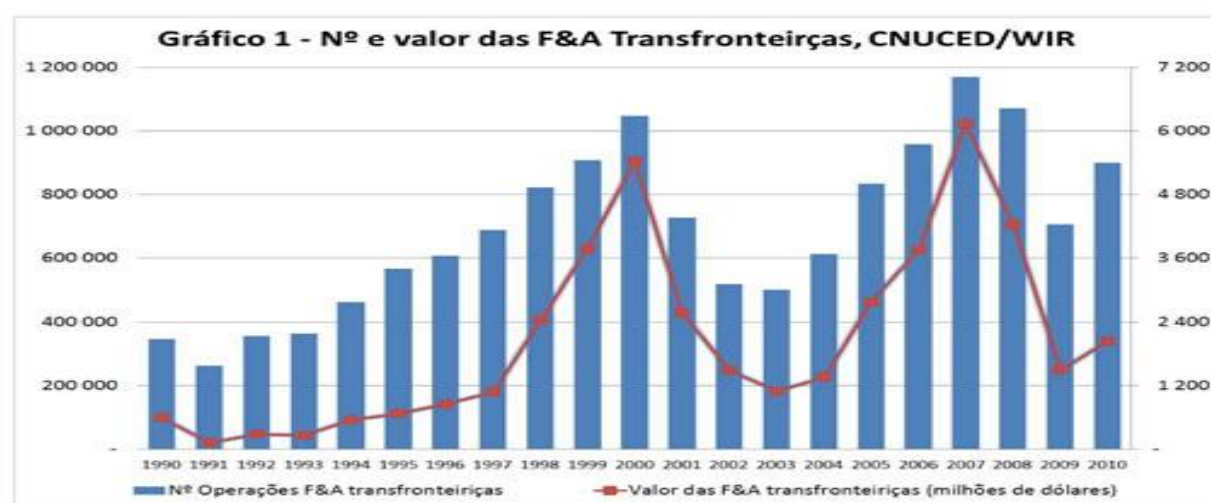
Isso fica claro quando se observa que as empresas que vieram a se multinacionalizar são as empresas que obtiveram êxito em seus mercados de origem. Elas lograram monopolizar uma considerável fatia de mercado:

Há uma correlação direta entre o multinacionalismo, o monopólio e a grande empresa. As empresas multinacionais são exatamente aquelas que tiveram maior grau de controle monopolista do mercado interno em seus países e, com raras exceções, são as mais concentradas que já se formaram em função do mercado internacional (SANTOS, 1977, p.52).

Nota-se assim o quão indissociável são as categorias: multinacionalismo, concentração e monopólio. Para que se quantifique o nível de concentração econômica obtida pelas empresas multinacionais é interessante observar o número e o valor das operações de fusões e aquisições, realizadas no período de 1990, o primeiro ano após o Consenso de Washington, a 2010.

Percebe-se que o pico máximo, nas duas categorias analisadas, operações e valores, foram atingidos em 2007. Só as 152 operações de F&A com um valor superior a 1 bilhão de dólares, completadas em 2010, atingiram o valor global de 400,8 bilhões de dólares. Entre 1990 e 2010 houve um incremento de 161% em número de operações e entre valores aumentou 243%.

Este grau de operações de F&A determinou também a evolução das principais empresas multinacionais nas últimas duas décadas, aponta Pedro Carvalho. As 100 maiores empresas multinacionais do setor não financeiro detinham em 2010 ativos no valor de 12075 bilhões de dólares, representando quase 1/5 do PIB mundial (19,2%). Estas empresas “chefiavam” uma força de trabalho a nível mundial de aproximadamente 15,5 milhões de trabalhadores, o que pressupõe a existência de um mercado de trabalho global, e negociaram um volume de quase 7850 bilhões de euros. Destas empresas, 21 pertenciam aos Estados Unidos e 72 aos demais países membros do G7. Ainda que os Estados Unidos liderem por longa margem, eles perderam representatividade nesta lista, com cinco empresas a menos que em 1990, ano em que de cada cinco empresas multinacionais quatro eram dos Estados Unidos, enquanto 20 anos depois apenas uma era. Os países do G7, igualmente, tiveram sua participação diminuída, com nove empresas a menos em face de 1990. Os países dependentes aumentaram sua representatividade, mas continuam tendo uma participação irrisória. Só cinco destas empresas concernem ao bloco dos países dependentes em 2010, nomeadamente da China, Brasil, México e Malásia.⁵



Fonte: World Investment Report 2011, UNCTAD. Elaboração: <http://www.omilitante.pcp.pt>

⁵ Informações podem se vistas em <http://www.omilitante.pcp.pt/>

Ainda segundo Pedro Carvalho, com base no relatório da UNCTAD 22 destas empresas estavam relacionadas à indústria automóvel e petrolífera.

Em 1990, nas cinco maiores multinacionais quatro estavam relacionadas ao setor petrolífero e automóvel. Em 2010 eram três, mudando a nacionalidade, com os ingleses da BP e os japoneses da Toyota a ultrapassarem os “gigantes” dos Estados Unidos. O setor das utilidades públicas (os monopólios nacionais da eletricidade, gás e água) e o setor das telecomunicações tinham 12 e 10 empresas, respectivamente, em 2010, enquanto em 1990 só existiam duas empresas do setor das telecomunicações na lista (CARVALHO, 2012).

Nestas 100 empresas estão representados os maiores oligopólios do sistema capitalista mundial nos múltiplos setores de atividade, figurativos também dos ramos indústria do sistema em sobreprodução e com excesso de produção industrial instalada, como é o caso do setor automotivo, no qual embora haja feito reestruturações e fusões que significaram a incorporação dos capitais com menor rentabilidade, o problema com a rentabilidade continua, com uma parte expressiva da produção total a não ser consumida e da capacidade produtiva instalada ociosa.

No setor financeiro as fusões e aquisições ganharam força a partir do anos 1980 e se consolidaram na década seguinte com a onda neoliberalizante, sob a qual a Lei do Valor e suas consequentes transferências a favor do capitais mais produtivos, aprofundam-se, da última década do século XX.

Estas 50 empresas multinacionais tinham mais de 13,5 mil empresas afiliadas espalhadas em média por mais de 33 países, empregando uma força de trabalho com mais de 4,5 milhões de trabalhadores. Destas empresas, 74% pertenciam a países do G7, das quais oito eram dos Estados Unidos, com o Citigroup a continuar no topo da lista. É também significativo que nesta lista continue a não constar nenhuma empresa dos países dependentes (CARVALHO, 2012).

Estes dados demonstram a inerência da concentração na internacionalização do capital. Faz parte da dinâmica do capitalismo a luta dos capitais individuais com intuito de sobrevivência, a medida que as crises cíclicas do capital tornam-se cada vez mais agudas. Isso dificulta a reprodução dos capitais que não obtém uma rentabilidade considerável, forçando-os a se unirem, sob pena de eliminação do mundo capitalista.

As mesmas leis que agem no capitalismo mundial, também agem dentro das economias locais. O processo de concentração do capital pode ser visto entre as filiais que ao conquistarem mercados e obterem lucros extraordinários, passam a relacionar-se entre si e podem começar a se descolar de suas matrizes, ameaçando a própria reprodução do capital; motivo pelo qual essas empresas se internacionalizaram.

Essa contradição, que segue uma dinâmica dialética intrínseca ao capitalismo, ilustra a própria limitação que a propriedade privada dos meios de produção impõe. Ao mesmo tempo em que o capitalismo desenvolve as forças produtivas, em escala cada vez mais ampla, o capitalista necessita conter esse desenvolvimento, a fim de manter o controle sobre os meios de produção. A habilidade de dirigir de maneira centralizada esses conflitos, que emergem da característica concorrencial do capitalismo, e garantir um nível de monopólio sobre o excedente produzido em escala global, convertem-se na essência da empresa multinacional.

Perceber esse fato é fundamental para a conceitualização desse tipo de empresa. Sobre isso Thetônio dos Santos afirma que estas tendências constituem a expressão concreta e histórica da evolução da acumulação do capital, segundo as leis do modo de produção capitalista (SANTOS, 1977).

Com isso, pode-se concluir que as multinacionais surgem a partir do processo de concentração e centralização do capital e são partes pertencentes à internacionalização do capital que na busca por novas fontes de rentabilidade expande suas fronteiras, e a partir de sua consolidação, torna-se um elemento necessário e determinante da produção, de tal maneira que revoluciona a maneira de administrar as empresas, exigindo que se modernizem as comunicações e as logísticas desses países, configurando-se numa nova etapa do capitalismo.

2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL E A EMPRESA MULTINACIONAL

A empresa multinacional é um elemento-chave dos interesses do capitalismo dos países centrais na periferia. Essas empresas se fixam em território latino-americano, primeiro porque se impôs a elas como necessidade primária de reprodução do capital e manutenção das taxas de lucro, como umas das tendências anticíclicas apontadas por Marx nesse nível superior do capitalismo, a expansão para novos mercados, nomeadamente, a periferia.

Isso se deve, especificamente, ao grande progresso da acumulação capitalista nos países centrais, que tem como resultado a concentração sempre crescente de uma riqueza cada

vez mais considerável que precisa ser esterilizada no mercado externo, o que converte a exportação de capitais em um dos traços mais característicos do imperialismo contemporâneo, direta (através de filiais das multinacionais) ou indireta, com capital especulativo. Essa é a única forma de evitar que essa estrutura econômica exploda em crises cada vez mais profundas, pois os gastos bélicos e em publicidade também já se encontram saturados (MARINI). Portanto, percebe-se de que modo se dá a intervenção imperialista nas economias latino-americanas e como ela mantém o próprio capital enquanto há essa possibilidade de se reproduzir aqui e de se exportar bens de produção obsoletos aprofundando a diferença entre o marco tecnológico e a necessidade de emprego da população que aqui vive como coloca Ruy Mauro Marini. Nesse sentido os interesses da burguesia periférica⁶ e do capital externo se fundem dialeticamente, visto que o suposto interesse da burguesia dos países periféricos não passa de expressões dos interesses do capitalismo internacional corporificado dentro do território nacional através de determinados setores que se beneficiam deste modelo de produção vinculado à dinâmica internacional, no qual põem a América Latina na divisão internacional do trabalho como fornecedora de matérias-primas ou produtos semi-industrializados, e esses setores que, na aparência, apresentam-se como os defensores dos mais dignos interesses nacionais, são, na essência, setores responsáveis pela manutenção do subdesenvolvimento, da miséria, da dependência e do aumento da concentração de renda, já que além de terem que sustentar a si mesmos, são forçados a sustentar também o capitalismo internacional, o que faz com se voltem as costas para o seu país de origem. Desse modo, não há mais como se dissociar tendências internas da burguesia de externas, uma vez que na essência é a mesma coisa. Em efeito, dissociar tais questões, no estágio de integração econômica em que nos encontramos, é um relativismo frágil que esconde e que não consegue absorver a totalidade do processo e é isso que temos sempre que procurar analisar em última instância, a totalidade.

Os capitais internacionais começam a chegar de forma definitiva⁷ a América Latina, especialmente, nos países com força produtiva mais desenvolvida (Brasil, Argentina, México) a partir de década de 1950, principalmente através de programas como a Aliança para o Progresso, período no qual a burguesia nacional abandona seus interesses de desenvolvimento autônomo e se integra ao capitalismo global. Nesse momento a fusão dialética entre as burguesias periféricas e centrais ocorre.

6 Segundo Marx a ideologia e a moral de uma sociedade são a ideologia e moral de sua classe dominante. Portanto aqui, fica configurado que estamos falando dos interesses da burguesia nacional que se transformam em interesses da nação.

7 Algumas empresas montadoras de automóveis se instalaram em território latino-americano na década de 1920 e 1930 (SANTOS, 1977).

No Brasil a intenção de abrir o mercado para o capital estrangeiro fica clara a partir da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) de 1955, capitaneada pelo novo ministro da Fazenda, Eugênio Gudin. A meta dessa nova Instrução era gerar condições propícias à realização de investimento estrangeiro no país, através da concessão de licença, sem cobertura cambial, para a importação de maquinaria para empresas estrangeiras integradas a empresas nacionais. Não obstante essa fosse uma medida vastamente criticada pelos setores nacionalistas, tanto da esquerda, como da direita, foi a política cambial que perdurou durante o governo Kubitschek.

Para concretizar esse objetivo de manutenção da valorização do capital, esses capitais aqui encontram mão de obra abundante e a um baixo custo, juntamente com um vasto exército industrial de reserva, que aumenta cada vez mais devido ao processo de mecanização do campo que se dá concomitantemente ao processo de integração periférica, forçando o homem do campo a migrar para as cidades, contribuindo para uma redução ainda mais drástica dos salários abaixo de seu nível de subsistência, da qual se configura a superexploração, proporcionando ao capital alto nível na taxa de mais-valia.

Segundo porque o capital estrangeiro vê a América Latina como um local onde se podem neutralizar seus bens de capitais que se tornaram obsoletos devido ao progresso tecnológico, engendrando um processo de dependência tecnológica nos países do nosso continente. Isso é estimulado pelas próprias burguesias nacionais que em certos períodos históricos taxaram a importação de bens de consumo, mas deram consideráveis isenções aos bens de capital. Assim, instalando filias nos países dependentes resolvem o problema da renovação tecnológica das matrizes (BAMBIRRA, 2009).

Terceiro porque já existe um determinado desenvolvimento social nesses países, capaz de permitir a implementação da empresa estrangeira sem grandes dispêndios. Senão, veja-se: existe uma matriz enérgica já instaurada, relativo desenvolvimento dos meios de comunicação, disponibilidade significativa, embora limitada de quadros profissionais, técnicos e científicos, existência abundante de matérias-primas que gera uma articulação nacional adequada para que o processo de acumulação de capital se dê com maior intensidade.

Além desses fatores de ordem econômica faz-se necessário enumerar vários outros fatores de ordem política. O primeiro deles é que durante esse período surgem através do acordo de Bretton Woods de 1944, órgãos internacionais capazes de garantir uma estabilidade mínima do sistema econômica e que no futuro seriam os maiores porta-vozes do neoliberalismo, e, por conseguinte, das empresas multinacionais. Um desses órgãos é o Fundo Monetário Internacional (FMI) que mediante cartilhas que preconizam o equilíbrio fiscal e o

controle da inflação de maneira ortodoxa (elevação da taxa de juros) assentam o terreno para que o capital estrangeiro finque raízes na América Latina e possa acumular num alto nível. Esse fato é muito importante para dizimar a ideologia neoliberal e globalizante e espalhar o capital pelo mundo, pois agora os interesses do capital não estariam mais representados por países centrais, numa oposição centro x periferia, num antagonismo irreversível. Estaria representado por entidades supranacionais com respaldo em todos os cantos da Terra, como os carregadores do progresso e do desenvolvimento, por meio das “neutras” políticas contracionistas ortodoxas e liberalizantes. Isso contribuiu para a obliteração da real essência do processo: a manutenção da acumulação do capital e da ordem capitalista e colaborou para o triunfo da ideologia neoliberal que preconizava a superação das contradições e a desaparecimento das desigualdades, como resultado do triunfo e imposição universal da tecnologia, da democracia liberal e do livre-mercado (ESTAY, 2001).

Agrega-se a esse fato, a flexibilização das leis de remessas de lucro, do controle do excedente, dos royalties e uma maior repressão ao movimento dos trabalhadores, nem que isso custe a democracia, expressada nas ditaduras militares da segunda metade do século XX, financiadas e muitas vezes planejadas pelos Estados Unidos.

2.3 EMPRESA MULTINACIONAL E SUA RELAÇÃO COM AS ECONOMIAS DEPENDENTES

Superada a primeira fase de enclave dentro das economias dependentes. As empresas multinacionais para poderem atuar no mercado interno necessitam vincular-se a economia local. Realizam isso de diversas maneiras. Elas necessitam levar em consideração as leis que regem essas economias. Necessitam influenciar sua política econômica e entender a estrutura da economia periférica. Necessitam unir-se a vida política e atuar a dinâmica das variáveis econômicas, tais como inflação, o crédito e a taxa de câmbio.

Essas empresas ao mesclar-se com as economias receptoras adquirem grande poder nos centros decisórios desses países. Portanto, são capazes de dinamizar o ritmo da economia e alteram substancialmente as áreas nas quais operam ao pleitear a construção ou a melhoria de canais de escoamento da produção, maior e melhor rede energética, distribuição de água confiável, etc., articulando-se profundamente com suas estruturas produtivas. Junto a isso surge uma economia suplementar para atender a necessidades da empresa multinacional. Seja para fornecer-lhe matérias-primas, seja para sustentar seus trabalhadores.

Também é necessário que se desenvolva um sistema bancário sólido nas economias periféricas, a fim de garantir o capital de giro, em moeda nacional, que as empresas multinacionais necessitam. Geralmente, este processo está, igualmente, inserido no cenário de internacionalização do capital, pois em várias ocasiões os bancos que passam a funcionar nas economias periféricas são bancos multinacionais que, muitas vezes, já estão vinculadas as próprias empresas multinacionais nos seus países sedes. O resultado desse processo é a criação de um mercado financeiro paralelo, como se pôde observar com os eurodólares na Europa na segunda metade do século XX. Procedimento que levou a um enfraquecimento relativo do dólar e a destruição do sistema de Bretton Woods. Este movimento é parte integrante da expansão das empresas financeiras, e não só produtivas, ao redor do globo.

Nesse contexto influenciam na autonomia dos governos dos países, no qual essas empresas se fixam. E o fazem ainda através de exigências de mudanças, na política fiscal, na liberalização das remessas de lucro e no controle de leis trabalhistas, ou quando os países avançam nas relações de integração com outros países. Alguns governos, com o intuito de continuar mantendo boas relações com os centros hegemônicos globais – política que faz parte de suas relações internacionais – acabam padecendo ao lobby das empresas multinacionais, que sempre apoiada pelos governos de seus países sede, converte a integração no desenvolvimento de um comercialismo ingênuo e de flexibilização de tarifas. Essencial para a expansão do mercado dessas empresas, mas um desvio na rota do desenvolvimento dos países dependentes. Isso ameaça severamente a autodeterminação dos povos do continente latino-americano, designadamente, e reduz os Estados a um mero viabilizador dos planos dos capitais estrangeiros e mantenedor do capitalismo vigente. Chesnais indica que com a mobilidade de capitais os governos constroem os países a flexibilizar as relações trabalhistas de modo que as favoreça

Theotônio dos Santos aponta, ainda, que a vinculação da economia periférica com as multinacionais se dá através do financiamento. O que ocorre é que os Estados dependentes tomam empréstimos com as economias centrais, muitas vezes os Estados Unidos, com a obrigação de repassar esses empréstimos às empresas multinacionais ou de capital misto que desejam se instalar em território latino-americano. Fazem isso sob a ideologia de desenvolver o país.

De posse desse crédito, a empresa multinacional compra, essencialmente, máquinas e equipamentos no exterior, e o fazem comprando muitas vezes da própria empresa matriz do próprio país central que ofereceu o financiamento inicial, configurando-se uma exportação de mercadoria subsidiada pelo Estado dependente. Como se não bastasse os preços dessas

mercadorias são resultados de condições altamente monopólicas e fora de qualquer concorrência internacional⁸ Assim:

Significa (...) que o Estado do país-hóspede assume a responsabilidade financeira pela dívida da empresa receptora, que é estrangeira (SANTOS, 1977, p. 67).

Outro tipo de relação que é condição sem qual não é possível a internacionalização do capital se vincula a aspectos culturais e de consumo da economia periférica. A empresa multinacional precisa vender seu produto e para isso é preciso que o consumidor periférico saiba da existência de tal produto, saiba, que mesmo parecendo-lhe exótico, ele necessita adquiri-lo. Desse modo, a empresa multinacional tem que mudar hábitos culturais e criar novas necessidades nas consciências alheias. É possível fazer isso, primeiro, pelo próprio misticismo que um produto de uma multinacional adquire na economia periférica. Ele vem carregado por uma mensagem de qualidade, “de coisa de país de primeiro mundo, no qual tudo dá certo.” Contribui para esse misticismo o próprio valor simbólico da marca multinacional, que é disseminado indiscriminadamente na televisão, por meio de eventos esportivos, filmes, etc. e a publicidade.

O papel da publicidade no atual nível de internacionalização do capital aparece como elemento central para a comercialização do produto ao redor do mundo e conforma-se na economia periférica como mais um aparato acessório a empresa multinacional que pode ser desenvolvido por capital nacional. Essa atividade cumpre duas funções, a primeira de disseminar a mercadoria no mercado local e a segunda de enfrentar a concorrência, contribuindo para a monopolização do mercado. A publicidade implica o estudo e as prospecções do mercado, a maneira como o produto deve ser apresentado ao consumidor, tanto em termos de embalagem como de tipo de publicidade.

Ela é fundamentalmente nociva à economia local, já que ao criar novos padrões e mudar hábitos de consumo, pode devastar a comercialização de produtos tradicionais, até mesmo, eliminando-os, o que prejudica a renda da população que vive dessas vendas.

Outra interferência que está intimamente ligada a como as filiais se relacionam com a sua matriz é a maneira como elas podem modificar o nível de preços da economia dependente, principalmente em períodos de crise do capital. O que se observa é que devido à estrutura produtiva das economias dependentes, nas quais se caracterizam como economias

⁸ Santos, 1977

extremamente oligopolizadas e com baixa produtividade, a empresa multinacional consegue fixar preços mais altos na periferia do que no centro, sem perder ou com pouca perda de demanda, devido ao consumo de suas abastadas elites que se beneficiam de uma espiral inflacionária. Isso ainda passa incólume devido a diagnósticos de economistas ortodoxos que explicam a inflação, mesmo estando na periferia, sob a ótica da teoria quantitativa da moeda, que eleva a demanda ou culpam a elevada carga tributária, sem olhar a estrutura da dívida desses países. Muitas vezes, na periferia, verifica-se inflação oriunda da oferta e não da demanda.

Essa elevação arbitrária dos preços dos produtos das multinacionais se generaliza na economia, incrementando os índices de inflação, mas elevando também a taxa de lucro das empresas. Essa capacidade de fixar preços funciona como um bálsamo nos períodos de crise cíclica do capital, já que dessa maneira a periferia consegue manter vivo o capital global no centro, através das já citadas remessas de lucros que pouco ou nada diminuem, à custa de elevadas taxas de inflação e aprofundamento as desigualdades nas economias dependentes.

O remédio para esse diagnóstico inflacionário é complexo e pode matar o paciente. Se falarmos em termos ortodoxos bastaria fixar uma âncora cambial, supervalorizando a moeda nacional, de modo que o mercado interno seja invadido por mercadoria importada mais barata, o que forçará os oligopólios a terem que baixar seus preços. Esse remédio é perigoso e gera fortes tensões sociais, já que as empresas nacionais podem não conseguir fazer frente aos importados e verem como única alternativa o fechamento de suas portas. Também, como efeito colateral a esta situação, é necessário que se coloque altas taxas de juros, capazes de atrair divisas estrangeiras, que farão parte das reservas do Banco Central, a fim de manter a paridade cambial. Essa é a chamada âncora monetária. Por fim, para que se dê credibilidade à valorização da moeda, para que não haja ataques especulativos, o governo tem que manter níveis razoáveis de superávits primários que tendem a aumentar ao longo do tempo, a medida que as taxas de juros aumentam, gerando cada vez mais conflitos na sociedade, pois mais superávit primário significa menos gastos sociais. Essa é a âncora fiscal, assim, o esquema ortodoxo se baseia na fixação de três âncoras.

Tal remédio pode chegar a níveis intoleráveis, dado a perda de competitividade da indústria instaurada em território nacional, seja ela multinacional ou não, circunstância que eleva o desemprego e aumenta de maneira dramática a desindustrialização da economia; o aumento das desigualdades, por meio dos elevados juros, via transferências de recursos aos detentores de títulos públicos, aumentando catastroficamente a dívida pública e levando a um engessamento quase total do estado; e como decorrência dessa imobilidade do estado surge a

consequência mais nefasta da supracitada política anti-inflacionária: a diminuição dos encargos sociais, o que quer dizer: menos investimentos em saúde, educação transporte.

Essa alternativa releva a fragilidade de uma análise *ceteris paribus*, quando se fala de políticas públicas e uma extrema indiferença da ortodoxia com questões sociais que fica subjugada a luta pela estabilidade do valor da moeda, num cenário de livre mercado que acaba por destruir o mercado local.

Posto esse primeiro remédio altamente perigoso para os governos que o adotam, tem-se como segunda alternativa, do ponto de vista heterodoxo, o controle dos preços. Opção adotada em vários países em diversos períodos históricos. Um desses países foram os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Esta alternativa para funcionar depende de credibilidade, pois não basta impor um nível de preços sem a devida mudança nas concepções sociais de uma sociedade⁹. E depende também de poder político do governo, já que o Estado vai enfrentar diretamente as elevadas taxas de lucros dos oligopólios e intervir na dinâmica econômica, fato abominável a corrente liberal que conseguiu impor sua ideologia nos anos 90 e que ainda continua com grande poder na mídia, capaz de carregar a população consigo contra esses “desmandos” do governo.

Sobre o controle de preços:

Não emerge como fim em si mesmo, como algo permanente e absoluto, mas sim como uma ferramenta de política de recursos para ser aplicada em determinado momento e lugar. Ingrediente essencial de uma estratégia econômica destinada a combinar criação de emprego com estabilidade¹⁰ (ZAIAT, 2012, p.188).

Mais:

A expectativa inflacionária se transformou numa parte dos cálculos das empresas e dos sindicatos. A crise e a expectativa subsistem ainda. Os controles são necessários até que desapareçam esses fatores (GALBRAITH, *apud* ZAIAT, 2012, p.189).

Deste modo, o controle de preços não deve ser uma política arbitrária e mais importante: deve ficar claro a população quais são seus objetivos e quanto tempo vai durar, a fim de que se obtenha um respaldo na consciência coletiva. De outra maneira, não funcionará e servirá como mais um elemento de instabilidade.

⁹ Uma lei para ser válida, tem que ser validada pela sociedade, não apenas pelo governo.

¹⁰ Tradução nossa.

Diante de tais dificuldades, tanto do lado ortodoxo, como do lado heterodoxo, resta perguntar se existe uma política anti-inflacionária eficaz, para esse tipo de inflação apresentada pelos países dependentes, que não traga grandes contratempos aos governos. A solução primordial dentro dos limites do marco capitalista é modernizar a estrutura produtiva do país, aumentar a oferta de produtos, de maneira que enfraqueça os monopólios, seja através de empresas estatais que recebam incentivos fiscais que permitam baixar seus preços, seja através de investimento em ciência e tecnologia nacional capaz de aumentar a produtividade, aumentando a taxa de exploração, e diminuir a dependência tecnológica que os países periféricos apresentam perante seus pares do centro.

Outra distorção que se pode observar é na balança comercial desses países, na qual apresenta as receitas e gastos de exportação e importação nus e crus. Porém, é necessário observar qual parte dessas receitas foi gerada por multinacionais que enviam seus lucros para fora dos países, deixando apenas uma parte para ser reinvestida no país o que diminui de grande maneira o real resultado do comércio exterior desses países, descapitalizando-os e gerando déficits na sua balança comercial que necessitam ser financiando por mais capital internacional, através dos serviços da dívida, assim capitaliza-os novamente. Ou seja, o próprio capital que o descapitaliza, capitaliza-o. Esse resultado real é ainda menor que o resultado aparente quando se leva em conta que as multinacionais geralmente ocupam o setor manufatureiro e industrial desses países, um setor de maior densidade tecnológico.

E por falar em remessas de lucros, é extremamente relevante acentuar que ela pressupõe operações de câmbios. Uma relação entre moedas. Aí se encontra mais uma intervenção das multinacionais nas economias periféricas. Ela tem que saber analisar a conjuntura e prever oscilações no câmbio no curto prazo. Isso transforma a especulação financeira em outra parte importante das atividades da empresa. No longo prazo ela tentará intervir na taxa de câmbio, a partir da defesa de práticas liberalistas.

Chesnais, por fim, cita outra forma de descapitalização que os países dependentes podem sofrer a medida que o capital internacional avança sobre suas fronteiras. Esta forma está assentada nas “novas formas de investimento”, segundo as quais a empresa multinacional não aportará capital num país dependente de modo direito, mas o fará associado a outra empresa (a chamada *joint-venture*), através da prestação de serviços, terceirização de atividades ou qualquer outro ativo imaterial, como *franchising* ou *leasing*. Geralmente, tais atividades se fazem necessárias para burlar mercados protegidos ou quando o risco de um aporte de capital direto em determinado investimento é muito alto.

O problema dessa atividade reside no fato de que tais aportes são, às vezes, bastante fictícios; seu valor é sempre inferior ao das parcelas de capital reconhecidas a seus proprietários (Chesnais, 1994). O caráter rentista de certo empreendimentos também pode se configurar um problema. O aporte pode sair tão logo obtenha o resultado esperado, ou até mesmo antes, quando se configura a inviabilidade do investimento. Para finalizar:

A dinâmica criada por esses vínculos orgânicos [entre empresas multinacionais e economias periféricas] será tanto mais determinante da vida do país quanto menor seja seu desenvolvimento econômico anterior. Os países dependentes têm uma estrutura produtiva muito frágil, uma classe dominante dirigida pelo capital internacional, uma autonomia de decisão econômica mínima. Por todas estas razões, a invasão da empresa multinacional através dos investimentos nos mercados locais destrói as bases de resistência do capital nacional e cria uma nova classe dominante; começa também a determinar a dinâmica do conjunto de seu desenvolvimento econômico, abrindo uma nova etapa em sua evolução histórica (SANTOS, 1977, p.70).

2.4 CONTRADIÇÕES DO MOVIMENTO DE EXPORTAÇÕES DO CAPITAL

Já se viu que o capital multinacional precisa estar profundamente vinculado a economia dependente, apesar de não eliminar o fato de que esse capital ter que responder aos interesses do grande capital, originário das economias centrais, individualmente, dos centros hegemônicos do sistema internacional. No entanto, o que vai determinar seu comportamento dentro de cada economia dependente são os interesses do conjunto de suas operações internacionais que podem ou não sofrer influência das flutuações da economia local. Este fato, muitas vezes, põe a empresa multinacional como um ente externo na economia dependente, indicando rotas que, de outra maneira, não seriam indicadas.

Dessa situação é possível identificar três interesses conflitantes entre si e que constroem a história da dinâmica do capital internacional e determinam as contradições do processo de exportação do capital: a economia dependente, a economia dominante, e a empresa multinacional. Adjacente a essas três organizações se pode citar a classe trabalhadora, que por já estar pressuposto o antagonismo entre capital e trabalho neste trabalho não foi adicionado ao rol das três contradições fundamentais.

Essa classe abrange desde o produtor agrícola que vende sua produção a multinacional em troca de um parco soldo, até os contingentes inacabáveis de trabalhadores do setor

secundário, que por sua, operosidade, baseada em economias de escala, massificam a produção (KARAM, 1980). Inclui-se, também, o vastíssimo exército industrial de reserva das economias dependentes, capazes de rebaixar os salários do trabalhador empregado e manter a roda do capital girando.

No capitalismo, o objetivo das empresas é auferir lucro. Com as multinacionais não é diferente. Sua meta, ao internacionalizar-se, é aumentar o montante de lucro, portanto, seu interesse precípua não é o de integrar economicamente as estruturas locais e desenvolver as economias periféricas, como desejam os países dependentes. Desse modo, a quantidade de capital que será reinvestido na produção é limitada e está determinado pela capacidade das economias dependente em absorver esse investimento e torná-lo rentável. Como se fala de economias periféricas, com uma renda per capita baixa e um mercado interno acanhado, esse montante reinvestido acaba sendo pequeno quando comparado à receita bruta total, sendo a maior parte do lucro enviado ao exterior. A mão de obra barata e a proteção tarifária se anulam pelos mercados limitados que necessariamente supõem (SANTOS 1977). A consequência direta desse processo é que a manutenção da empresa multinacional dentro das fronteiras da economia dependente vai depender cada vez mais de protecionismo e de estímulos artificiais, como a liberalização das remessas de lucros, que entra em conflito direto com os interesses da economia local.

Para que uma empresa multinacional possa assentar sua base produtiva nos países dependentes, ela, primeiro, necessita importar bens de capital de seu país de origem. Isso é feito, muita vezes, financiados pela própria economia do país dependente que lhes concedem crédito, como posto anteriormente. Esse movimento em nível de comércio exterior é importante para os países dominantes, como para as multinacionais, pois podem livrar-se de maquinaria que já se encontra deteriorada e altamente depreciada, limitando o desenvolvimento da produtividade nesses países, além de constituir numa outra fonte de receita. Logo, manter essa posição é fundamental para que se mantenha o domínio dos países centrais sobre os países periféricos.

Entretanto, muitos mercados dependentes passaram a produzir determinados bens de capitais de maneira autônoma, especialmente aqueles que exigem um nível intermediário de conhecimento técnico. Essa nova situação altera a dinâmica do comércio exterior descrita no parágrafo anterior.

Theotônio dos Santos sobre essa condição afirma:

Se os países dependentes pudessem obter um alto grau de autonomia produtiva e desenvolver um importante Setor I (máquinas e matérias-primas industrializadas), o capital estrangeiro perderia a capacidade de determinar o caráter de seu desenvolvimento e teria uma expansão puramente artificial, que logo seria destruída, fazendo desaparecer a relação de dependência (SANTOS, 1977, p. 72).

O capital internacional, então, deve limitar o que produz e como produz em vistas a atender esses interesses de conservação do monopólio da produção de bens de capital, especialmente, os de alto componente tecnológico, mesmo que custe um rebaixamento das taxas de lucro. Para compensar, esse problema, tal capital opta por elevar os preços e produzir produtos que receba a demanda das elites das economias periféricas.

Assim, a América Latina, por interesse do centro hegemônico se limitará a montar bens ou produzir peças e equipamentos de baixo componente tecnológico e, por conseguinte, baixa densidade tecnológica, o que mina as probabilidades de pleno desenvolvimento da indústria. Portanto, a industrialização nacional só pode ser desenvolvida a partir da luta dos trabalhadores e de setores da pequena-burguesia.

A contradição desse processo reside no fato de que o próprio livre movimento de exportação do capital desde seu centro hegemônico em direção as economias periféricas precisa ser limitado, sob pena de perda da hegemonia. Esse processo é agravado quando o capital da multinacional seleciona ir para economias que não são periféricas, mas que tampouco configuram ser o centro hegemônico. São elas, as economias mais dinâmicas da Europa e Ásia que ocupam uma posição intermediária na repartição do excedente global. Essa escolha é feita com base nas análises de mercado e sendo estas, as economias que apresentam maior possibilidade de lucro ao reinvestimento do capital, dado que seu mercado não é tão limitado como os mercados da América Latina, a opção por migrar estes capitais para essas economias se torna compreensível. Esse processo aprofunda as contradições internas do centro hegemônico.

O impacto disso, que deriva da própria lógica do capital, faz com que a empresa-matriz tenha que exercer um controle cada vez mais forte sobre suas subsidiárias, com o intuito de evitar que elas só respondam aos estímulos das economias locais. Caso contrário, poder-se-á gerar uma ameaça da subsidiária frente a empresa-matriz. Tal condição aumenta as contradições que a empresa subsidiária tem com as economias locais, que sempre tenderão a pressioná-las a produzir segundo seus interesses de desenvolvimento, muitas vezes, expressas em metas de exportação, reforçando a ideia de seres alienígenas.

Como resultado dessa última contradição, a empresa subsidiária vê-se obrigada a reforçar sua influência no governo local, com o objetivo de não se marginalizar no cenário nacional e não perder seus incentivos em detrimento a outros investidores nacionais ou até outras empresas multinacionais que possam atuar de maneira que não gere atritos com o governo local. Assim, o que se verifica, especialmente, nas economias periféricas que apresentam um nível de instabilidade política maior, é um acirramento do debate político, podendo ocasionar em alguns casos graves políticas com resultados antidemocráticos.

Outra contradição que emerge dentro do bojo do processo de internacionalização do capital e que está fortemente vinculada ao controle maior que a empresa-matriz tem que realizar sobre suas subsidiárias se verifica a nível global, a medida que ambas empresas, a matriz e a filial, passam a competir pelo mesmo mercado. Fenômeno observável apenas em economias que apresentam pelo menos um patamar intermediário de desenvolvimento capitalista.

Para solucionar essas contradições, a primeira atitude que toma a empresa multinacional é compreender que essas incongruências fazem parte do modo de produção capitalista. Como consequência, elas buscam manipular essas contradições a favor de seus próprios interesses, ainda que implique o sacrifício de certas posições e de sua própria base de poder nacional de poder (SANTOS 1977). Outra maneira é limitar o poder financeiro das subsidiárias, de modo que somente as empresas-matrizes tenham controle sobre das finanças da corporação. Uma terceira forma consiste em prendê-las num arcabouço legal, estritamente forte, capaz de evitar que as subsidiárias “se libertem”.

À guisa de conclusão:

Na medida em que essas contradições se desenvolvem sem que nada as oriente, elas tendem a gerar uma anarquia cada vez mais incontrolável no comércio mundial, conduzindo os países capitalistas a um confronto entre eles e com as empresas multinacionais. Por isto, a teoria econômica burguesa, seus políticos, ideólogos, e expertos procuram reorientar rapidamente essa nova economia internacional que nasce nas fileiras das multinacionais (SANTOS, 1977, p. 74).

Em linhas gerais, o processo de concentração e centralização do capital é causa e efeito do processo de internacionalização do capital. As consequências desse processo serão vistas mais adiante.

2.5 AMÉRICA LATINA E MULTINACIONAIS

A Divisão Internacional do Trabalho que surge com a Revolução Industrial pôs a América Latina como fornecedora de matérias-primas às indústrias europeias, que ao verem sua produtividade aumentar consideravelmente, devido as novas tecnologias de produção, exigiam mais matérias-primas para manter a capacidade produtiva, de modo que a sustentabilidade do processo de industrialização na Europa só foi possível por causa dos bens primários fornecidos pela América Latina. Essa produção agrícola dos países latino-americanos permitiu a criação de um proletariado na Europa, já que o homem europeu não precisava mais permanecer no campo para garantir sua subsistência, e deu origem a uma especialização produtiva na indústria. Porém, a contribuição latino-americana ao desenvolvimento capitalista dos países centrais não termina por aqui. Ao aumentar a oferta de bens-salários, o valor da força de trabalho, dado pelo tempo necessário a reprodução do trabalhador, nos países europeus reduziu, o que permitiu que a mais-valia relativa tornasse o meio principal de acumulação de capital nos países centrais, substituindo a mais-valia absoluta.

Essa comercialização desigual acaba por forjar os destinos das nações que passam a produzir para exportação e a transferir valor aos países centrais, a medida que as nações industriais podem sobrepassar a lei do valor, vendendo suas mercadorias por um preço acima do seu valor, como se verá mais detalhadamente na parte final deste trabalho. Assim, os capitalistas dos países dependentes necessitam encontrar meios de compensar este valor perdido, e façam isso aumentando a exploração sobre a força de trabalho, tomando-lhe inclusive o tempo que seria usado para sua subsistência.

A reprimarização da economia brasileira na primeira década do século XXI, verificada pelo aumento porcentual das mercadorias no comércio exterior, prova que esse movimento está fortemente ligado a lógica da divisão internacional do trabalho. Os preços dos produtos primários se elevaram a nível internacional, especialmente por causa do aumento da demanda chinesa para sustentar sua industrialização, o que aumentou em muito a rentabilidade de se produzir tais produtos.

Entretanto, na segunda metade do século XX, como uma maneira de amenizar as contradições apresentadas na sessão anterior surge uma nova Divisão Internacional do Trabalho que mantém a América Latina em condição dependente, mas que agora também passa a produzir produtos semi-industrializados. Produtos de alta composição tecnológica e

bens capitais continuam sendo monopólio dos países dominantes. Vendidos às economias locais, muitas vezes, por meio de créditos do Estado concedido a empresas multinacionais.

As matérias-primas industrializadas também são produzidas nas economias centrais, especialmente aquelas que exigem uma alta densidade tecnológica. O papel das economias periféricas passa a ser a simples montagem dos produtos. Isso é claramente observado nas multinacionais produtoras de mercadorias, cuja tecnologia é de última geração. Na América Latina isso se observa, especialmente, nas empresas automobilísticas.

O que ocorre, então, é um intenso comércio intrafirma, superando o modelo anterior de comércio interfirmas. Esse novo tipo de comercialização internalizada salvaguarda as vantagens monopolísticas das companhias, mas também cria e sobretudo reforça tais vantagens (Chesnais, 1994). Também é uma maneira bastante comum de burlar as taxações que recaem sobre as operações financeiras na economia local, as quais Chesnais chama de custos de transação. Pois, a compra de matérias-primas que as subsidiárias realizam junto a empresa-matriz é, na essência, uma remessa de lucro que não é computada como tal. Desse modo, a arrecadação fiscal das economias locais é prejudicada, configurando-se mais uma interferência da empresa multinacional na soberania dos Estados-nações.

Essa complementaridade tem caráter provisório se não for bem estruturada. Bem estruturá-la de modo que mantenha estável o sistema capitalista requer apoio governamental, incentivando uma política de desenvolvimento voltada ao capital estrangeiro e uma política de “modernização” via internacionalização, capaz de anular a oposição de alguns setores da burguesia nacional e de manter as reivindicações da classe trabalhadora dentro dos limites aceitáveis a reprodução do capital. Fenômenos verificados na América Latina, principalmente, a partir da década de 1960.

Esse arranjo apareceu de maneira diferente nos diversos setores da economia. Por exemplo, no Brasil, o setor automotivo foi completamente escancarado a iniciativa internacional, sem nenhum tipo de proteção a produção estritamente nacional, tanto é que a empresa nacional de veículos automotores, a Gurgel Motores S.A., encerrou suas atividades definitivamente em setembro de 1996. Por outro lado, a indústria petroquímica obteve grande proteção, observada com a imposição de que pelo menos 50% dos capitais da PETROBRÁS deveria ser do Estado brasileiro, ou seja, capital nacional.

Uma vez consolidada essas complementaridades e contida as contradições que as filiais apresentam perante a matriz, as empresas multinacionais situadas em territórios dependentes, como consequência do processo de concentração e centralização do capital, não se limitarão apenas ao mercado interno e passarão a exportar produtos industrializados para

outras nações dependentes, com força produtiva mais atrasada ao dos países dependentes que recebem da multinacional, ou para o próprio centro hegemônico. Neste último caso, produtos de base tecnológica intermediária e cujo custo de produção no país dominante é elevado.

Aqui, configura-se o interesse que as empresas multinacionais, representadas por suas subsidiárias nos países dependentes, apresentam com políticas que expandam o comércio exterior dos países periféricos e integrem-nos economicamente. Entram nessa categoria as vantagens relativas que se pode obter no interior de uma comunidade econômica, sejam elas o Mercado Comum Europeu ou o MERCOSUL, quando se fala, especificamente, de América Latina.

Theotônio dos Santos afirma que as exportações das multinacionais na América Latina eram mínimas em 1957, quase todas as vendas se destinavam ao mercado local. Em 1968, o percentual de vendas ao exterior passou a ser de 10%, tanto para os EUA, como entre países da região. Ele conclui que:

É significativo notar que as vendas das subsidiárias industriais norte-americanas na América Latina ultrapassavam os US\$ 750 milhões em 1968; isto representava mais de 40% de todas as exportações de bens manufaturados latino-americanos no mesmo ano, entre os quais se incluíam grandes quantidades de produtos químicos, maquinaria e peças de automóveis (SANTOS, 1977, p. 77).

Atualmente, no primeiro semestre de 2013 o fluxo de investimento estrangeiro direto para os países dependentes aumentou em 8,8%, quando comparado com o mesmo período de 2012, alcançando US\$ 381,4 bilhões, o dobro da média mundial, segundo dados da UNCTAD. Além disso, o mesmo órgão da ONU destaca que o IED de 2013 está se dando mais por fusões e aquisições do que por investimentos em novas unidades produtivas. Reflexos da crise global, período no qual o capital se concentra com maior intensidade e menos capitalistas são extintos. Por exemplo, houve um aumento de 35% no fluxo de investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe. Entretanto esse aumento se deve a uma transação de US\$ 55 bilhões entre a British Petroleum e a russa Xstrata, cujo um de seus controladores tem sede nas Ilhas Virgens Britânicas. Portanto, tais dados devem ser observados com cautela.

No Brasil, o fluxo de IED direto manteve-se estável em US\$ 30 bilhões, devido ao crescimento dobrado dos empréstimos que as sedes das multinacionais fizeram a suas filiais no Brasil. Já, numa perspectiva anual, o fluxo foi um pouco menor no ano de 2012, quando

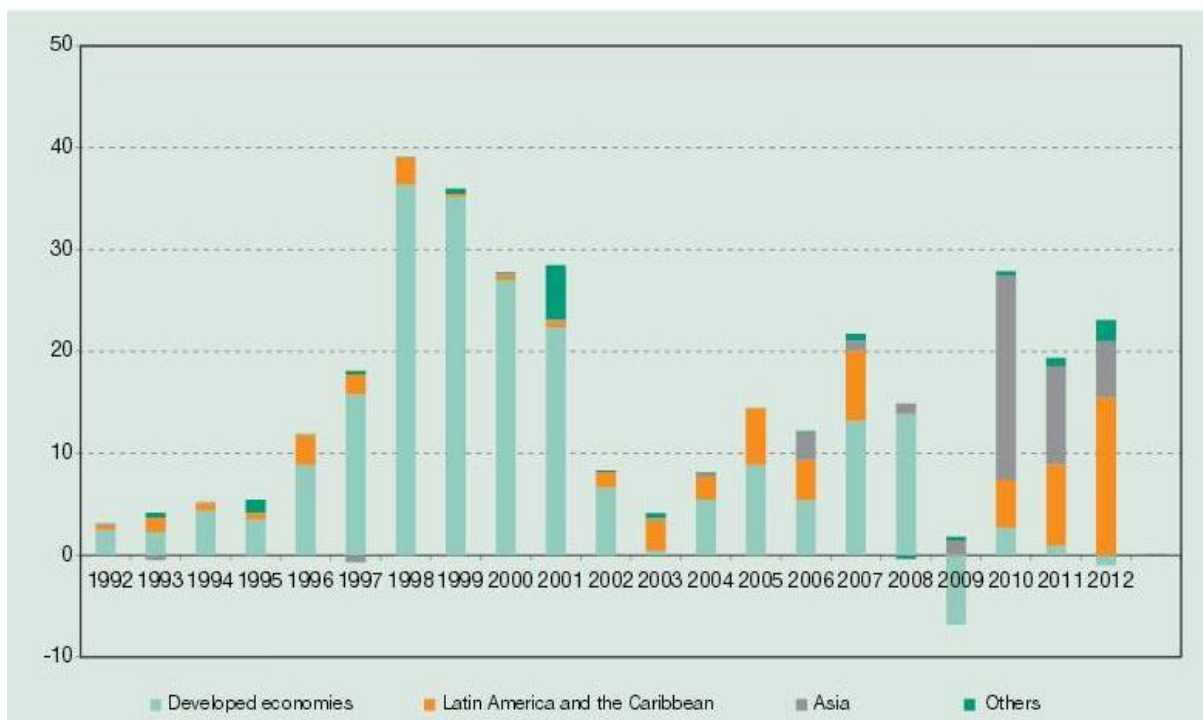
comparado com 2011, registrando queda de 2%, o que lhe deixou com o valor de R\$ 65 bilhões, apesar dos esforços governamentais no setor automotivo, dominado por empresas multinacionais, através do novo regime denominado Inovar-auto que empresta para as montadoras a taxas preferenciais. Esta entidade transferiu uma quantidade de US\$ 35 bilhões em empréstimos para as montadoras entre 2002 e 2012, representando 6% dos empréstimos totais desse banco, o último deles um empréstimo de US\$ 1,6 bilhão para a FIAT no início de 2013. Corroborando o exposto anteriormente sobre o apoio governamental ao capital estrangeiro. Com efeito, o IED médio investido no Brasil pelas montadoras internacionais subiu de US\$ 116 milhões em 2007-2010 para US\$ 1,6 bilhão em 2011-2012. Como consequência, a capacidade produtiva no país será ampliada para 5,7 milhões de unidades nos próximos 4 anos, com uma perspectiva de demanda 4,6 milhões de consumidores, segundo informações do jornal Valor Econômico. Tal descompasso poderá ameaçar as margens de lucros das montadoras, que erram nos cálculos de sua demanda, já que consideraram o dito avanço da classe média no País como realidade. Apoio governamental será solicitado ao governo. Dessa vez uma política que incentive as exportações, o domínio das multinacionais sobre o governo prosseguirá. Isso põe em cheque a premissa neoliberal que as empresas nacionais é que são ineficientes, já que devido a sua baixa produtividade sempre necessitarão de incentivos governamentais.

Na América Latina e Caribe em 2012 o resultado foi pouco menor que em 2011. A região registrou uma diminuição de 2%. Contudo quando desagregamos os dados percebemos que na América do Sul houve um aumento de 12%. O relatório da UNCTAD ainda chama atenção para o fato de que a maioria dos investimentos estrangeiros na América do Sul vem para a área de mineração. No Peru, por exemplo, a participação estrangeira na mineração chegou a 75% da produção nos anos de 2011-2012 e no Chile, 62% nas minas de cobre e ouro do país, sendo que na década de 1990 este valor estava 48% da produção e na década de 2000 em 52%. Isso significa que o processo de desnacionalização da economia chilena não acabou com a deposição de Pinochet em 1990, famoso por sua política neoliberal. É a empresa multinacional indo buscar na fonte suas matérias-primas. Garantir este suprimento de matéria-prima para suas indústrias é vital para a estabilidade social desses países.

Quanto as fusões e aquisições na América Latina observa-se o fato da expansão das economias periféricas asiáticas na América Latina, especialmente nos setores de petróleo e gás, em detrimento aos países centrais. Esta é uma tendência que se observa desde 2009. Entretanto, no último ano as fusões e aquisições entre as próprias companhias latino-

americanas dobraram, enquanto que as das companhias asiáticas minguaram. Como se pode observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 2 – AMÉRICA LATINA E CARIBE: VENDAS PARA FUSÕES E AQUISIÇÕES TRANS-FRONTEIRIÇAS POR ORIGEM GEOGRÁFICA, 1992-2012 (BILHÕES DE DÓLARES). (Fonte: World Investment Report, 2013) Elaboração UNCTAD, 2013



Quanto as fusões e aquisições dos países latino-americanos ao redor do mundo, elas chegaram a US\$ 67 bilhões desde 2010. As multinacionais chilenas são as mais expansivas, como por exemplo, a compra da TAM pela companhia aérea LAN, de origem chilena. Como efeito da crise as companhias latino-americanas também adquiriam multinacionais europeias. 95% da participação do Banco Santander na Colômbia foi adquirida pela multinacional CorpBank (também do Chile). Com a crise as empresas latino-americanas também puderam avançar para o continente europeu. A mexicana América Móvil adquiriu 25% da KPN da Holanda e da Telekom da Áustria, totalizando US\$ 4,5 bilhões. A construtora brasileira Camargo Córrea também comprou 40% da produtora de cimento Cimpor de Portugal.

Contudo, é importante advertir que apesar de todos esses dados no decorrer dos anos eles não significam uma saída ao subdesenvolvimento da periferia, mesmo que possam significar alguma melhora imediata, uma vez que os resultados positivos dessas empresas são apropriados de maneira privada, e como a maioria são empresas monopolistas, elas podem

fixar preços elevados, contribuindo para o aumento da inflação na América Latina e deteriorando o padrão de vida da população.

Quanto ao IED realizado por empresas estrangeiras que exportam na América Latina o excedente oriundo dessas exportações será revertido para o país sede dessas empresas, além de não representarem uma produção independente, já que estão vinculadas a uma etapa do ciclo produtivo.

O fenômeno mais oculto que se pode concluir ao observar o comércio exterior dos países latino-americanos é que este se converte em um instrumento de política contra cíclica do capital internacional, nos períodos de crise, deturpando o desenvolvimento interno dessas economias periféricas que se voltam a produção de mercadorias para atender o mercado internacional – sendo este setor o setor dinâmico dessas economias – e não o mercado interno. Assunto que será aprofundando mais adiante.

A resolução das contradições oriundas do mecanismo de exportação do capital também criam suas próprias contradições, tanto dentro da economia dominante, como dentro da economia periférica.

Na economia dominante ocorre um domínio das empresas multinacionais, que por controlarem a produção nos demais países assumem o controle na esfera nacional, em detrimento dos demais setores burgueses. Este domínio não sucede sem resistências, já que a burguesia nacional, apesar de significar um atraso relativo, consegue se impor, na medida em que consegue mobilizar outros setores da população, configurando um prélio entre gigantes. Entretanto, no longo prazo, justamente por seu caráter retrógrado ao progresso histórico do capital as burguesias estritamente nacionais do país dominante não logram manter uma oposição.

O resultado desse processo, na economia do centro hegemônico, nomeadamente, os Estados Unidos, é o progressivo aumento do setor de serviços e de pessoas que vivem de suas rendas, além de elevados déficits na balança comercial, devido a constante necessidade de realizar grandes importações de matérias-primas para manter sua economia em desenvolvimento. Em 2012 o déficit foi de 540,4 bilhões de dólares¹¹. Os elevados déficits na balança comercial, resultado da internacionalização e do próprio avanço da economia estadunidense pressionam a taxa de desemprego, resultando em um fator de pressão social e mais uma arma que a burguesia nacional ao se aliar com os trabalhadores pode usar contra a burguesia multinacional em sua batalha perdida. Evidente que a classe trabalhadora ao se unir

¹¹ World Bank

com a burguesia nacional não irá lutar por uma solução definitiva dessas contradições, o que acabará resultando em fracasso no longo prazo.

Os déficits na balança comercial dos Estados Unidos exigem uma colossal entrada de recursos na conta de capital, o que não se configura um problema para a economia que ocupa o primeiro posto das economias capitalistas, que tem o sistema financeiro mais desenvolvido do mundo e que imprime uma moeda de uso internacional. O que tem que se observar aqui é o efeito que essa exigência de recursos na conta capital tem nas economias dependentes. Ela significa que de tempos em tempos o centro hegemônico terá que elevar suas taxas de juros e valorizar sua moeda na perifeira, – que não é suficiente para manter um equilíbrio no balanço de pagamentos da perifeira via exportação, pois a fuga na conta de capital da periferia é maior – a fim de conter o aumento do elevado déficit na balança de pagamentos, que mesmo que entre extraordinárias quantias de capital ainda existe. Essa elevação é devastadora para os países dependentes, que são dependentes justamente por este fato: esses países não têm controle sobre a entrada e saída de capitais em seus países. Os efeitos desse processo puderam ser verificados principalmente na América Latina na década de 1980. É o desenvolvimento igual e combinado do capitalismo operando.

Sobre a internacionalização do capital:

O triunfo deste modelo de desenvolvimento significará a acentuação e aprofundamento do processo de concentração e monopolização da economia (SANTOS, 1977, p. 80).

Como consequência, a transferência do excedente mundial posta é robustecida, de maneira que se garanta a sobrevivência do sistema tal como é, aprofundando a pobreza nas regiões periféricas do mundo.

Nos países dependentes as oposições a essa nova Divisão Internacional do Trabalho que faz com seus países se voltem ao mercado internacional, dessa vez dominado por empresas multinacionais dentro de seu território, se dá também pelos setores da burguesia nacional que conseguiram sobreviver.

Também, a classe trabalhadora opõe-se a este processo que a empobrece cada vez na repartição da riqueza global.

O que ocorre, então, uma vez posta essa nova Divisão Internacional do Trabalho é uma crise política como consequência dos fortes interesses que serão esmagados neste processo (SANTOS, 1977) que apresentará de um lado um bloco poderoso a favor da internacionalização do capital e de outro um bloco antimonopólio e anti-imperialista de

caráter revolucionário. A tendência é a radicalização desses movimentos, colocando em cheque a ordem das coisas, dado as contradições indissolúveis que ele apresenta.

Portanto, o movimento de exportação de capitais resolve em partes o problema da acumulação do capital, mas não o elimina. Ele, no longo prazo tenderá a reforçar as crises do capital, confirmando o caráter transitório do modo de produção capitalista.

3 A INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

3.1 A IMPOSIÇÃO DO PAN-AMERICANISMO SOBRE O LATINO-AMERICANISMO

A América Latina desde suas lutas pela independência sofreu influência dos norte-americanos de diversas maneiras. Desde o ponto de vista ideológico, visto que os ideais da revolução estadunidense, de democracia e liberdade, permearam as disputas pela libertação dos países da América Latina até a ajuda econômica e militar de cidadãos norte-americanos nesse período. Por outro lado e paradoxalmente, desde esse período, no seio dos movimentos independentistas, surge a ideia de uma América Latina para os latino-americanos, baseada na ideia de semelhanças linguísticas e culturais, em oposição às diferenças linguísticas e culturais, do poder econômico e da ambição expansionista da porção norte do continente. Portanto, desde cedo brota no subcontinente latino-americano um dilema marcado pelas concepções de Bolívar, cujo sonho era uma América Latina independente dos Estados Unidos, e de Monroe, uma América Latina regida pelos Estados Unidos, na medida em que as nações latino-americanas já nasceram devendo aos ingleses e norte-americanos (SANTOS, 1993).

Os Estados Unidos veem a América Latina como uma região estratégica e manter-se hegemônico nessa região é um dos principais papéis de sua política externa. O extremo interesse que os Estados Unidos têm, por exemplo, com a região do Caribe, materializada em constantes invasões ao longo do tempo e marcada por grande resistência por parte dos habitantes das ilhas, mas que mesmo assim levou-os a fundar várias bases ao redor da região – especialmente no Panamá – e a incorporar Porto Rico a sua jurisdição, fixando um estatuto especial. Esse interesse da política externa norte-americana pelo Caribe é fruto do fato que o necessitam para que possam realizar a ligação entre as Costas leste e oeste de seu território.

Dessa maneira no ano de 1820 se debate no congresso norte-americano o reconhecimento dos estados latino-americanos recém-independentes pela primeira. Este reconhecimento chegou ao fim em 1822 quando uma comitiva da Grande Colômbia visita Washington. Este gesto foi importante para os dois países, pois para os EUA uma política americanista poderia lhe dar um status internacional, enquanto que para os países latino-americanos significa a inserção oficial de seus países no cenário internacional como nações

soberanas, única forma de concretizar política e diplomaticamente essa nova situação (MONTECINOS, 1991).

No entanto, já em 1823 vem ao mundo a Doutrina Monroe, elaborada por John Quincy Adams e atribuída a James Monroe, presidente dos Estados Unidos de 1817 a 1825. Seria a primeira demonstração dos interesses oficiais dos estadunidenses na América Latina. A Doutrina pode ser sintetizada pela seguinte frase “América para os americanos”. Seria uma alternativa ao antigo colonialismo da Espanha, Portugal e Inglaterra na região e um pilar para a expansão norte-americana no continente, desde o Alasca (efetivamente anexado pelos norte-americanos) até a Terra do Fogo, chegando até a ser propagandeada como um direito “óbvio e certo” dado por Deus. Claro na declaração do presidente estadunidense James Buchanan em seu discurso de posse:

A expansão dos Estados Unidos sobre o continente americano, desde o Ártico até a América do Sul, é o destino de nossa raça (...) e nada pode detê-la (BUCHANAN, 1857).

A Doutrina Monroe preconizava, essencialmente, a não criação de novas colônias na América e a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos.

Ela representou uma séria advertência ao neo-colonialismo inglês que viu sua influência na região minguar em prol do aumento da influência ianque num ramo neo-colonial. Assim mesmo, houve várias interferências europeias na América durante os anos posteriores a doutrina Monroe. Entre elas se encontram a ocupação das Ilhas Malvinas por parte de Grã-Bretanha em 1833, o bloqueio de barcos franceses aos portos argentinos entre 1839 e 1840, a invasão espanhola à República Dominicana entre 1861 e 1865, a intervenção francesa no México entre 1862 e 1865, a ocupação inglesa na costa dos Mosquitos (Nicarágua) e a ocupação da Guiana Essequiba pela Inglaterra em 1855.

Essa Doutrina se opõe a uma proposta de integração latino-americana, considerando-a como um rompimento da unidade maior americana. Entretanto, tentativas de se criar uma alternativa ao domínio estadunidense na área latino-americana foi observada durante todo o século XIX. Simon Bolívar afirmava que “liberdade e integração eram apenas etapas de um único processo (Carta de Jamaica 1815)”, não se limitando a apenas uma autonomia política-administrativa, mas a criação de uma comunidade latino-americana criada por meio de uma entidade jurídica politicamente integrada. Com essa mentalidade em 1826 surge o Primeiro Congresso Pan-americano no Panamá, com a presença norte-americana, que teve como conclusão a concepção de um pacto de assistência mútua com objetivo de consolidar a

independência dos países da América Latina, com um indicativo para que no futuro se criasse uma espécie de Confederação ou Liga Perpétua entre os países do subcontinente (MONTECINOS, 1991). Em seguida, em 1847 realiza-se o Congresso de Lima, no qual se firmam acordos de comércio, navegação, postais e serviços consulares. Em 1856 há o Congresso Continental de Santiago, nele se assinam mais acordos de aliança e assistência mútua. Tais acordos foram ampliados no Segundo Congresso de Lima de 1864. Este Congresso teve um conteúdo mais político que os anteriores, já que houve a assinatura de tratados de aliança defensiva e conservação da paz.

Já em 1880 a Doutrina Monroe se manifesta de maneira mais intensa e quanto mais se manifestava, mais era a lesão que causava às metas de identificação e autonomia latino-americanas. Em 1889 os países latino-americanos se recusaram em assinar um acordo que criava a “União Aduaneira das Américas”. Tal recusa restringiu os resultados concretos da Iª Conferência Pan-americana – realizada em Washington e tendo como mentor os Estados Unidos, já uma potência mundial – a criação de uma União Internacional das Repúblicas Americanas, com um escritório comercial que era formado por um comitê executivo de quatro diplomatas latino-americanos, sempre liderados por um secretário de Estado norte-americano e com sede em Washington.

Em 1901 e 1902 se realizou a IIª Conferência Pan-americana na Cidade do México, no qual o escritório comercial se converteu em “Escritório Internacional das Repúblicas Americanas”. Este escritório foi o precursor da União Pan-americana, que por sua vez, foi o protótipo da atual Organização dos Estados Americanos (OEA). A IIIª Conferência se deu no Rio de Janeiro em 1906, esta teve como resultado concreto a criação de uma “Comissão Permanente das Conferências Internacionais Pan-americanas”. Em 1910, IVª Conferência, realizada em Buenos Aires, finalmente tira a exclusividade ianque de liderar a “União Americana”, novo nome adotado nesta conferência.

Assim a liderança norte-americana no continente vai se consolidando, seja através das Conferências, que apesar de serem consensuais, observava-se um caráter coercitivo bastante forte. Exemplos dessa coerção podem ser vistos na guerra entre Espanha e Estados Unidos no Caribe e a consequente situação de Cuba e Porto Rico, no qual vestígios desse domínio existem até hoje nos dois países: em Cuba, apesar de todo o histórico posterior revolucionário e de negação da hegemonia ianque uma base norte-americana permanece em seu território; e em Porto Rico sua situação política de neo-colônia em pleno século XXI é prova inequívoca do poderio coercitivo norte-americano. Demais exemplos, pode-se citar a política de intervenção ianque na América Latina, cujos Estados Unidos passaram a ter poder de polícia

em todo o continente, denominada de Big Stick, a partir de 1901 com o governo de Theodore Roosevelt e que levou a inevitável expansão da Marinha norte-americana pelas águas do Caribe, bem como a posterior Diplomacia do dólar, adotada especialmente pelo sucessor de Roosevelt, o presidente William Taft. Esta diplomacia se dava através do uso de poder econômico dos Estados Unidos, que assegurava empréstimo a países latino-americanos, expandindo a influência ianque no continente, pois aprofundava a dependência econômica dos países da América Latina, ficando suscetíveis a manipulações norte-americanas de acordo com seus interesses. Teve seu auge nas invasões estadunidenses na Nicarágua, Honduras e Haiti.

Durante a Primeira Guerra Mundial as conferências foram interrompidas, só retornando em 1923 com a quinta versão em Santiago do Chile. Nela, o ponto mais importante de discussão foi o fortalecimento de meios jurídicos para se evitar confrontos bélicos entre as nações do continente. Na sexta edição em Havana se discutiu sobre o direito a asilo político e se aprovou o código de Bustamente, relacionado com normas do direito privado internacional. Em 1936, com a sétima conferência em Buenos Aires o clima belicista toma conta da discussão e a conferência tem como resultado a criação de um sistema de consulta a nível governamental, uma preparação caso haja um conflito bélico extra ou até mesmo intra-regional.

Durante a Segunda Guerra Mundial aprovou-se em 1940 em Havana a Declaração de Assistência Mútua e Cooperação para a Defesa das Américas, no qual preconizava que qualquer ataque armado a um país do continente, era um ataque armado a todo continente. Isso obrigou os países da América a adotar uma estratégia mútua de defesa. Com o ataque japonês a Pearl Harbor criou-se a Junta Interamericana de Defesa que era um bloco formado por assessores militares de todo o continente com intuito de formular estratégias de defesa conjuntas. Essa relação da América Latina de aceitar a liderança dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial consistiu numa maneira de romper com uma ideia de integração estritamente latino-americana.

Depois da Guerra, a polarização do mundo entre leste/oeste faz com que na América Latina seja proposto um acordo denominado de Tratado Permanente de Assistência Recíproca (TIAR), no qual ditava mais uma vez, a ajuda mútua dos países da América Latina no campo militar, caso haja uma agressão externa. Este acordo serviu para que o exército dos Estados Unidos pudesse coordenar os demais exércitos da América Latina, colocando-os sob sua órbita, a fim de se afastar a ameaça externa que significa a União Soviética.

Prova concreta disso se pode obter na Décima Conferência Interamericana realizada em 1954 em Caracas. Nela o movimento comunista internacional é condenado e é elevada a categoria de séria ameaça à independência política dos países americanos. É o prelúdio dos subsequentes golpes que assolaram todo o subcontinente.

Nesse período as tentativas de aproximação de caráter apenas latino-americano, sem a presença dos Estados Unidos, foram poucas e eram bastante tímidas. As rivalidades, especialmente, entre Brasil e Argentina, que disputavam o papel de “potência” no subcontinente atravancavam qualquer tipo de negociação.

O avanço mais significativo foi a criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-americana (CECLA) em 1964. Ela tinha como objetivo coordenar e unificar a capacidade de negociação da América Latina perante as grandes potências mundiais, porém limitava a assuntos econômicos, mais estritamente: comerciais.

Em 1960 criou-se a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC)¹² e o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA). Posteriormente o MCCA uniu-se a ALALC. Ela logrou um considerável nível de liberalização do comércio na região, mas não se aprofundou mais no tem da integração latino-americana, restringindo-se novamente a temática comercial. Em 1980 a ALALC deu lugar a Associação Latino-americana de Integração Econômica (ALADI), muda o nome, mas mantém um foco comercialista. Em 1975 criou outra instituição denominada Sistema Econômico Latino-americano (SELA), composta por 25 países, inclusive Cuba e com sede em Caracas, na Venezuela. Ela é uma entidade de consulta e coordenação. Tem atividades políticas a medida que participa de fóruns multilaterais que tratam da questão Norte/Sul. Porém sua função primordial é promover maneira conjunta o desenvolvimento econômico da região.

A criação dessas instituições, somada a criação do Pacto Andino em 1969, refletiu um forte descontentamento da região no que diz respeito como a temática da cooperação pan-americana estava sendo gerenciada. Não negou também o fato de que a criação dessas associações latino-americanas terem uma forte influência dos modelos integrativos europeus que estavam em curso no mesmo período.

A expressão máxima desse descontentamento foi a criação da Comissão Econômica para a América Latina¹³ (CEPAL) que militou pela inserção da economia latino-americana no cenário internacional, dentro da lógica capitalista.

¹² Que reuniu os estados sul-americanos mais o México

¹³ Caribe foi adicionado posteriormente

Apesar de os Estados Unidos se posicionarem em defesa dos países do continente americano na teoria, esta política não esteve isenta de contradições quando posta no campo da prática. Por exemplo, houve casos em que os Estados Unidos se posicionaram contra os interesses dos países da América Latina, como exemplo, pode-se citar o apoio norte-americano a Inglaterra na Guerra das Malvinas em 1982, perturbando os militares argentinos que desde o início contavam com o apoio estadunidense, baseada não só na ideia de América para os americanos, mas também baseado no Tratado de Não agressão (TIAR) assinado em 1948 pelos países da América, no qual preconizava a defesa mútua, inclusive militar entre os países do continente. Importante destacar que tal apoio não faltou quando o tema em questão abordava a luta contra as ameaças externas dos russos e dos movimentos populares. Outros casos, ainda durante a década de 1980 é a intervenção ianque na Nicarágua e no Panamá.

Outro ponto paradoxal é a fragmentação da América espanhola durante o século XIX. Começando primeiro com a anexação de grande parte do território mexicano pelos Estados Unidos, depois a divisão da América Central e do Caribe em pequenos países, separando a Guatemala do México e o Panamá da Colômbia. Na América do Sul a divisão dos países andinos que antes se encontravam unidos pela política colonial e pelo Império Inca. No Cone sul, a fragmentação da região cisplatina, antes unida pelas tradições gaúchas. Estas divisões, que contaram com o envolvimento estadunidense e inglês e quase nunca foram pacíficas, desarticularam a ideia de uma América Latina para os latino-americanos e contribui para o triunfo do pan-americanismo, maior representado pelo latifúndio conservador, escravista e monárquico do Brasil que manteve seu território unido.

Foi assim, que durante mais de um século, os interesses imperialistas conseguiram impor-se sobre as tradições culturais e as vocações geográficas de todo um subcontinente. Dividas, endividadas, restringidas nas suas tentativas de industrialização, estimuladas a permanecer no caminho de nações exportadoras, voltadas para a monocultura, mas, sobretudo imobilizadas pela conservação de relações de produção escravistas, servis ou semi-servis, as nações latino-americanas foram se convertendo em novas modalidades de economias dependentes, articuladas de forma subalterna ao sistema econômico mundial capitalista, que se consolidava sob a influência inglesa e posteriormente norte-americana (SANTOS, 1993, p.111).

A consolidação da hegemonia norte-americana e por consequência, o deslocamento do eixo econômico pelo qual giraria os países latino-americanos, passando da Europa, com a derrocada inglesa para o sucesso do pan-americanismo, tendo os Estados Unidos como centro hegemônico, apenas se deu após a Segunda Guerra Mundial e teve como ponto de partida a

política de boa vizinhança adotada por Roosevelt nos anos 1930 terminando com o afastamento definitivo da influência nazista no continente com a entrada do Brasil na Guerra, fruto da diplomacia estadunidense. Este país coordenava as ações da defensiva ocidental, e então de posse de um grande poderio econômico procurou afirmar seus mecanismos de influência em todo o continente americano.

Após a Segunda Guerra Mundial formam-se várias organizações supranacionais de caráter pan-americano. A principal delas é Organização dos Estados Americanos (OEA), surgido a partir do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado em 1947. Em seguida surge Acordo para a Criação de uma Comissão Mista sobre Desenvolvimento Econômico Brasil – Estados Unidos (PONTO IV), algo que se assemelhava ao Plano Marshall na Europa. Na década de 1950 o governo Kubitscheck sugeriu a criação de uma Operação Pan-americana, pressionado pelas intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI). Por fim, o pan-americanismo chegou a seu auge em dezembro de 1959 com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com os limites impostos pelo FMI e com a interferência das multinacionais no Acordo de Montevideu que criou a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), mas privou-a de seus mecanismos integracionistas.

A OEA atingiu o máximo de sua subserviência aos interesses norte-americanos quando negou ao governo cubano o direito de representação¹⁴ em 1962, mesmo com os maiores países da região opondo-se a decisão, mas abstiveram (Argentina, Brasil, México, Venezuela), o que culminou com o isolamento de Cuba dos demais países do continente. A justificativa da expulsão de Cuba foi sua adesão ao marxismo-leninismo após a revolução, que segundo a organização quebrava a unidade e a solidariedade do continente, num clara disputa não entre os países do continente, mas entre as duas potências da época: Estados Unidos e União Soviética. A decisão só foi revogada em 2009.

O apoio militar entre os países da região, capitaneado pelos Estados Unidos e posto em prática através da ideia de fronteiras ideológicas, também foi um sinal do triunfo do pan-americanismo. Para citar o caso brasileiro, o golpe de estado deflagrado na Bolívia pelo general Hugo Banzer em 1971 recebeu apoio aberto dos militares brasileiros que enviaram a Bolívia, fuzis, metralhadoras, e munições, enquanto que tropas brasileiras esperavam em Campo Grande uma ordem de intervir no país vizinho, caso necessário. Alguns destacamentos chegaram inclusive a entrar em território boliviano¹⁵. Com esse ato, o Brasil conseguiu,

¹⁴ Tecnicamente Cuba ainda era membro da organização

¹⁵ Moniz Bandeira

ademaís de afirmar os interesses norte-americanos no continente sul-americano, transformar o Banco do Brasil num dos principais fornecedores de crédito para o mercado boliviano, além de assinar acordos de complementação Industrial-Comercial, de assegurar seu domínio sobre jazidas de ferro em El Mutún e de garantir o abastecimento de 240 milhões de pés cúbicos diários de gás através de um gasoduto que ligava Santa Cruz de la Sierra a São Paulo.

No Rio Grande do Sul tropas do IIIº Exército preparavam-se para invadir o Uruguai se o general Liber Seregni, candidato da Frente Ampla ganhasse a disputa presidencial em 1971, porém com a vitória do candidato conservador, a assim chamada *Operação Trinta Horas*, tempo estimado para a tomada daquele país, não foi concretizada. Mesmo assim, o Serviço Nacional de Informações (SNI) ajudou a combater a militância de esquerda no país, tendo o coronel Leuzinger Marques Lima levado explosivos para destruir células do partido comunista em Montevidéu que lá eram permitidos pela lei. O famigerado delegado Sérgio Fleury do DOPS de São Paulo ajudou a organizar o *esquadrão da morte* em Montevidéu para liquidar com os *Tupamaros* (BANDEIRA, 1987), tendo inclusive treinado os policiais uruguaios, junto com o apoio da força congênere da Argentina.

Com o golpe em 1973, o Brasil não hesitou em enviar armamentos ao Uruguai, além de concretizar uma vasta gama de acordos e tratados, entre eles, a criação de zonas francas em Jaguarão e Chuí, a instalação de uma usina siderúrgica e uma fábrica de cimento na fronteira, assim como o comprometimento da duplicação da produção de arroz e carne. Em 1975 houve a assinatura de mais doze acordos entre os presidentes Geisel e Bordaberry, sendo o mais importante o Protocolo de Expansão Comercial (PEC) que dava ênfase a complementaridade das duas economias. O Banco do Brasil também passou a fornecer crédito ao mercado uruguaio, especialmente para a aquisição de bens de capital. Também lhe comprou 46000 t de carne para aliviar as contas externas do Uruguai afetadas, pois, as exportações para a Europa estavam restringidas, devido a elevação dos preços do petróleo.

No caso da Ditadura chilena, o Brasil apoiou sua implementação, não de maneira oficial, mas através da *diplomacia militar paralela*, empenhada na guerra anti-subversiva. Um ex-embaixador norte-americano Edward Korry chegou a declarar que “real apoio técnico e psicológico ao golpe de Estado no Chile partiu do governo militar brasileiro.” Durante 1972 e 1973 várias armas e munições saíram do porto de Santos escondidas em caixas de maquinaria agrícola rumo ao Chile para serem entregues a organização direitista *Patria y Libertad*¹⁶. Além de o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), grupo que se opôs a João Goulart

¹⁶ Moniz Bandeira

e conspirava sua deposição, captar financiamento para atividades de sabotagem e greves contra o governo Allende. Muito do financiamento veio diretamente dos Estados Unidos¹⁷. Também houve o comprometimento de o Brasil fornecer pelo menos 500 homens e US\$ 8 milhões para ajudar na derrocada do governo Allende, já que a perspectiva era que uma guerra civil se instalasse no país.

Com o golpe, o governo brasileiro reconheceu imediatamente a legitimidade do governo do general Pinochet e enviou a Santiago aviões da Força Aérea carregados mantimentos e remédios e, posteriormente, intensificou as relações comerciais e financeiras com esse país. Por exemplo, passou a exportar 500 ônibus Mercedes Benz e 40000 t de açúcar, substituindo as importações de Cuba. As linhas de créditos que o Brasil forneceu ao governo chileno de Pinochet chegaram à casa de US\$ 200 milhões em apenas seis meses, contra apenas US\$ 63 milhões durante a administração Allende (BANDEIRA, 1987).

Desde então o Brasil tornou-se um dos seus principais fornecedores de manufaturados, vendendo-lhe caldeiras, máquinas, aparelhos, e instrumentos mecânicos, material de transporte, produtos siderúrgicos e, inclusive, navios e armamentos, enquanto lhe comprava cobre em bruto não refinado, cobre eletrolítico e barras para fio de cobre (BANDEIRA, 1987, p.57).

A informação acima revela como o apoio militar do Brasil aos demais golpes na América Latina permitiu, não só, afastar o comunismo da região, mas também expandir as exportações industriais, sendo quase todas elas realizadas por empresas multinacionais. Infere-se disso que os interesses das corporações nacionais estavam fortemente representados pelos governos militares na América Latina que lhes manteriam taxas de lucros necessárias para a expansão cada vez maior de seus negócios. A maior engrenagem para isso seria uma militarização de todos os governos da América Latina, capaz de amenizar, e algumas vezes eliminar, as reivindicações das camadas populares da sociedade, insere-se aí, a classe trabalhadora e sua exigência por maiores salários. Como pano de fundo guiador de todo esse movimento pode se citar a política estadunidense de integração continental, sob a égide do capital, tendo como posto avançado suas empresas multinacionais, e que reafirmava a sua hegemonia, o pan-americanismo.

Havia interesses de cortes nacionais norteadores de tal política externa também, que se pode denominar de contrarrevolução permanente, sempre organizada por debaixo do tapete,

¹⁷ Há fontes que indicam que 1962 o IPES e IBAD (Instituto brasileiro de Ação Democrática) financiaram a eleição de quase 200 parlamentares com recursos oriundos da CIA.

através da diplomacia paralela, e não a oficial, importante ressaltar. Tais interesses eram resultados da necessidade de expansão do capitalismo brasileiro, numa tentativa de afirmar-se como potência industrial, de modo a garantir próximos as fronteiras as matérias-primas, os mercados e as fontes de energia que necessitaria. Como evidência do exposto é possível citar vários acordos e tratados que o País realizou com países, nos quais não teve nenhuma influência em suas políticas internas. Por exemplo, com o Peru negociou importações de cobre e zinco e em troca o Brasil forneceria soja e milho, com a Colômbia para a prospecção de carvão coqueificado, com a Guiana para a importação de alumínio, também estreitava laços com a Venezuela e o Suriname e discutia com o Equador o projeto da via interoceânica ligando Manaus ao porto de São Lorenzo no Pacífico¹⁸. Em 1978, o Brasil firmou com esses países, mais a Bolívia, o Tratado de Cooperação Amazônica com o objetivo de desenvolver a região e pensar sua ocupação de forma racional.

A necessidade primordial era de integração física, tanto ao norte quanto ao sul, com a construção de grandes rodovias, como a Transamazônica, a Perimetral Norte e outras, na região da Amazônia, além do melhoramento e da ampliação do sistema de transporte fluvial e terrestre, abrindo corredores de exportação, para ligar não somente o interior, mas também a Bolívia e o Paraguai aos portos de Santos, Paranaguá, e Rio Grande (BANDEIRA, 1987, p.58).

Essa abertura de novos veios de escoamento acabou gerando um desequilíbrio na Bacia do Prata, já que os países sem saída ao mar não mais dependiam somente do porto de Buenos Aires que devido a sua localização e baixa profundidade tornava mais custoso a realização do transporte por ele.

Com a expansão das vias de acesso ao interior do continente, começou a surgir um grande fluxo migratório, principalmente de excluídos do processo de produção agrícola, devido à mecanização do campo, mas também de fazendeiros e empresas que compravam terras em países vizinhos, aproveitando-se dos baixos preços, muitas vezes com interesse meramente especulativos, outras vezes para fins de exploração. Em 1972, um fazendeiro do Rio Grande do Sul conseguia comprar um hectare de terra produtiva, principalmente, no Norte do Uruguai pela metade do preço. Assim, em 1983 os brasileiros eram donos de 28,5% de 1,3 milhão de hectares, o equivalente a 7,6% do total do país, em propriedade de estrangeiros¹⁹.

18 Moniz Bandeira

19 Revista Agrícola

Na Argentina, os brasileiros passaram a ocupar, massivamente, o território da província de Misiones e, em menor escala, a província de Corrientes. Em Misiones havia cidades, como Puerto Iguazu, Villa Alta e Villa Tacuara que a maioria da população era composta por imigrantes brasileiros. Alguns também faziam isso com o intuito de comprar terras.

No entanto, nenhum país recebeu tantos brasileiros como o Paraguai. Desde a década de 1950 muitos fazendeiros paulista e paranaenses se interessam pelo solo paraguaio de cor roxa devido a sua fertilidade. Eles tinham a intenção de expandir o cultivo do café. Porém, só a partir de 1960 a emigração brasileira ao Paraguai passou a ser intensificar, especialmente depois que o presidente Strossner acordou com o Brasil a construção de Itaipu e em 1967 anulou a lei que proibia a venda de terras a estrangeiros numa faixa de 150 km de distância da fronteira (BANDEIRA, 1987). Quanto à construção de Itaipu a emigração de brasileiros do Paraná ao Paraguai se deu porque a indenização dos moradores das terras que seriam alagadas pela represa não era suficientemente alta para a compra de outra propriedade no país natal. Assim, optaram por cruzar a fronteira e comprar terras no Paraguai por um preço até 8 vezes menor. Soma-se a isso a constante mecanização na produção de soja no Brasil e a concentração das terras nas mãos de grandes empresas, o que deixou os camponeses desempregados.

A maioria dos emigrantes brasileiros para o Paraguai vieram habitar as regiões de Amambay e Canandiyú; tem origem alemã, italiana ou eslava; falam o português e mantêm controle sobre as terras mais férteis. Isso aumentou sentimentos nacionalistas e xenófobos dos paraguaios e uma preocupação pela perda da identidade nacional paraguaia nas regiões fronteiriças, já que os brasiguaios chegam a usar o Real como meio de troca e substituem o guarani pelo português como língua alternativa na região. Essas rivalidades chegam as vias de fato, elevando o grau de tensão na área, a medida que os camponeses sem terras, muitos deles, paraguaios e de origem hispano-guarani invadem as terras dos brasiguaios.

Desde 1970 a 1980 a população de brasiguaios cresceu. Em 1968 havia cerca de 56 mil brasileiros, quintuplicando-se esse número em 1977, representando 1,2% da população do Paraguai. Em 1980 havia 500 mil brasiguaios, quase 1/6 da população do país. A partir daí, a população passou a diminuir e hoje estimava-se que há 400 mil brasiguaios vivendo no Paraguai.

O apoio estadunidense aos vários golpes de Estados, na América Latina com o intuito de manter os países do subcontinente sobre sua influência, afastando a presença soviética e abrindo espaço para sua expansão econômica engendra consigo uma contradição inerente, a

medida que um nacionalismo de direita, ou até mesmo de esquerda, cada vez mais forte vai tomando conta da região.

O primeiro sinal de esgotamento dessa política foi a formação do governo militar peruano que ao derrotar os guerrilheiros do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), instaurou como política de segurança nacional a defesa das nações contra os oligopólio, desse modo realizou a reforma agrária, encampou empresas multinacionais e organizou a população marginal para autogestão de fábricas, escapando de qualquer classificação, tanto de direita como de esquerda (SANTOS, 1993).

No Equador, o governo militar em 1972 desapropriou o Petróleo das multinacionais e também realizou a reforma agrária, mas continuou mantendo um elevado nível de endividamento para custear os planos de industrialização.

Esses acontecimentos deixaram os Estados Unidos em alerta, visto que os alguns países latino-americanos estavam entrando num nível de nacionalismo perigoso e imprevisível para a manutenção do pan-americanismo e da influência norte-americana.

Desde o fim da década de 1960 foi-se formando nos Estados Unidos uma ideia desfavorável aos governos militares. Esta concepção se tornou mais nítida com o surgimento do governo do General Torres na Bolívia, de nítidas tendências de esquerda. É bom lembrar também que a intervenção norte-americana em Santo Domingo havia-se realizado contra o General Caamaño, que apoiara a insurreição popular e distribuía armas ao povo. Neste mesmo período havia surgido em El Salvador um grupo de oficiais progressistas que apoiara o governo da união, que consagrava a aliança entre os democrata-cristãos e os comunistas (SANTOS, 1993, p.115).

No Panamá, sob o governo do General Torrijos, e com o apoio do Brasil, a revisão do tratado do seu canal foi revisto em 1977. Aprovado mediante um plebiscito em 23 de outubro de 1977, o tratado Torrijos-Carter devolvia ao Panamá a soberania do Canal.

No Brasil, o ato institucional nº5 que fechou o congresso em 1968, contra a direção norte-americana, extremou o nacionalismo de direita da chamada “linha dura” do governo. As eleições para o novo presidente da república indicavam que o vencedor seria Albuquerque Lima, um militar de tendência “peruana” e que tinha grande apoio nos escalões subalternos do exército, mas não angariava simpatia da camada superior do exército. Devido a isso, uma manobra política para retirá-lo da disputa foi executada. Orlando Geisel, irmão do futuro presidente Ernesto Geisel e ministro do exército conseguiu a adesão do Alto-comando do exército para não promover Albuquerque Lima a general-do-exército, o que era necessário

para que dispute as eleições. Assim, o General eleito foi Garrastazu Médici que, mesmo assim, manteve certo nacionalismo de direita, visto abertamente por meio do discurso de Brasil potência da época. Era como se a América Latina estivesse chegando aos limites de nacionalismo aceitáveis pela política externa norte-americana e o Brasil perigosamente querendo expandir seus domínios no continente, enquanto que a influência ianque diminuía relativamente.

A análise do governo militar brasileiro era que o Brasil, uma vez emergido como potência industrial, não mais podia confundir suas políticas com a dos Estados Unidos a ponto de parecer um “país-chave” ou “satélite-privilegiado”. Na abertura da IV Assembleia Geral da OEA, o chanceler Antônio Azeredo da Silveira afirmou que o Brasil não aceitava girar como satélite na órbita dos Estados Unidos, nem desejava impor qualquer hegemonia sobre os países da América do Sul (BANDEIRA, 1987).

O que ele [o Brasil] então pretendia não era, evidentemente, a mudança da ordem internacional e sim da posição relativa que ocupava na hierarquia dos poderes (...). A vigorosa expansão industrial aviventava-lhe o anseio de tornar-se potência mundial, quaisquer que fossem os sacrifícios até o ano 2000 (...). O domínio de amplos setores da economia do País pelos capitais estrangeiros, particularmente norte-americanos, não anulava seus interesses nacionais, entendidos como aqueles que refletiam as necessidades internas do processo de reprodução capitalista, no seu conjunto, e o estado condensava (BANDEIRA, 1987, p. 60).

Portanto, o capitalismo brasileiro, ao integrar-se de maneira considerável a economia capitalista mundial monopolizada e financeirizada atinge uma característica subimperialista, expressada na busca por novos mercados consumidores nos demais países da América Latina e na África. A ditadura militar busca, nesse sentido, realizar a mercadoria, especialmente os bens duráveis, o setor mais dinâmico da economia a época, no mercado externo, devido à incapacidade de realização interna, dada a estreiteza da renda das grandes massas, prejudicadas pelo arrocho salarial que lhe foi imposta para atender os interesses de industrialização em conjunto com o capital externo.

O Brasil, então, procurou estreitar laços com a América Latina, África²⁰ e Oriente Médio em busca de mais mercados em resposta as barreiras protecionistas da América do Norte e Europa. No governo Figueiredo, o Brasil, para converter-se em país de primeiro mundo, antes de qualquer coisa, necessitava voltar-se para o seu próprio espaço econômico, a

20 Reconheceu os governos revolucionário de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que se independentizaram de Portugal

América do Sul, numa espécie de latino-americanismo de direita, a fim de ir contra a hegemonia posta, vista como não mais primordial ao desenvolvimento da nação. Portanto, algo necessitaria ser mudado na estratégia ianque para América Latina.

Com isso em mente, a partir de 1973 os Estados Unidos passaram a adotar um plano de devolver aos países da América Latina um governo civil. Isso, claro, foi alterado em algumas situações pontuais que ainda poderiam tender para o lado soviético ou nacionalista de esquerda. Casos, como o apoio ao golpe no Chile em 1973, para destruir o socialismo de Allende, a derrubada dos Tupamaros no Uruguai também em 1973 e a destituição do populismo peronista na Argentina em 1975 são os maiores exemplos. Na Argentina, é mister dizer que tão logo o golpe cumpriu seu objetivo – o de afastar o populismo do poder – ele já foi rechaçado pela política externa norte-americana, vide o caso do não apoio ianque a guerra das Malvinas. O maior golpe sofrido pelos governos militares latino-americanos. Isso evidenciou que a integração Oriente-ocidente era superior a integração norte-sul e que esses países do sul deveriam “voltar a seus devidos lugares”. O fim das ideologias, o progresso tecnológico e a implementação de um liberalismo passou a ser o mote central dos governos norte-americanos e passou a permear o pan-americanismo nos anos vindouros.

Essa mudança de estratégia representou, inegavelmente, um grande avanço por parte da política norte-americana, na medida em que ao apoiar a volta da democracia e a defesa dos direitos humanos na América Latina abre-se espaço para reformas sociais e econômicas e se avigora a sociedade e a política. Porém, é necessário entender as verdadeiras motivações para essa inversão na política externa norte-americana.

Através da globalização da economia mundial, as empresas multinacionais passam a defender uma maior desregulamentação e descentralização do estado. Num contexto de nacionalismo militar (de direita ou de esquerda), o que se via na época, essa desregulamentação é bastante limitada. Com a volta a democracia permite-se que oposições a esta onda nacionalista surja e sejam capazes de destruir tal ideologia.

Também o crescente armamento que os governos militares podem adotar, entrando, inclusive, numa corrida armamentista, incorrendo em severos gastos. Isso pode representar um perigo a hegemonia norte-americana, mesmo sendo a potência hegemônica militar incontestada, pois se abre a possibilidade de questionar tal supremacia. Daí decorre o apelo estadunidense pela não proliferação de armas nucleares. Entretanto, a maior mudança na política norte-americana em relação aos exércitos da América Latina foi realocá-los para atividades policiais, como o combate ao tráfico de drogas, especialmente nos cartéis colombianos.

Outro motivo decorre da perda de poder econômico dos Estados Unidos durante esse período. Era necessário que se leve em consideração a sociedade civil, seu potencial de desenvolvimento e suas identidades culturais e ideológicas (SANTOS, 1993). Isso poderia funcionar como uma aceitação melhor por parte dos governos da América Latina das políticas norte-americanas, devido ao grande conteúdo cultural de produção ianque que é absorvido por essas populações.

Quanto a questão da crise da dívida da década de 1980, ela deu um novo impulso ao pan-americanismo através das medidas restritivas do FMI, que levaram a ruína parte considerável da produção industrial latino-americana, e fez surgir questionamentos na burguesia nacional dos países do subcontinente, forte admiradores do liberalismo norte-americano. Certamente, uma ofensiva estritamente latino-americana era necessária, mas ela não veio dos setores dominantes. Ela partiu do governo cubano que entendeu que se o continente latino-americano se integrasse em defesa de seus interesses ao redor da dívida, eles teriam mais chances de serem sucedidos e capacidade de exercer uma pressão sobre as potências dominantes seria maior. Então, com esta ideia foi realizado seis congressos sobre o tema e criou-se uma comissão comum SELA-CEPAL que apresentou um documento, no qual orientava a formação de um pool de devedores para negociar com um pool de credores, os bancos internacionais. Antes essa negociação era realizada individualmente. Porém,

Cada ministro da fazenda acreditava que a ameaça de um “pool” dos devedores era suficiente para aumentar seu poder de negociação particular. Este oportunismo barato era uma demonstração de debilidade das elites econômicas, financeiras e políticas de cada um destes países, assim como a ação concentrada dos banqueiros internacionais era uma demonstração de sua capacidade político-administrativa (SANTOS, 1993, p. 126).

O desfecho da história levou a concessões das classes dominantes latino-americanas, sem que antes houvesse concessões cruciais dos estadunidenses.

Ele se materializou no Plano Brady, admitindo o perdão de pelo menos 20% da dívida, mas a contrapartida foi uma pesada promoção de ajustes liberais para que a credibilidades dos mercados pudesse ser restaurada. Foi o precursor do Consenso de Washington, Era o princípio de uma nova era liberal.

O governo dos Estados Unidos também passou a ser mais receptivo aos empreendimentos dos mercados comuns, especialmente o MERCOSUL, em processo de formação. No princípio, Brasil e Argentina, altamente endividados, perceberam a importância

de uma ação mútua. No dia 6 de julho de 1990, os governos do Brasil, representado pelo presidente Fernando Collor, e o da Argentina, representado por Carlos Menem, firmaram a Ata de Buenos Aires, que dispunha da total integração alfandegária entre os dois países. Foi acordado que todas as medidas para a construção da união aduaneira, primeiramente, e depois um mercado comum, deveriam ser concluídas até 31 de dezembro de 1994. Para garantir a execução dos prazos, foi nomeado um Grupo de Trabalho Binacional, órgão que teve como cargo, definir artifícios para a criação do mercado comum entre as duas nações. Em setembro, os governos de Paraguai e Uruguai evidenciaram forte interesse no processo de integração regional, conduzindo à integral percepção dos signatários que um tratado mais abrangente era imprescindível. Assim, no dia 26 de março de 1991, os presidentes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, que orientava a construção de uma zona de livre comércio entre os quatro países, nomeada Mercado Comum do Sul, ou em castelhano, Mercado Común del Sur. Baseado na Ata de Buenos Aires, o Tratado de Assunção delimitou normas e condições para criação de uma área de livre comércio entre seus quatro signatários. Como também, o presidente Collor em viagem aos Estados Unidos fechou o acordo quatro mais um com os Estados Unidos, segundo o qual se comprometia a negociar, através do MERCOSUL a criação uma área de livre comércio na América. O pan-americanismo avançava sobre os tratados que seriam sub-regionais. Desse modo, apressa-se o liberalismo na América Latina.

O aprofundamento das relações entre Brasil e Argentina enfraqueceu os eixos integrativos anteriores, segundo os quais o Brasil mantinha fortes relações com o Chile e a Argentina com o Peru. O Chile isolou-se, pois a ditadura do general Pinochet ainda permanecia e a democracia configurava uma condição sem a qual não é possível a participação de países no novo mercado comum que estava por nascer.

Os demais países, como Uruguai, Bolívia e Paraguai, que antes tiravam vantagens das rivalidades entre Brasil e Argentina, adotando uma postura pendular, agora unir-se-iam ao mercado comum, foi o caso do Uruguai e Paraguai. A Bolívia, mais ligada ao pacífico, permaneceu no seu pacto andino.

Depois de aprovado o Plano Brady, o Consenso de Washington e seus dez pontos liberais aprovados em 1989 na capital norte-americana, com a participação de vários órgãos sediados naquela cidade, entre eles, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o FMI e o Banco Mundial, o reerguimento do pan-americanismo se deu através de um

realinhamento quase automático da América Latina, especialmente, do Brasil com os estadunidenses.

O Consenso de Washington e com ela a nova estratégia dos Estados Unidos para a América Latina surge, paradoxalmente, dos problemas que os países latino-americanos encontravam para rolar sua dívida, o que também os impedia de importar bens dos demais países, entre eles, os Estados Unidos. Este país durante a década de 1980 apresentava um déficit comercial muito alto, da ordem de US\$ 170 bilhões de dólares. Isso também colocava a dívida dos Estados Unidos em patamares elevados. Para diminuir o volume de sua dívida, os norte-americanos necessitariam registrar superávits comerciais sucessivos e fazem isso impondo uma política liberalizante para os países que giram em sua órbita. Aí se insere o consenso de Washington e suas ideias liberais. Foi uma reação das burguesias estadunidense estritamente nacional exportadora que não conseguia competir com as burguesias que expandiam seus negócios para outros continentes, a fim de recuperar parte do excedente mundial que lhes havia sido tomada, exemplo dos processos e contradições descritos no capítulo, e da burguesia estadunidense já mundializada que viu seus lucros diminuírem na década de 1980 devido às crises, ou seja, um pacto entre as burguesias do centro hegemônico.

Essas movimentações começaram em 1990, quando o presidente George Bush deu início ao *The Enterprise for the Americas Initiative* que tinha como objetivo constituir uma área de livre comércio do Alaska a Terra do Fogo.

Tais ideias liberais começaram a ser propagadas massivamente, através de agências internacionais e apoio intelectual e logístico, a partir do governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), de maneira completamente distorcida para que possam ser palatáveis para as populações latino-americanas ansiosas por mudanças, num movimento político bastante desonesto. No Brasil chegou a seu auge no documento publicado pela FIESP em agosto de 1990, intitulado “Livre para crescer – Proposta para um Brasil Moderno”, no qual citava que o Brasil necessitaria de reformas, tal qual descritas no Consenso de Washington, um caso exemplar de cooptação intelectual. Dessa maneira, as elites empresariais latino-americanas encamparam a aplicação do neoliberalismo sob a égide norte-americana, como se fosse de sua iniciativa e como se fosse também o único caminho para o desenvolvimento e inserção dos países do continente no cenário internacional. O que muita se oculta neste processo é as vantagens imediatas que o empresariado conseguiria obter através da adoção do receituário liberal, entre elas a flexibilização das leis trabalhistas e a diminuição considerável da carga tributária.

Assim, o que deu sustentação para a implantação do neoliberalismo no continente foi a propagação da ideia pelas classes dirigentes que os graves problemas econômicos – alto endividamento, inflação elevada... – tinha origem estritamente interna e se deviam ao excesso de nacionalismo dos governos anteriores que “incharam” a máquina pública, tomaram empréstimos impagáveis e gastaram de maneira aleatória e imprudente. Os fatores externos, que realmente levaram esses países a crise – a alta dos preços do petróleo, a elevação das taxas de juros norte-americanas e a deterioração dos termos de intercâmbio – eram inteligentemente descartadas na análise econômica dos economistas de influência pública. Neste contexto, as reformas liberais, eram vistas como modernizadoras e livres de ideologias (o mal identificado), perante o anacronismo do nacionalismo anterior, cheio de ideologias e carregadas de um conteúdo político estagnante e criador de severas crises. O que interessa aqui e agora é a economia, “basta de politicagem”. Com o abandono das regulamentações e sua capacidade de falsear a lei do valor, ela e suas consequências agora aparecerão da maneira mais nítida.

A imposição da agenda neoliberal promove uma globalização assimétrica, vulnerabiliza as economias subdesenvolvidas frente ao capital internacional, sendo incapaz de segurar uma trajetória de crescimento sustentado e duradouro. O ajuste orientado para flexibilizar as relações de trabalho, procura revogar direitos trabalhistas e assegurar maior liberdade de ação ao capital globalizado, marcado pelo acirramento da concorrência internacional. Os nichos de inserção moderna quando ocorrem são acompanhados pela ampliação do “apartheid social” e pela desarticulação as formas tradicionais e menos eficientes (TAVARES, 1994).

Neste cenário, o monetarismo que considera a inflação um problema meramente monetário, de excesso de moeda em circulação ressurgiu e os ministérios de diversos países latino-americanos foram tomados por essa corrente econômica, foi o caso da Argentina, com Domingo Cavallo e mexicano com Salinas de Gotardi. Soma-se a isso um grande contingente de acadêmicos formados nas universidades norte-americanas de Chicago e Harvard, especialmente, que negavam e até desconheciam o vasto acúmulo teórico produzido estritamente em território latino-americano.

Outro fator que contribuiu de maneira decisiva para a consolidação das ideias liberais foi a atuação de organismos e fundações internacionais, nos debates universitários que, muitas vezes, eram financiados por esses mesmos órgãos, funcionando como um alívio monetário para o Estado, afundado em severas dívidas. Os debates liberais passaram, então, a compor

grande parte das atividades extracurriculares da comunidade universitária e sem dúvida tiveram seu papel na propagação e consolidação do neoliberalismo.

Ainda outro fator que pode ser apontado é a ação da imprensa colonizada durante esse período, denegrindo a imagem dos “dinossauros” que defendiam outras maneiras de inserção econômica da América Latina no cenário internacional. Sobre isso Paulo Nogueira Batista cita inclusive cita contradições para defender os interesses norte-americanos em detrimento de um liberalismo generalizado publicados nos editoriais jornalísticos no Brasil:

Essa mesma imprensa registraria, com respeito e sem quaisquer reparos, declarações do presidente da General Motors Mundial quando veio ao Brasil defender a necessidade de se conter o ímpeto da abertura comercial, com o natural receio de não poder a GM norte-americana competir no mercado brasileiro com os veículos de origem japonesa ou coreana, caso aquele processo [liberalizante] prosseguisse. Caberia, assim, aos investidores americanos e europeus, e não aos empresários nacionais, assumir a defesa da indústria instalada no país através da política de substituição de importações condenada pela onda neoliberal (BATISTA, 1994, p.7).

No Brasil, o primeiro sinal de que o País estaria adotando uma política liberal e se realinhando aos Estados Unidos se deu na rodada do Uruguai, em Punta Del Este, durante o governo Collor, quando se adotou uma postura de aliança com os norte-americanos na questão agrícola e no que diz respeito aos direitos autorais da propriedade intelectual.

No entanto, a “pá de cal” de outras políticas alternativas de desenvolvimento e integração da América Latina, como a alternativa latino-americanista de integração e a cepalina, na área do desenvolvimento que o estruturava sobre um industrialismo baseado em capitais privados majoritariamente composto por nacionais e de uma participação ativa do Estado, foi a dissolução da União Soviética e queda do muro de Berlim, bem como a adesão do socialismo espanhol e francês a onda neoliberal: fatores que enfraqueceram grande parte da esquerda latino-americana e a deixaram desorientada e necessitando reorganizar-se. Este setor seria o grande setor oposicionista, teria inclusive a capacidade de barrar as investidas liberais e de ataque aos trabalhadores se estivesse bem articulado.

Com isso surge a *Pax Americana*, com a vitória da democracia liberal, com o fim das “ideologias” e o avanço estrondoso da tecnologia, capitaneado, claro pelo capital dos Estados Unidos, o grande e único centro gravitacional do mundo. Era o início da pós-modernidade. É possível, assim, afirmar que a primeira grande onda da internacionalização do capital na América Latina, a partir de 1950 foi uma tragédia, como será visto a seguir, e a segunda

grande onda, a partir de 1990 deu-se como farsa, basicamente porque a base ideológica, ou seja, de falseamento da realidade, passou por cima da base material do período anterior.

Vargas Llosa chegou até a afirmar com entusiasmo e com imenso apoio que o modelo ideal que os países latino-americanos deveriam adotar de ali em diante seria o modelo porto-riquenho, de estado associado aos Estados Unidos. Proposta esdrúxula e vexaminosa que indica o grau de paralisia da consciência nacional na região (BATISTA, 1994).

Os latino-americanos parecem comportar-se como países derrotados. (...) [Estavam] resignados e acomodados, sem nenhuma vontade perceptível de se afirmar como verdadeiras nações (BATISTA, 1994, p.8).

Desse modo as economias latino-americanas se converteram mais do que nunca em satélites da economia norte-americana. Se antes as incursões estadunidenses no subcontinente passavam por um crivo crítico em alguns países, sendo o Brasil um deles, agora, através da redemocratização – que permitiu a vitória do neoliberalismo e sepultou o nacionalismo militarista de direita – o alinhamento quase automático e por consequência, o fortalecimento do pan-americanismo voltou a ser a principal estratégia de política externa dos países latino-americanos. Aprofundou-se a dependência política a um ponto em que a proposta de criação de uma área de livre comércio que englobasse toda a América, fundamento da Iniciativa Bush, e que seria inevitavelmente desvantajosa para as débeis economias da América Latina, já que trataria os desiguais como iguais, foi fortemente endossada pelas elites do subcontinente.

A adesão do México à NAFTA criou uma onda de “inscrições” para ver quem seria o próximo da lista a assinar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos entre os países da América Latina. A Argentina, a esta altura fortemente presa em “relações carnavais” com os Estados Unidos cogitou a ideia de sair de abandonar o MERCOSUL e se unir ao NAFTA, pois a relação com o Brasil, seria uma “fantasia”. Até o Brasil chegou a julgar que a união com o NAFTA ser-lhe-ia mais lucrativa e produtiva do que com a Argentina, Uruguai e Paraguai.

No entanto, certamente haveria várias dificuldades para a adesão de outros países no NAFTA. Dessa maneira, o Brasil propôs a Área de Livre Comércio do Caribe e América do Sul (ALCSA), com clara intenção de se contrapor ao NAFTA. Isso não interessava aos Estados Unidos, porque era uma clara ameaça ao seu predomínio na região. Então, o presidente Clinton percebeu que o que realmente seria mais eficiente era a união de toda a América em numa área de livre comércio, tendo os EUA como centro hegemônico. Assim, o governo estadunidense, revivendo a *Enterprise for the Americas Initiative* chamou a 1º

Cúpula das Américas, em Miami para propor a criação de uma área de livre comércio das Américas, a ALCA, a ser criada até 2005.

A ALCA trataria de ser uma simples extensão do NAFTA, configurando-se mais uma zona de livre comércio:

Mercadorias e fatores de produção, sobretudo, capitais, poderiam circular com a máxima liberdade, sem permitir, entretanto, a livre movimentação da força de trabalho, dentro de seu perímetro, e sem a adoção de uma tarifa externa comum para o resto do mundo [como é o caso do MERCOSUL], de uma política comercial comum e harmonização de políticas setoriais, como a política agrícola. A ALCA não implicava o mais amplo acesso ao mercado dos EUA, que poderiam levantar restrições não tarifárias, sempre que julgassem necessário, sob as mais diversas justificativas, tais como competição desleal, *social dumping*, etc. (BANDEIRA, 2010, p.491).

Assim, a ALCA se constituiria num tremendo instrumento de avanço econômico norte-americano, em termos de produtos, empresas, cultura, etc. sob os estados latino-americanos que perderiam rasteiramente seu direito a um desenvolvimento autônomo. Portanto, a ALCA configurar-se-ia no instrumento de consolidação da Doutrina Monroe ao submeter toda a América Latina as diretrizes não só políticas, mas militares dos EUA.

De fato, a imposição das desregulamentações econômicas e de tratados livre-cambistas adotados pelos EUA contribuiu para a melhora de suas contas externas. Os países da América Latina passaram a ser o lado positivo da balança do comércio norte-americano, já que o lado negativo encontrava-se na Ásia, onde o comércio dos Estados Unidos apresentava grandes déficits. Em contrapartida, os déficits comerciais que os países do MERCOSUL apresentavam perante os Estados Unidos tenderiam a aumentar com a ALCA, pois a tarifa externa comum desapareceria.

Diante dessa situação os Estados Unidos só conseguiriam aprovar a ALCA, a partir de um meio, capaz de assegurar aos EUA a supremacia política e o contínuo aumento das exportações e investimentos, necessário à sustentação do alto padrão de vida do seu povo (BANDEIRA, 2010). Com isso o MERCOSUL, apesar de facilitar de maneira espetacular a circulação do capital estrangeiro, incluídos aí os capitais norte-americanos, passou a ser um obstáculo à plena integração da América sob a égide da ALCA, a qual seria a maneira definitiva de amenizar as contradições internas dentro dos EUA entre as grandes burguesias – que já se encontravam em situação de conforto operando dentro dos blocos regionais ao redor do mundo – e as pequenas burguesias – que sufocadas cada vez mais dentro do mercado

interno estadunidense, sofriam constantemente a pressão de serem aniquiladas pela grande burguesia. O frágil pacto entre as burguesias de alguns anos antes começava a se romper, devido a atuação dos estados-nacionais latino-americanos. Por isso a fala da embaixadora estadunidense Charlene Barshefsky: “Países da Ásia e América Latina estão entrando em entendimentos em volta dos EUA, num potencial detrimento da prosperidade e liderança dos Estados Unidos, bem como de nossos empregos e da saúde de nossas companhias²¹”. O obstáculo imposto pelo MERCOSUL era que seus objetivos eram de expansão por toda a América do Sul, os mesmos planos da ALCA. Dessa maneira, os EUA resolveu apressar a entrada do Chile no NAFTA, um primeiro passo para a criação da ALCA, não sendo possível devido aos entraves impostos pelo seu próprio congresso no que diz respeito a cláusulas sociais, padrões de trabalho e proteção do meio ambiente. Agora, segundo o governo norte-americano, com o fim da guerra fria, os acordos comerciais ocupariam o lugar dos acordos militares dentro da geopolítica mundial.

Com objetivos de enfraquecer o MERCOSUL os EUA começaram as negociações da ALCA tratando seus países membros separadamente e não como um bloco único. Porém, os quatro países do MERCOSUL tomavam atitudes conjuntas e as negociações andaram a nível de bloco a bloco: NAFTA e MERCOSUL, o que certamente equilibrou a balança.

A maior preocupação norte-americana acerca da ALCA era o desemprego que tal área de livre comércio, se aprovada, pudesse vir a criar nos Estados Unidos. Isso porque os custos do trabalho na América Latina eram menores, reduzidas ainda mais com a flexibilização das leis trabalhistas impostas pelo neoliberalismo. Assim com a livre circulação do capital, mais empresas migrariam dos EUA para a América Latina, aumentando o desemprego naquele país. Uma contradição do movimento de exportação do capital e da própria liberalização imposta pelos Estados Unidos. Neste contexto o Estados Unidos, como condição *sine qua non* para a aprovação da ALCA teria que compelir os demais países adotar políticas que equiparassem suas condições de trabalho as condições de trabalho dos EUA. Obviamente, os demais países, muitos deles passando por um processo de desregulamentação econômica, se opuseram a esta proposta, com argumentos de que diminuiriam suas competitividades.

Na IIª Cúpula da Américas, realizada em 1998 em Santiago do Chile, chegou-se a determinações que um acordo que abrangesse toda a América teria que primeiro respeitar as necessidades e condições das economias menores, bem como os acordos bilaterais e sub-regionais de integração e de livre comércio existentes, na medida em que estes fossem mais

21 Barshefsky: 27 março de 1997

profundos e abrangentes do que a futura ALCA (BANDEIRA, 2010). Nesse mesmo anos os países do MERCOSUL entraram em acordo com a Comunidade Andina de Nações (CAN) para formarem uma região de livre comércio até janeiro de 2000. Os Estados Unidos não poderiam mais negociar a criação da ALCA através de uma posição de força.

Contudo, sua força permanecia presente, especialmente na América do Sul. Agora, com o estado de guerra ao narcotráfico na Colômbia, que segundo o departamento de Estado norte-americano era uma questão de segurança nacional.

O que aconteceu, na realidade, foi a criação do plano Colômbia que tinha um caráter “assistencialista”, segundo o qual os Estados Unidos se comprometeriam a dar apoio militar ao exército colombiano, bem como a revitalizar a “prosperidade social e econômica” da Colômbia severamente abalada dos anos 1990, ou seja, os Estados Unidos buscariam amenizar as contradições criadas por sua própria política intervencionista na região, a fim de evitar revoltas populares, que já eclodiam na Bolívia e no Equador, por exemplo.

O Brasil não viu esse plano com bons olhos, já que segundo este país isso poderia significar um ataque a sua soberania no território amazônico. Tal questão se agravava ainda mais quando se analisa a oposição brasileira a ALCA durante esse mesmo período. Suas críticas iam ao sentido de que a ALCA ameaçaria seriamente a indústria nacional, já que a produtividade de seu parque industrial, o mais desenvolvido da América Latina, era bastante menor a produtividade ianque, isto é, a adesão a ALCA por parte do Brasil significaria um retrocesso em seus esforços de industrialização. Antes necessitaria reduzir ainda mais seus custos de produção. Outrossim, os elevados déficits comerciais que o Brasil apresentava com os Estados Unidos, só tenderiam a aumentar, o que dificultaria uma recuperação econômica, abalada por um situação de alto endividamento, efeito colateral de sua política de contenção do nível de preços. Assim, só restaria ao Brasil impor condições que lhes favorece nas negociações da ALCA. E poderia fazer isso, justamente, devido a sua posição estratégica, reconhecida pelo próprio Estados Unidos, ao dizer que “ter uma relação estratégica com o Brasil, significa ter uma relação estratégica com a América do Sul²²”.

Dessa maneira, o Brasil se afastou da ALCA, sem romper, claramente, ligações com os Estados Unidos, e tratou de se aproximar dos seus demais parceiros da América do Sul, via MERCOSUL. Fez isso criando um acordo de livre comércio com os países do CAN. Com isso, o Brasil sectarizava a América em dois blocos, o norte, sob influência estadunidense, e o sul, sob sua própria influência. Evidentemente, os Estados Unidos não permitiriam tal cisão no

22 Consul of Foreign Policy

continente americano e logo tratou de isolar o Brasil. Fez isso adotando uma estratégia de acordos bilaterais, o mais exemplar deles foi as negociações norte-americanas com o Chile para a criação de uma área de livre comércio entre os dois países, no mesmo momento em que o Chile negociava com o MERCOSUL sua adesão plena ao bloco, ainda não concretizada devido a sua baixíssima tarifa de importação. Quando o Brasil se inteirou da negociação paralela chilena, imediatamente suspendeu as negociações de sua adesão ao MERCOSUL, alegando que tal bloco era incompatível com o NAFTA, mesmo que o Chile ainda estivesse interessado em entrar no MERCOSUL. Outra situação foi o apoio argentino a posição norte-americana de querer adiantar a criação da ALCA para o ano de 2003, talvez provindo de um certo receio da vitória do partido dos trabalhadores no Brasil nas eleições de 2002.

Contudo, a maior oposição veio da Venezuela do presidente Hugo Chávez. Em visita ao Brasil ele assinou acordos com o presidente Fernando Henrique, no qual manifestava interesse na adesão da Venezuela ao MERCOSUL, como também acelerava o acordo entre o MERCOSUL e o CAN, considerando-o fundamental para a consolidação do espaço sul-americano. Dizia que “*ALCA es opción, nuestro destino es el MERCOSUR*”. Essa união propiciou a derrota dos EUA na questão de adiantar a criação da ALCA para 2003. Na VIª reunião de ministros de comércio da ALCA decidiu-se por encerrar as negociações até 2005, apesar da oposição argentina. E na IIIª cúpula das Américas realizada em Quebec em abril de 2011, Hugo Chávez declarou que a construção do MERCOSUL era prioridade absoluta ao Brasil e a seu país e não será extinto, caso participe de outros acordos de maior abrangência geográfica.

E ponderou também que a ALCA seria “bem-vinda” se sua criação representasse um passo para dar acesso aos mercados mais dinâmicos, o caminho para regras compartilhadas sobre *antidumping*, a redução das barreiras tarifárias, entre outros benefícios, e se fosse além da Rodada Uruguai, corrigindo as assimetrias então cristalizadas, sobretudo na área agrícola. “Não sendo assim, seria irrelevante ou, na pior das hipóteses, indesejável” – Fernando Henrique Cardoso acrescentou (BANDEIRA, 2010, p. 574).

Os caminhos que as negociações estavam trilhando eram desfavoráveis aos norte-americanos. Isso se agravava com a percepção de que os Estados Unidos não era confiáveis, no que diz respeito a seus acordos assinados e que o congresso daquele país poderia de maneira unilateral reimpor barreiras não tarifárias, mesmo revogando-as depois de criada a ALCA, tudo endossada por sua constituição. Vide o caso de Bretton Woods na década de

1970, na não assinatura do Tratado de Kyoto no início do século XXI, juntamente com as polêmicas eleições que deram a George W. Bush o cargo de presidente estadunidense. Agrega-se a isso a crise argentina que pôs em cheque o modelo neoliberal ditado por Washington e a manutenção pela câmara dos deputados das barreiras não tarifárias, dos subsídios à agricultura e da legislação antidumping. Entre os produtos protegidos estavam produtos agrícolas, que eram exportados pelos países latino-americanos. Em linhas gerais, os Estados Unidos queriam eliminar as barreiras ao comércio de maneira unilateral para reduzir seus déficits comerciais com a Ásia e a União Europeia, evidente que Brasil e outros países se oporiam.

Diante de tantos obstáculos, entre eles o de buscar conciliar economias tão distintas entre si, a ALCA foi sepultada na IVª Cúpula das Américas realizada 2005 em Mar del Plata, na qual o presidente venezuelano Hugo Chávez proclamou a frase: “¡ALCA al carajo!” num claro tom antinorte-americano.

Entretanto, o sepultamento da ALCA não significa que os EUA se resignaram. A ofensiva ianque prossegue, os acordos bilaterais de livre comércio continuam a surgir, como no caso com o Peru. Também tratados de livre-comércio mais regionalizados, como o CAFTA na América Central entraram na agenda da política norte-americana.

O antinorte-americanismo demonstrado tão abertamente por Hugo Chávez pode ser fruto da tentativa de derrubá-lo como presidente da Venezuela três anos antes, em 2002. Ação que contou com visível apoio norte-americano. Mais um caso entre tantos de apoio estadunidense ao rompimento do regime democrático na América Latina. Regime, este, defendido pelos EUA, até o ponto em que não lhes façam oposição.

Em 2002 a Venezuela para conter a excessiva perda de reservas internacionais²³ liberou o câmbio que se encontrava dentro de um sistema de bandas. Os preços do petróleo, seu principal produto de exportação, despencaram bastante. Engessado, viu-se obrigado a reduzir gastos e cortar a dívida do governo em 50%. Como consequência o Bolívar sofreu grande desvalorização. Em meio a grande agitação nas ruas de Caracas, parte do exército venezuelano, com auxílio de altos funcionários da administração Bush, rebelou-se contra Chávez. Bush tratou então de solicitar que a Venezuela não fosse convocada para a reunião dos países andinos, estava disposto a isolá-la. A *revolución bolivariana* não seria mais tolerada. A situação, em seguida, consolidou-se para um golpe quando a Central dos Trabalhadores Venezuelanos (CTV) decretou uma paralisação de 24 h por motivos salariais,

23 US\$ 700 milhões evadiram-se nas primeiras semanas de fevereiro (CEPAL)

apoiado pela organização patronal Fedecámaras e demais ramos da sociedade civil, como também houve a destituição de altos funcionários da Petróleos de Venezuela AS (PDVSA), cujo a direção foi nomeada por Chávez, que foi preso por setores do exército logo depois de uma grande manifestação sangrenta que pedia sua renúncia em frente ao palácio Miraflores. Assumiu o poder o presidente da Fedecámaras Pedro Carmona Estanca.

Desde junho de 2001, pelo menos o Coronel Robert MacCammon, adido militar dos EUA na Venezuela, e seu, assistente, tenente-coronel James Rogers, já estavam a examinar com os militares venezuelanos a possibilidade de derrubar Chávez, segundo Wayne Madsen, o antigo agente do serviço de inteligência da marinha norte-americana, revelou ao jornal *The Guardian* (...). Naquele ano, 2001, os EUA canalizaram para os grupos americanos e venezuelanos adversos ao presidente Hugo Chávez, inclusive a CTV, através da *National Endowment for Democracy*, agência criada pelo Congresso que quadruplicou as doações para a Venezuela, assim que as condições em Caracas se agravaram. E os agentes da CIA e da DIA atuaram juntos aos militares venezuelanos, aos dirigentes da Fedecámaras, e aos líderes sindicais, com o objetivo de coordenar a conversão do que seria uma pequena greve em uma demonstração de protesto e indignação contra nomes designados por Chávez para integrar o corpo de diretores da companhia estatal de petróleo (PDVSA), com o claro objetivo de criar uma atmosfera de incerteza na Venezuela, ao paralisar sua mais importante indústria (BANDEIRA, 2010, p. 600).

O respaldo norte-americano ao golpe logo se evidenciou quando o embaixador ianque, Charles Shapiro, visitou imediatamente o presidente Carmona, o que significa reconhecimento do novo governo, garantindo-lhe empréstimos do FMI caso a Venezuela necessitasse. Enquanto que da Casa Branca, as declarações foram no sentido de que o presidente Chávez criou condições para a crise política. Nada de condenações ao golpe.

Para manter o véu de legalidade os Estados Unidos inclusive solicitaram que a renúncia do presidente Chávez fosse aprovada pela Assembleia Nacional e a Corte Suprema e novas eleições fossem convocadas. Entretanto, os setores golpistas mais radicais se sobrepuseram. Carmona, apoiado pelos bairros ricos e a classe mais alta da população, firmou um decreto, no qual lhe dava o direito de destituir governadores e prefeitos eleitos. Derrogou a constituição e dissolveu a Assembleia Nacional, aprovada em rederendo. Ao mesmo tempo suprimiu as leis econômicas aprovadas por Chávez e o fornecimento de petróleo a Cuba. O véu democrático desfazelava-se. Os EUA se preocuparam. A CTV sentiu-se traída e rompeu a união com a Fedecámaras. A camada mais pobre da população saiu às ruas. Parte do exército se rebelou contra Carmona. O líder da Assembleia, William Lara decretou que Diosdallo

Caballo, o vice-presidente, seria o novo presidente até a volta de Hugo Chávez ao poder. Uma das mais significativas ingerências de Washington na América Latina durante o século XXI terminara em fiasco. Logo depois ainda houve o apoio à instabilidade política em Honduras e ao golpe que destituiu o presidente Lugo no Paraguai em 2012.

3.2 LIMITAÇÕES E CONTRADIÇÕES DO PAN-AMERICANISMO

A integração pan-americana tendo os Estados Unidos como centro hegemônico, configura-se como tendo as multinacionais seu posto avançado e operante em solo latino-americano. Estas multinacionais primeiramente com sede na própria potência estadunidense e depois com a globalização do capital e a expansão das tendências de concentração e centralização do capital, como já exposto, puderam libertar-se relativamente de seu país original e passaram a se espalhar pelos países centrais: Alemanha, Japão, e França. Também as empresas originárias desses países puderam se espalhar pelo mundo duma maneira nunca vista antes, chegando de maneira maciça à América Latina.

Esse processo primeiramente ameaçou a hegemonia norte-americana, mas depois com uma reconfiguração do sistema, expressada pelo rompimento do acordo de Bretton Woods, em 1973, de maneira unilateral por seu principal garantidor, o próprio Estados Unidos, e a consequente elevação das taxas de juros dos Estados Unidos, em 1978, permitiu-se que este país reassumisse de forma inequívoca a dianteira da economia global desde então.

Na América Latina, a situação sempre foi de dependência, visto que seu projeto de industrialização autônomo era brutalmente liquidado por sua capacidade de importar bens de capitais, através do desequilíbrio nos termos de intercâmbio. Isso se deve porque no caso de

Transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas – o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. (MARINI, 2005, p. 152)

Obviamente, essa situação cômoda para as grandes potências, pois permitia que seus capitais pudessem penetrar nos países dependentes sem grandes problemas, cada vez que a escala de consumo necessitasse ser ampliada e ameaçasse a própria saúde do sistema, algo

que ocorria com cada vez mais frequência, dado o grande progresso tecnológico da época, o que inevitavelmente levava a aumentos de produtividade²⁴. Quando se tentou romper este sistema, quando a burguesia periférica tentou desenvolver sua própria indústria de bens pesados, acabou fracassando, sufocada pelo pan-americanismo estadunidense e pela força de suas multinacionais.

No Brasil, desde fins da década de 1940 a indústria de bens não-duráveis encontrava-se com sua produção saturada no mercado interno, devido ao grande estímulo a substituição de importações que este setor recebeu durante a segunda guerra mundial. Para a economia voltar a se dinamizar ela abre mão de artifícios capazes de estimular o mercado interno, como o aumento da renda do trabalhador, realizado sobre uma base de governo populista, no Brasil expressado por Getúlio Vargas e na Argentina, expressado por Perón, na qual uma proposta de reforma agrária pôde, inclusive, surgir.

Mesmo assim, a produção de bens-duráveis encontra-se severamente bloqueada, devido a capacidade de importar bens intermediários e equipamentos necessários. É preciso encarar a próxima etapa da industrialização, uma indústria que crie bens de capitais.

Para poder realizar essa evolução a burguesia industrial se choca com outros interesses, o setor exportador de matérias-primas, já que a transferência de recursos do campo a indústria, modelo que até então vinha sustentando a industrialização, precisa ser aumentado. Também se faz necessário instaurar obstáculos ao acesso do capital internacional, a fim de proteger o mercado interno, chocando dessa maneira com os interesses dos trustes internacionais. Para poder realizar esse projeto, a burguesia recorre ao pacto de classes, ancorado em governos populistas. Desse modo, com o apoio da classe trabalhadora seria possível sufocar o setor agrário mercantil e o capital internacional.

No entanto, nesse momento, ocorre a nível global o reordenamento do capitalismo mundial, expressando sua tendência integrativa, devido a duas razões: a primeira é a grande massa de excedente gerada e que estava ociosa, necessitando de algum lugar para ser reinvestida; e a segunda: o grande progresso tecnológico tornava os bens de capitais obsoletos com cada vez menos tempo, como já dito, isso criava uma necessidade de transferir esses bens obsoletos dos países centrais, aos demais países que não tinham chegado a tais etapas do progresso técnico. Isso tinha a capacidade de amenizar os prejuízos que os trustes internacionais tinham com a troca constante da maquinaria necessária a produção. Esse instrumento aprofundava a dependência tecnológica dos países periféricos e instituía uma

²⁴ O prazo de reposição do capital fixo passou de oito anos para 4 anos (Ernest Mendel, 1962)

nova divisão internacional do trabalho, a medida que segmentava a produção entre produtos que exigem tecnologia de ponta e produtos que necessitam de tecnologia já difundida.

Assim, no momento em que as burguesias nacionais dos países latino-americanos consideram conveniente desenvolver seu próprio setor de bens de capital, topam com o assédio do capital estrangeiro, que as pressiona para penetrar na economia periférica e implementar este setor. É natural, portanto que na busca por defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento (...) a primeira reação dessas burguesias tenha sido a resistência ao assédio, formulando uma ideologia nacionalista orientada para a definição de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo (MARINI, 2012, p. 60).

Contudo, a burguesia latino-americana é incapaz de enfrentar as pressões do setor externo. Primeiro porque, a única maneira de garantir que os recursos do setor agroexportador – necessários à industrialização pesada e que são requeridos para que se amplie a capacidade de se importar bens e equipamentos específicos ao desenvolvimento dessa indústria – sejam canalizados para o setor industrial é cedendo às exigências das oligarquias rurais em pontos específicos, concedendo-lhe incentivos. Porém, para que a acumulação industrial, que também é necessária para que se progrida nos esforços industrializantes, não seja prejudicada com essa concessão feita ao setor agroexportador, impõe-se todo o ônus do processo a classe trabalhadora. E isso só é possível, recorrendo-se a característica determinante de uma economia periférica e dependente: a superexploração da força de trabalho, isto é, remunerando-a abaixo de seu valor, definido por Marx como o tempo de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução²⁵. A miséria e a desigualdade se aprofundam no país. A elevação dos preços, as negativas em praticar uma reforma agrária efetiva e as políticas de estabilização da época também fazem parte das políticas que assentam o terreno à entrada da produção dos bens de capitais. Esses fatos constituem o rompimento dos governos populistas e o abandono da aliança de classes que predominou durante todo o período anterior. Aqui Vargas se suicida e Perón é deposto.

Mesmo com as concessões feitas ao setor agroexportador, a capacidade de importar não é ampliada, devido às dificuldades impostas pelo cenário externo. Logo, não tendo outra opção a burguesia latino-americana aproveita-se do movimento de exportação de maquinaria obsoleta do centro à periferia, que ocorre a nível global, e passa a obter seus lucros a partir desse modelo, já que a massa de mais-valia produzida com a chegada da nova tecnologia

25 Na Argentina, como será mais adiante em detalhes, não foi possível recorrer a superexploração da força de trabalho da mesma maneira que se deu no Brasil. Portanto, nesse país, a acumulação industrial saiu prejudicada.

aumentadora da produtividade é extraordinária. Aprofunda-se mais uma vez a desigualdade no continente; dessa vez dentro da própria classe detentora dos meios de produção, pois as empresas que se associam com os capitais internacionais, tendo como célula a empresa multinacional, obtêm lucros maiores, dado o aumento da produtividade proporcionado pela tecnologia estrangeira que lhes permite, pelo sistema de preços, deslocar de maneira absurda o preço de seu valor, já que elas competem com empresas que ainda não obtiveram o progresso técnico²⁶. Além disso, a diferença se aprofunda não somente entre empresas, mas também entre países. Já que os países que se associam mais rapidamente com o capital estrangeiro, recebendo sua tecnologia aumentadora de produtividade desenvolve uma gigantesca vantagem comparativa com relação a outros países que não receberam tal tecnologia. Esse processo converte os países tecnologicamente atrasados em meros mercados consumidores. Exemplo disso é o Brasil durante o governo militar que se “destacou como potência emergente” e tinha um claro plano de expandir seus mercados consumidores, apoiando inclusive às escuras, golpes militares com outros países. Nesse momento, como já se começou a desenvolver o tema na subseção anterior, é que surge um ponto de inflexão e as contradições da política de integração pan-americana levada a cabo pelos Estados Unidos, tendo como sustentáculo a expansão de suas multinacionais, dentro de governos militares, começam a se aprofundar, levando os Estados Unidos a rever seus planos.

Aqui, a dialética se apresenta de maneira mais clara. Ao mesmo tempo em que os países se inserem de maneira extremamente dependente no sistema de produção mundial, com os Estados Unidos sendo o centro hegemônico, esses países enfrentam constantemente o seu polo gravitacional, com o intuito de obter os maiores benefícios possíveis. Tem-se, estipulado, então, uma “margem de manobra” na qual os países dependentes podem flutuar sem alterar o esquema dado pelo sistema. Uma vez se aproximado dos limites da “margem de manobra”, passando a ameaçar a saúde do sistema, planos tem que serem refeitos.

Portanto, a renúncia por um desenvolvimento autônomo se dá porque parte da burguesia periférica se intera que uma associação com o capital internacional é-lhe extremamente vantajosa. A dependência chega a outros níveis.

A chegada dos capitais internacionais na América Latina voltada à produção para o mercado interno, por volta da década de 1950, tem como consequência um aumento da capacidade de oferta dessas economias, mas a capacidade de consumo das populações dos países periféricos é limitada devido a sua baixa renda, por isso a produção se volta às classes

²⁶ O preço é definido pelo custo de produção das empresas tecnologicamente mais atrasadas

mais altas da população. Princípio que permite a superexploração. Além de quê os capitais internacionais vêm acompanhados de tecnologia poupadores de mão de obra dentro de uma estrutura altamente monopolista (MARINI, 2012); aumentando dessa maneira o desemprego, especialmente no setor menos qualificado da população. O resultado desse processo na América Latina é o aparecimento de áreas urbanas altamente industrializadas e com desenvolvimento relativo, mas dispersas entre áreas rurais de extrema pobreza.

Com a demanda limitadíssima, a única maneira dessas empresas tornarem seus empreendimentos lucrativos era distorcendo a relação preços-salários, como a mão de obra era cada vez mais vasta e as oportunidades de emprego escassas devido ao tecnologia poupadora de força de trabalho, os salários podiam ser fixados no seu nível mais baixo. Por outro lado, o crescimento do mercado era lento e capaz de absorver as mercadorias a um elevado preço²⁷. A consequência disso é a consolidação da inflação e o aumento da instabilidade política que leva a queda das frágeis democracias-liberais que despontavam no continente e a ascensão golpes militares em vários países da América Latina. Com eles, vem o aumento dos gastos militares, que passa a funcionar também como uma válvula de escape a oferta industrial que não pode ser absorvida pelas camadas populares. Marini diz que:

A tarefa de tais regimes é dupla: por um lado promover o os ajustes estruturais necessários para colocar em marcha a nova ordem econômica requerida pela integração imperialista; por outro lado reprimir as aspirações de progresso material e os movimentos de reformulação política originados pela ação das massas (MARINI, 2012, p. 65).

A mais dramática consequência, portanto, da integração latino-americana subordinada ao imperialismo mundial é a acentuação levada aos limites da lei geral da acumulação capitalista, da qual, gera-se extrema riqueza de um lado e extrema pobreza d'outro. O que leva esse mecanismo ao limite é a superexploração do trabalho que é base da economia dependente latino-americana. Ela estabelece um descompasso entre a evolução das forças produtivas e as relações de produção (MARINI, 2012).

Essa superexploração só é possível devido à contradição entre a produção e a circulação, a medida que as mercadorias não se realizam: o capitalista para realizar uma massa cada vez mais crescente de mais-valor necessita do salário do próprio trabalhador. Na periferia essa contradição é resolvida, a medida que a produção se faz internamente e a realização externamente. Assim, o trabalhador periférico determina a taxa de mais-valia da

27 As classes abastadas eram as principais consumidoras

periferia, mas não interfere na sua realização. Como consequência lógica desse movimento tem-se que o salário pode ser reduzido a níveis cada vez mais baixos. Opera-se a cisão entre esfera baixa e alta do consumo.

4 RELAÇÃO BRASIL E ARGENTINA

4.1 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS DOS DOIS PAÍSES NO CONTEXTO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

A relação entre Brasil e Argentina, como não poderia deixar de ser se dá já nos primórdios do século XIX logo depois da independência dos dois países, que naquele momento apresentavam economias bastante semelhantes. Ambos eram produtores de matérias-primas agrícolas e dependiam da importação de manufaturados. Devido às diferenças climáticas e de solo muito de seus produtos eram complementares, propiciando assim uma relação comercial desde os tempos coloniais. Essas diferenças de produção interna também determinou a relação de dependência que esses países viriam a ter com terceiros países, dessa forma.

As contradições internas, bem como a diversidade dos recursos econômicos, as especificidades das estruturas sociais e a singularidade do processo político nos dois países condicionaram as dessemelhanças intrínsecas no resultado dos esforços de industrialização, que ambos empreenderam, quase que simultaneamente, a partir da Primeira Grande Guerra e, sobretudo, depois da crise de 1929-30, em virtude da contração da capacidade de importar para atender à demanda interna de bens de consumo (BANDEIRA, 1987, p 15).

O capital estrangeiro desde muito cedo fez parte da economia de ambos os países. Na Argentina a maioria dos capitais estrangeiros (80% em 1900) durante o século XIX e início do século XX vinha da Inglaterra. Este país era o principal parceiro econômico da Argentina, comprando-lhe grande parte de sua produção de carne bovina e trigo e vendendo-lhe grande quantidade de manufaturados. Também, o grosso dos empréstimos realizados pela economia argentina provinha da Inglaterra. Estes empréstimos permitiram ao país manter certo dinamismo interno por um longo período, já que propiciava investimentos produtivos.

Nesse período chegou ao país grande excedente populacional da Europa, ansiosos para enriquecer-se. Segundo dados de Moniz Bandeira, a população que em 1870 era de 1,8 milhão de habitantes passou para 7,8 milhões em 1914. A área plantada no país cresceu 249,1% entre 1900 e 1914. O Produto Nacional expandiu-se 15 vezes de US\$ 1 bilhão de dólares em 1886 para US\$ 15 bilhões em 1914. O comércio exterior cresceu a ponto de chegar a ser 1/3 do comércio exterior de toda a América Latina. A urbanização prosperava com Buenos Aires com a consolidação de maior cidade do país. Em 1915 sua população era 1,6 milhão de

pessoas. A malha ferroviária ampliou-se de maneira espantosa chegando a ser 371% maior que a malha ferroviária brasileira em 1915.

Com o fortalecimento econômico surgiu uma pequena-burguesia vinculada às atividades de comércio e serviço, que por meio, da urbanização de Buenos Aires e a expansão da ferrovia, permitiu o desenvolvimento de um mercado interno, capaz de propiciar uma industrialização. As primeiras que surgiam já por volta de 1880 produziam artigos e couro e manufaturavam alimentos. Pouco antes da crise de 1929 a participação da indústria no PIB argentino chegava 22,8%, enquanto que no Brasil estava na casa dos 11,7% (Bandeira, 1987). O que propiciou essa expansão industrial foi o excedente agropastoril, como no Brasil e o grande contingente populacional oriundo da Europa que ampliou a força de trabalho no país e regulou seu preço a ponto de permitir a acumulação de capital industrial.

A atividade agropastoril, sendo o sustentáculo da expansão econômica da Argentina e propiciando seu desenvolvimento industrial seguia administrando o Estado e defendendo os interesses da oligarquia fundiária. Com isso não houve nenhum tipo de proteção à indústria nascente durante esse período que pudesse elevar os custos da produção agrícola, muito menos alguma medida que fomentasse seu pleno desenvolvimento. Somente após a crise de 1930, com a grande perda do poder de compra, que políticas de proteção à indústria nacional foram adotadas, mas ainda assim não conseguiu criar uma base de sustentação perante a atividade agrícola. A industrialização não era o maior interesse do Estado.

Na verdade o maior limitante para o desenvolvimento industrial Argentina era sua matriz energética precária, dependente de termelétricas que respondiam por 90% da produção, o resto provinha da importação de carvão e petróleo que também atendia ao automóvel (na época a Argentina era o terceiro maior mercado de automóveis no mundo). Essas importações faziam uma pressão negativa na balança comercial que necessitaria ser contida.

Uma das soluções encontradas era aproveitar o potencial hidrelétrico das Cataratas do Iguaçu. Projeto da construção de uma usina já existia desde 1907, quando argumentos contrários do tipo que a usina seria muito longe dos centros consumidores e obstáculos de captação de recursos ingleses não permitiram a concretização do projeto.

O objetivo da Argentina com este projeto era vencer a corrida industrial com o Brasil, por isso que não logrando a construção de uma usina hidrelétrica teve que buscar fontes alternativas. Com esse intuito os argentinos tomaram o salto do Apipé no Paraguai e se encaminharam para as minas riquíssimas de estanho, cobre e chumbo da Bolívia, acreditando que lá poderia haver petróleo.

Essa limitação energética colocava a Argentina numa severa contradição: a medida que sua indústria crescia a partir da substituição de importação, aprofundava-se a dependência por petróleo, outros insumos e máquinas e equipamentos do exterior, enquanto que a capacidade de financiar essas matérias-primas por meio da venda de carnes e cereais a Inglaterra diminuía.

Em relação aos fóruns nacionais, no que diz respeito à posição da Argentina nas conferências pan-americanas, ela sempre se opôs a política norte-americana, mesmo tendo os Estados Unidos como principal país de origem de suas importações desde 1925. Sobre a Doutrina Monroe o burocrata argentino Roque Sáenz Peña contrapôs o lema com a seguinte frase: *América para a humanidade!* O que estava por trás disso era a defesa de seu comércio com a Europa, já que ambos os países disputavam o mercado europeu de produtos primários. O Brasil chegou a fechar um acordo com os Estados Unidos para importação de trigo ao país sobre protestos da Argentina, mas o resultado do acordo não prejudicou a Argentina, que devido à proximidade geográfica conseguia rebaixar em muito os custos dos transportes, produzindo assim trigo mais barato que o norte-americano.

Em 1910 Brasil e Argentina discutiram a possibilidade da criação de um *pacto de cordial inteligência*, a fim de exercerem uma *hegemonia dual* no continente, evitando um avanço dos Estados Unidos. “Tudo nos une, nada nos separa” – Sáenz Peña declamou. Entretanto, segundo a diplomacia francesa tal pacto não iria vingar, pois os Estados Unidos recomençaria a exercer pressões sobre o Governo do Rio Janeiro, mediante ameaças de ordem comercial ou por meio de oferecimento de assistência política, a fim de extraírem novas vantagens econômicas (BANDEIRA, 1987).

O que ocorreu de fato foi que esses dois países fecharam um acordo e adicionou um terceiro país o Chile, no que assim ficou chamado pacto ABC²⁸, inspirado nas ideias do Barão de Rio Branco. Este pacto tinha como objetivo defender-se do avanço norte-americano e Europeu no continente. Já em 1909 Brasil e Argentina impediram que o governo norte-americano forçasse os chilenos a pagar uma dívida de US\$ 1 milhão a empresa norte-americana^{Alsop}. Em comunicado do Ministro das Finanças do Brasil ao ministro de Negócios Estrangeiros da França

Acreditava-se também que o tratado facilitaria uma espécie de *entente* econômica entre os três países, com a instituição de um regime preferencial e de concessões recíprocas, permitindo ao Brasil emancipar-se pouco a pouco da dependência norte-americana (BANDEIRA, 1987, p. 20).

28 Oficialmente Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem.

Entretanto a expansão, principalmente estadunidense continuou sobre o Brasil e a Argentina.

Em 1912 os Estados Unidos já absorviam 36% das exportações do Brasil (...). Em 1928 esta proporção se elevou para 45,4%, o que lhes dava enorme poder de pressão sobre sua economia. E a partir de 1915 eles se tornaram também seu principal fornecedor de manufaturados e, entre 1921 e 1927, assumiram 35% de sua dívida externa (...). Foi um contínuo processo de expulsão e de ocupação das posições europeias e, principalmente, britânicas. Fato semelhante ocorreu na Argentina, com a diferença de que os Estados Unidos não apenas lhe competiam no mercado mundial de alimentos, como também pouco lhe compravam, fechando-lhe seu mercado, com a aplicação de tarifas proibitivas e regulações sanitárias (BANDEIRA, 1987, p. 20).

Assim a Argentina voltou-se mais uma vez para a Inglaterra sob o *slogan* “*Comprar a quienes nos compran*”. Numa outra relação de dependência teve que fazer severas concessões para que sua carne entrasse no mercado inglês, através do tratado Roca-Runciman, o que permitiu, por outro lado, que a Inglaterra recuperasse sua hegemonia na economia argentina. Dessa forma, estava decretado o conflito com os Estados Unidos. Por sua vez, a relação de dependência com uma potência decadente como a Inglaterra na época, quase incapaz de suprir às demandas da Argentina minava a autoestima do povo e vez ecoar nas Forças Armadas um nacionalismo nunca visto antes, num contexto de Segunda Guerra Mundial e pressão sindical elevada dá-se mais um golpe de Estado na história Argentina, assumindo o poder o general Juan Domingo Perón.

Perón estipulou o Plano Quinquenal, o qual foi um dos poucos projetos naquele país para estimular a industrialização e o processo de substituição de importações. Obteve relativo sucesso em sua empreitada. Várias empresas surgiam na Argentina, entre elas, algumas de capital brasileiro, como a Seabra & Cia em Rosário. Esse processo de industrialização foi guiado por um severo protecionismo que conseguiu impulsioná-la até 1948, ano em que os termos de intercâmbio se reverteram drasticamente, por fatores externos e internos. Entre os fatores externos ocorreu o aparecimento de concorrências da Austrália, Nova Zelândia e Canadá que acirrou os mercados de gêneros alimentícios produzidos na Argentina, principalmente a carne e cereais, e derrubou seu preço. Além do *dumping* praticado pelos Estados Unidos e a tendência dos Europeus buscarem seus produtos nas suas ex-colônias. Como fator interno, a demanda por cereais aumentava cada vez mais, o que diminuía os excedentes exportáveis. Junto a isso, a oligarquia rural reduzia as plantações em represália ao congelamento de preços e ao rígido controle estatal do comércio exterior. Soma-se a isso a

escassez relativa de mão-de-obra que elevava o poder de barganha da classe trabalhadora por melhores salários e comprimia a taxa de investimento.

Com a Inglaterra incapacitada de ser a demandante dos produtos argentinos, Perón na urgente necessidade de obter divisas tomou empréstimos dos norte-americanos, reaproximando-se dos Estados Unidos, e também tentou reaproximar-se dos demais países que compuseram o bloco ABC no início do século XX, Chile e Brasil.

Esta aproximação baseava em afirmações do tipo

No futuro, ou formaremos aquela unidade econômica, a qual, separados, não podemos alcançar, ou nos tornaremos instrumentos de paixões imperialistas de um dos dois grupos (Estados Unidos ou União Soviética)²⁹.

E na ideia de unificar as gigantescas reservas de alimentos e matérias-primas que possuíam. Os governos dos três países entenderam a mensagem de Perón e começaram os trabalhos para “suprimir as fronteiras, se necessário”. Ibañez, presidente do Chile assinou um tratado com Perón em 1953. Vargas, por sua vez, não pôde, devido à crise interna que enfrentava seu governo.

A Argentina necessitava, sem dúvidas, dessa integração já que sua escassez energética havia chegado a níveis críticos, somado a dificuldades na balança comercial. Por exemplo, 70% do petróleo consumido no país eram importados, segundo Moniz Bandeira. A continuidade do plano de industrialização precisava de ferro e aço que o Brasil tinha a capacidade de prover.

Por outro lado, no Brasil, a mudança na estrutura produtiva do país foi acompanhada por um entusiasmo pelas oligarquias rurais que viam a industrialização como mais uma maneira de reinvestir seus lucros. Esse modelo se sustentou até o suicídio de Vargas, quando os interesses do campo e da indústria entraram em contradições permanentes.

Nos anos 1950 a situação se modifica. Enquanto a indústria se empenha em manter altas taxas de câmbio, o que leva a colidir com o setor agroexportador – cujos lucros eram dessa maneira diminuídos -, este setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos. Pelo contrário, muitas vezes se faz necessário que, mediante a formação de estoque generosamente pagos, o governo garanta o lucro dos plantadores e dos exportadores, estoques que, na verdade, corresponde a imobilização de recursos necessários para a atividade industrial (MARINI, 2012, p.79).

29 Despacho da Embaixada Britânica ao Foreign Office, confidencial, Buenos Aires, 28/7/1950.

O fato é que até este período logrou-se evitar uma ruptura mais profunda entre as classes dominantes e possibilitou uma maior unidade nacional em nível de Estado (BANDEIRA, 1987), feito que na Argentina não se realizou, dado que a ruptura ocorreu precocemente.

Vargas durante a Segunda Guerra Mundial coordenou um programa de industrialização que jogou o ônus do processo ao trabalhador rural, não contemplado com suas políticas trabalhistas. Ao mesmo tempo manteve certa autonomia perante as grandes potências, já que assinou tratados de cooperação com os Estados Unidos³⁰ e com a Alemanha³¹, tornando o País o principal fornecedor café, algodão, arroz e outros produtos e o principal comprador de manufaturas alemãs até 1938. Também soube explorar as rivalidades interimperialistas e arrancou uma usina siderúrgica dos Estados Unidos em Volta Redonda a troco do apoio aos esforços de guerra. Certamente, esta usina, num país rico em minério de ferro, alavancou o processo de industrialização.

Dessa maneira, já em 1946, quando Perón assumiu o poder na Argentina e anunciou o plano quinquenal o Brasil já despontava como segundo maior fornecedor de produtos a Argentina, ultrapassando a Inglaterra. O primeiro lugar pertencia aos Estados Unidos.

Vargas passou a levar em consideração a reativação do Pacto do ABC apenas em 1953 com a iminência da eleição do General Dwight Eisenhower como presidente dos EUA. Assim, envia-se uma carta a Perón questionando-o sobre o tema. Perón, responde afirmativamente e lamenta que a ideia não foi posta em prática antes. “O ano 2000 nos achará unidos ou dominados” insistia Perón. Entretanto, a ideia não concretizou, em parte por grande força da oposição que temia que Getúlio Vargas tivesse como plano de governo uma volta ao Estado Novo e para concretizá-lo necessitaria do apoio do estado “fascista” da Argentina de Perón, assim como a oposição costumava chamá-lo. Além disso, as políticas nacionalistas de Vargas se chocavam com os interesses norte-americanos e colocava em cheque o esquema de integração pan-americana proposto por eles, uma aproximação com a Argentina traria ainda mais desconfiança estadunidense diante do Brasil, fortalecendo os movimentos oposicionistas. Diante da frágil situação em que se encontrava o governo Vargas, principalmente depois do afastamento de seu ministro do Trabalho, João Goulart, tais riscos não podiam ser negligenciáveis.

30 Tratado de Comércio e Reciprocidade (1934)

31 Acordos de Compensação

Por esses motivos as discussões com a Argentina se atravancaram, até que o presidente Perón emitiu uma nota acusando o Itamaraty de “instituição supergovernamental” de “insistir na política imperial de zonas de influência” e obstaculizar a “verdadeira união entre Brasil e Argentina”³². O documento chegou até o jornalista da oposição Carlos Lacerda, talvez com o apoio dos oposicionistas argentinos, que o publicou no jornal Tribuna da Imprensa. A publicação do texto gerou um mal-estar no governo e permitiu que o ex-ministro de Relações Internacionais do governo de Getúlio denunciasse-o que estaria tramando um acordo com a Argentina e o Chile adverso aos Estados Unidos a revelia do Itamaraty. O projeto do Barão de Rio Branco apresentava-se, assim, como crime de lesa-pátria (BANDEIRA, 1987). Do argentino o ministério de relações exteriores daquele país negou a existência de tal documento. O fato é que a crise na área da política externa contribuiu a aprofundar a crise geral do governo de Vargas que culminou com o seu suicídio.

Os anti-Vargas solidarizavam-se com os liberais da Argentina anti-Perón, e com eles se identificavam no mesmo horror ao nacionalismo econômico e aos esforços de reformas sociais (BANDEIRA, 1987, p.29).

Nas relações econômicas com os Estados Unidos os dois países estavam indo para caminhos distintos. Enquanto Vargas nacionalizava o petróleo, por meio da instrução 70 da SUMOC encarecia as importações de bens e de capital, de maneira a estimular a produção nacional e regulamentava os investimentos estrangeiros a fim de conter a remessa excessiva de lucros para o exterior, o que deixava ainda mais furiosa a oposição, Perón se aproximava dos Estados Unidos, ao capital estrangeiro facilitou a remessa de lucros e o repatriamento do capital. Discutia também a implementação de petroleiras norte-americanas como a Standard Oil de New Jersey, a Standard Oil da Califórnia e Royal Dutch Shell para a exploração de petróleo recém-descoberto em território argentino. Durante seu governo alguns êxitos foram obtidos, como o controle da inflação e a consequente elevação do salário real; a melhoria do balanço de pagamentos que passou a estimular a atividade econômica. Entretanto, acabou deposto por um golpe militar um ano depois do suicídio de Vargas.

Tendo Vargas se suicidado assume o poder o vice-presidente Café Filho, apoiado pelos monetaristas e colocando um deles no Ministério da Fazenda, Eugênio Gudin preparava-se o terreno para a penetração maciça de capitais estrangeiros no País, já que agora a ideia de Estado como agente propulsor do desenvolvimento tinha sido afastada do poder.

32 La Política Internacional Argentina, pasta 1953.

Vários projetos de Vargas foram interrompidos, como o da instalação de usinas para enriquecer urânio com tecnologia alemã e francesa, por insistência norte-americana. Na agricultura assinou um acordo sobre a importação do trigo ianque pelo Brasil.

A mudança mais significativa foi o decreto da instrução 113 da SUMOC que autorizava às empresas estrangeiras a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, tal feito foi possível, sem grande alarde da burguesia nacional, porque aquela altura a industrialização brasileira já havia atingido sua própria dinâmica. Os termos de intercâmbio brasileiros recuperados de maneira mais vantajosa que os chilenos ou argentinos permitiu também que houvesse grandes investimentos públicos e privados, capaz de robustecer os interesses industriais (BANDEIRA, 1987)

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, a industrialização brasileira ganhou um novo impulso através do Plano de Metas e se abriu como nunca antes ao estrangeiro. Parte da receita oriunda da exportação de café era confiscada para os esforços industrializantes, sem que os cafeicultores pudessem boicotar tal medida. A burguesia nacional se submeteu, então, a burguesia internacional como já observado, haja vista que:

La entrada de esos capitales, bajo la forma de inversión directa y, cada vez más, en asociación con empresas locales, constituía una solución conveniente para las dos partes: para el inversionista extranjero, su equipo obsoleto produciría allí utilidades similares a las que podía obtener con un equipo más moderno en su país de origen, en virtud del precio más bajo de la mano de obra local; para la empresa local, se abría la posibilidad de lograr con dicho equipo una plusvalía relativa de considerable importancia. Así, la burguesía industrial latinoamericana evoluciona de la idea de un desarrollo autónomo hacia una integración efectiva con los capitales imperialistas y da lugar a un nuevo tipo de dependencia, mucho más radical que el rigiera anteriormente (MARINI, 1974, p. 20).

Essa entrada de capitais estrangeiros na forma de investimento direto foi possível porque existia um mecanismo que protegia as manufaturas de fabricação nacional, desse modo as empresas estrangeiras tinham que vir produzir suas mercadorias em território nacional para não perder mercado.

Com os fluxos de capitais estrangeiros liberados o crescimento industrial do Brasil durante o governo Kubitschek chegou a 11%. Em 1958 o setor de bens de capital, mesmo sem proteção cambial, contribuiu com 55,5% com a formação do produto industrial, superando o setor de bens de consumo, segundo dados de Moniz Bandeira.

Essas constantes importações de bens de produção, ao mesmo tempo em se intensificava a entrada e saída de capitais do Brasil, conduziu o Estado a uma considerável descapitalização, que só poderia ser eliminado com mais financiamento estrangeiro. A opção levada em consideração foi um empréstimo perante ao FMI, mas como a entidade exigia medidas contracionistas para se controlar a inflação, como restrição ao crédito, redução dos tipos de câmbio e congelamento do salários, medidas que poderiam abortar o Plano de Metas, a solução encontrada foi a criação de uma entidade que tinha como objetivo sensibilizar Washington da importância de um desenvolvimento econômico para a América Latina como condição de estabilidade e segurança da democracia. Essa entidade foi a Operação Pan-americana (OPA) que teve apenas dois resultados importantes: a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a formação da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). Porém, o empréstimo não veio e o Brasil teve que ceder às pressões do FMI, anunciando um programa de estabilização em 1958, como preconizada a entidade. No mesmo instante, do outro lado da fronteira o governo de Frondizi também anunciava um plano de estabilização de corte monetarista. No Brasil, o plano foi logo abortado, já que afetou o crescimento industrial devido à restrição ao crédito, elevou o preço do trigo e do petróleo, pois os subsídios foram eliminados e quase se eliminou os investimentos públicos que afetariam, especialmente, a Petrobrás, caso o plano prosseguisse. Na Argentina o plano de estabilização continuou.

Para entender porque no Brasil o plano foi eliminado e na Argentina ele continuou, há que se ter em mente que a entrada de bens de capitais elevou a produtividade da economia brasileira, dando-lhe vantagem na corrida capitalista. Operavam-se as distorções entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, já citadas. Isso permitiu que a economia brasileira pudesse fixar os salários reais sempre abaixo do aumento da produtividade, que era constantemente aumentada pela entrada de novas tecnologias. A massa de mais-valia pôde ampliar-se. Este excedente maior gerava maiores capitalizações, que impulsionam o crescimento da economia brasileira, sem a necessidade de se realizar cortes salariais e planos de estabilização no curto prazo, capazes de ampliar o excedente a ser reinvestido no futuro.

Em contrapartida, esse processo não ocorria na Argentina, devido a inelasticidade de sua mão de obra, capaz de fortalecer os sindicatos e guiar as políticas de redistribuição de renda, especialmente durante o governo de Perón. A participação dos salários e de outros rendimentos fixos no PIB da Argentina chegou a representar 61% em 1951 contra 43% em 1927 (Bandeira, 1987). Para efeitos de comparação, a política de fixação de um salário mínimo durante o governo de Getúlio nunca desequilibrou o delicado equilíbrio do capital-

trabalho, porque essas políticas de redistribuição de renda no Estado Novo eram voltadas a dinamizar o mercado interno, portanto só eram implementadas, a medida que ameaçava a acumulação da própria indústria.

O que ocorre, então, é que o excedente passível de ser reinvestido na Argentina era menor que o excedente brasileiro, mesmo com o aumento da produtividade gerado pela entrada de capitais estrangeiros, que foi recorde. Dessa forma, reduziu-se a capitalização da economia argentina e a confiança empresarial em realizar, empreendimento, especialmente, em setores que exigiam elevado período de maturação. Soma-se a isso a sempre relevante escassez energética. Observa-se, portanto, que a superexploração do trabalho na economia Brasileira era maior que na economia Argentina, como também as desconfigurações entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. O plano de estabilização era necessário na Argentina, a fim de se retomar a rota de crescimento capitalista naquele país.

O plano de estabilização, recomendado pelo FMI e levado a cabo por três agências oficiais e onze bancos privados, reduziu a participação dos salários na Economia, agravando a qualidade de vida dos trabalhadores, que passou de 43,3% em 1958 para 39,9% em 1961. Acelerou-se, desse modo o processo de concentração de renda e desnacionalização da economia. Também aumentou a dependência que a economia argentina tinha dos Estados Unidos, já que estes em 1960 detinham 26% das importações argentinas, contra 19% no anterior, sem contrapartida com o aumento das exportações, segundo dados de Moniz Bandeira. Esse fato forçou o governo argentino a buscar outros parceiros comerciais, voltando-se novamente ao Brasil. Assim, Jânio Quadros, o novo presidente do Brasil, encontrou-se com Frondizi, desse encontro, depois de várias discussões, sendo a mais polêmica delas a proposta do governo brasileiro de formação de um bloco neutralista que afastava influências estadunidenses e colocava o Brasil como exportador de manufaturados para a Argentina e importador de matérias-primas do mesmo país. Evidentemente, a proposta foi rechaçada pelo governo argentino. O que de mais importante foi acordado era que as repúblicas latino-americanas deviam buscar a diversificação e o enriquecimento, bem como repelir qualquer intuito de perpetuar desigualdades entre elas (Bandeira, 1987). Ademais, os dois presidentes se comprometeram em retirar as tropas estacionadas da fronteira e foi criado um sistema de consulta, do qual um oficial do exército brasileiro permanecia em Buenos em contato com a presidência da Argentina, o mesmo ocorreria no Brasil. Também, que os dois países deveriam repulsar forças externas, preservando suas democracias e liberdades. De todos os modos, os acordos não vingaram, porque Jânio Quadros renunciou e seu plano de voltar ao poder não se concretizou.

Com os capitais estrangeiros logrou-se financiar o primeiro complexo siderúrgico do país, o que possibilitou a ampliação da indústria naquele país. Também foi possível atingir o objetivo de uma quase autossuficiência na produção de petróleo. Agora, 90% da demanda era suprimida por produção nacional, de acordo com Moniz Bandeira. Isso foi possível porque foi realizado um acordo com companhias norte-americanas e europeias. O intuito do acordo era aliviar a balança de pagamentos que era sufocada pela excessiva importação de combustíveis e liberar espaço para a importação de bens de capital.

Quanto aos demais resultados do plano de estabilização de Frondizi, os problemas da balança de pagamentos não foram saneados, já que agora as remessas ao exterior aumentaram, e a inflação não abaixou. O crescimento do PIB da Argentina durante o quinquênio de 1955-1960 foi de míseros 1,9%, enquanto que o Brasil cresceu 6,1%. O plano de estabilização não surtiu efeito e reforçou as tendências de estagnação da economia argentina, cujos problemas iam desde o setor agrário³³ até o setor de bens de capital (Bandeira, 1987).

O próximo presidente José Maria Guido, que a assumiu o poder após a deposição de Frondizi ainda viria a realizar mais dois planos de estabilização, com a supervisão do FMI. Esses planos de estabilização aprofundaram as diferenças entre os setores burgueses e a desnacionalização da economia, já que com as restrições ao crédito por eles imposto os setores mais prejudicados foram as médias e pequenas empresas, que constituíam grande parte do parque industrial argentino. A grande empresa e oligarquia rural, associada ao capital estrangeiro saíram desse plano de estabilização fortalecidos, já que seus excedentes passíveis de serem reinvestidos era maiores devido a sua maior produtividade e seus recursos próprios mais consolidados. Verifica-se aqui o fenômeno exposto no capítulo 2 deste trabalho.

Os sindicatos fortes e organizados também lutavam o máximo que podiam contra as reduções salariais. A disputa pelo excedente econômico entre os vários setores torna-se bastante feroz, muitas vezes, culminando com violência. O capital estrangeiro entrava. Nenhum setor dominante conseguia impor sua hegemonia. O Estado estava debilitado. Apenas em 1964 o crescimento foi retomado, alcançando 8,4%

O ciclo vicioso em que a Argentina se empregara tinha a estagnação e a instabilidade político-institucional a se realimentar reciprocamente (...) Exércitos duelavam nos quartéis e nas ruas em Buenos Aires (BANDEIRA, 1987, p. 40).

³³ A produção de cereais desabou de 90 milhões de toneladas entre 1939-1945 para 57 milhões entre 1950-1955. Isso porque a área cultivada diminuiu em ¼ devido a não renovação dos contratos de arrendamento (BANDEIRA, 1987)

O próximo presidente Arturo Illia descartou os programas de estabilização e invalidou os contratos das empresas estrangeiras que exploravam o petróleo. Entretanto, ficou no poder apenas 2 anos. Outro golpe militar o derrubou em 1966 e pôs na presidência o general Juan Carlos Onganía.

Onganía colocou em prática a ideia de fronteiras ideológica na luta contra o comunismo, neste pretexto iniciou as discussões com o governo militar brasileiro, favorável à ideia de fronteira ideológica também. Com este cenário o presidente argentino propôs na Organização dos Estados Americanos a criação da Força Interamericana de Paz. A proposta não foi aprovada.

Nessa época os Estados Unidos pretendiam reorganizar a divisão do trabalho, colocando a Argentina apenas como produtor de matérias-primas – sendo o Brasil seu principal fornecedor de manufaturados, junto é claro do Brasil – o que a faria retroceder em seus esforços industrializantes. Isso se devia porque os elevados salários e os excessivos serviços sociais argentinos, herança do governo de Perón, dificultavam e exigiam um rebaixamento salarial, como já dito, que não seria possível sem a explosão de revoltas populares, capazes de ameaçar o próprio capitalismo argentino. No Brasil, após o golpe de 1964, com o congelamento dos salários, o excedente apropriado pelo capitalista aumentava, e consigo aumentava a diferença entre os custos de produção no Brasil e na Argentina.

Em 1965 o Brasil pagou US\$ 44 milhões em salários a 44.000 operários, enquanto a Argentina gastou US\$ 106 milhões com apenas 33.000. Por outro lado, enquanto, entre 1965 e 1968, a indústria siderúrgica no Brasil aumentou sua capacidade de produção em 50%, dentro de um projeto integrado, a da Argentina permaneceu estacionária (BANDEIRA, 1987, p.41).

O que Onganía fez, então, a fim de evitar que o processo de industrialização argentino se perdesse na luta de classes, foi decretar mais políticas monetaristas e facilitar ainda mais a entrada do capital estrangeiro, desvalorizando a moeda em 40%, diminuindo as tarifas aduaneiras e comprimindo, inevitavelmente o salário. Quebraram-se centenas de empresas argentinas que deram lugar a estrangeiras, bem com eclodiu uma rebelião dos trabalhadores, em Córdoba, chamada de o Cordobazo que custou seu governo e decretou o fracasso de mais um golpe militar.

No Brasil, após um período de instabilidade, que incluiu a Renúncia de Jânio Quadros, o movimento popular para garantir a posse do vice-presidente João Goulart – através de um

sistema parlamentarista – liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, o que se pôde, observar é que durante este período tanto o governo de Frondizi, como o governo de Jânio Quadros e João Goulart mantiveram a ideia de uma política externa independente, que no governo de João Goulart se associou a um plano de reformas de bases, chocando-se fortemente com os interesses do capital estrangeiro. Esta posição nacionalista levou a grandes fugas de capitais e a uma iliquidez perigosa que culminou com o golpe de estado em 1964 e um realinhamento com os Estados Unidos.

O presidente empossado Castello Branco tratou então de deixar claro que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. A partir daí, tratou de acolher ordenadamente o capital estrangeiro e esmagar a oposição a seu governo, ou seja, garantir que o excedente apropriado pelas burguesias, nacional e estrangeira, esteja compatível com o crescimento capitalista brasileiro dentro do ideal de torná-lo uma “potência”, isso só seria possível rebaixando ainda mais os salários, ajudado pelo aumento do desemprego, e aprofundando as desigualdades sociais brasileiras, como posto por Marini. O salário real até 1966 havia caído 25% (Bandeira, 1987). Era o desenvolvimento capitalista em carne viva.

O mecanismo desenvolvido para aprofundar as transferências de recursos para o capital foi a criação de um sistema de correção monetária que beneficiava apenas aos bancos e as empresas imobiliárias e a reforma do mercado de capitais que redefiniu o financiamento do setor público e privado.

No entanto, o aumento do setor privado não foi verificado, nem houve entrada expressiva de investimentos estrangeiros. A forte recessão que assolava o país exigiu primeiro uma reestruturação do esquema produtivo brasileiro e um controle da inflação, a fim de assentar o terreno para a entrada do setor privado. Isso foi feito com a elevação da participação do estado na Economia durante o governo de Castello Branco.

Com a posse do novo presidente Costa e Silva, a burguesia nacional, incomodada com o tamanho que o estado brasileiro havia se transformado, teve um novo impulso, através principalmente da FIESP e tratou de obter concessões perante o governo, que expandiu o crédito e buscou expandir os mercados, saindo do eixo determinado pelos Estados Unidos.

Porém, atrasada tecnologicamente e incapaz de concorrer com as entradas de capitais estrangeiras acabou perdendo força e aos poucos foi minguando, mas sem antes tratar de extrair o máximo de benefícios possíveis. A política com os Estados Unidos voltou a apresentar vários pontos de atritos.

Nas relações entre Brasil e Argentina, surge a ideia da criação de uma união aduaneira, no mesmo momento que Chile, Peru, Colômbia e Venezuela desenvolviam o bloco andino. A

união tinha como eixo principal o suprimento de aço à Argentina, cuja sua produção interna era deficitária. Essa ideia foi abandonada devido ao desinteresse brasileiro e a instabilidade política na Argentina.

O que apareceu então foi assinatura do Tratado da Bacia do Prata em 1969 que discorria sobre a integração física dos cinco países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Houve vários empecilhos para que essa integração fosse realmente posta em prática, já que o Brasil não queria perder a margem de manobra de fazer acordos bilaterais entre os países do tratado, apesar de entender a importância da cooperação multinacional, pois um acordo bilateral lhe interessava: a construção de uma hidrelétrica na fronteira com o Paraguai cuja ideia já existia desde 1962 e já havia um acordo firmado desde 1966.

A construção da hidrelétrica gerou outro ponto de atrito nas relações entre Brasil e Argentina, haja vista que a Argentina alegava que o projeto da usina, sua capacidade deveria ser elaborados em conjunto com os demais países ribeirinhos. Essa disputa atravancou outros empreendimentos na bacia do Rio da Prata. O acordo chegou finalmente em 1972, no qual o Brasil se comprometia em informar a Argentina do projeto de Itaipu, mas não em consultá-la. Evidentemente este acordo significou uma derrota argentina nos fóruns internacionais, mas que na mais pôde fazer além de denunciá-lo nas demais reuniões internacionais. Fato que se viu nos dois seguintes governos argentinos, de Cámpora e Perón.

As desavenças com o Brasil eram reflexos do estado caótico da Argentina internamente, resultado da descapitalização da indústria nacional, o que levava inúmeras a falência, ao mesmo tempo em que setores da economia passavam para a mão estrangeira, como laboratórios farmacêuticos, e fábricas de tabaco, a preços irrisórios.

As remessas de lucros, *royalties*, e dividendos somente em 1969, igualaram-se ao total das efetuadas entre 1950 e 1959, enquanto o ingresso de capitais estrangeiros caiu em mais de 120% em relação a 1967% (BANDEIRA, 1987, p.51).

Desse modo a balança de pagamentos apresentava um déficit superior a US\$ 200 milhões de dólares. O *Cordobazo* colocou no centro das discussões as disputas pelo excedente econômico entre o proletário, a oligarquia rural e as burguesias nacionais e estrangeiras. O problema não era instabilidade das instituições, mas a instituição da instabilidade (Bandeira, 1987) As políticas de estabilização, que evidenciava tentativas de rebaixamento dos salários que permeou todo o período subsequente a queda do peronismo, não conseguiram extinguir a força dos sindicatos e do próprio peronismo, que não admitia sequer um milímetro de perda

em seu nível de vida. A história da industrialização argentina, é a história do debilitamento da luta dos trabalhadores.

As disputas se davam inclusive entre classes dominantes. As forças armadas estavam emaranhadas em disputas internas; a sucessão de golpes militares ameaçava severamente a unidade das forças armadas, podendo levar a uma drástica guerra civil, o que explica porque na Argentina não houve um período ditatorial tão longo como no Brasil. A única saída era abrir espaço para a democracia plena, garantindo a volta do peronismo ao cenário político, prescrito desde a derrubada de Perón. Com isso, em 1973 Hector Cámpora se elege presidente e 7 meses depois cede lugar a ascensão de Perón.

Nesta época é que algumas ditaduras latino-americanas começavam a dar sinais de querer sair da órbita estadunidense, numa espécie de nacionalismo de esquerda, como já exposto. Peru e Bolívia estavam na dianteira do processo. O primeiro havia derrubado as guerrilhas do Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) e o segundo, liquidara Che Guevara. O Chile estava no caminho do socialismo através da democracia. No Uruguai se esperava a vitória das eleições do candidato do centro-esquerda. Assim, neste contexto de pluralização política do continente se insere a volta do peronismo na Argentina. As fronteiras ideológicas no plano oficial foram liquidadas, mas o Brasil através de uma diplomacia militar paralela e uma ditadura extremamente repressiva continuou enchendo a América Latina de golpes militares, a fim de saciar seus desejos de tornar “primeiro mundo”³⁴, expressos nos slogans da época “Ninguém segura este país”, “Pra Frente Brasil”.

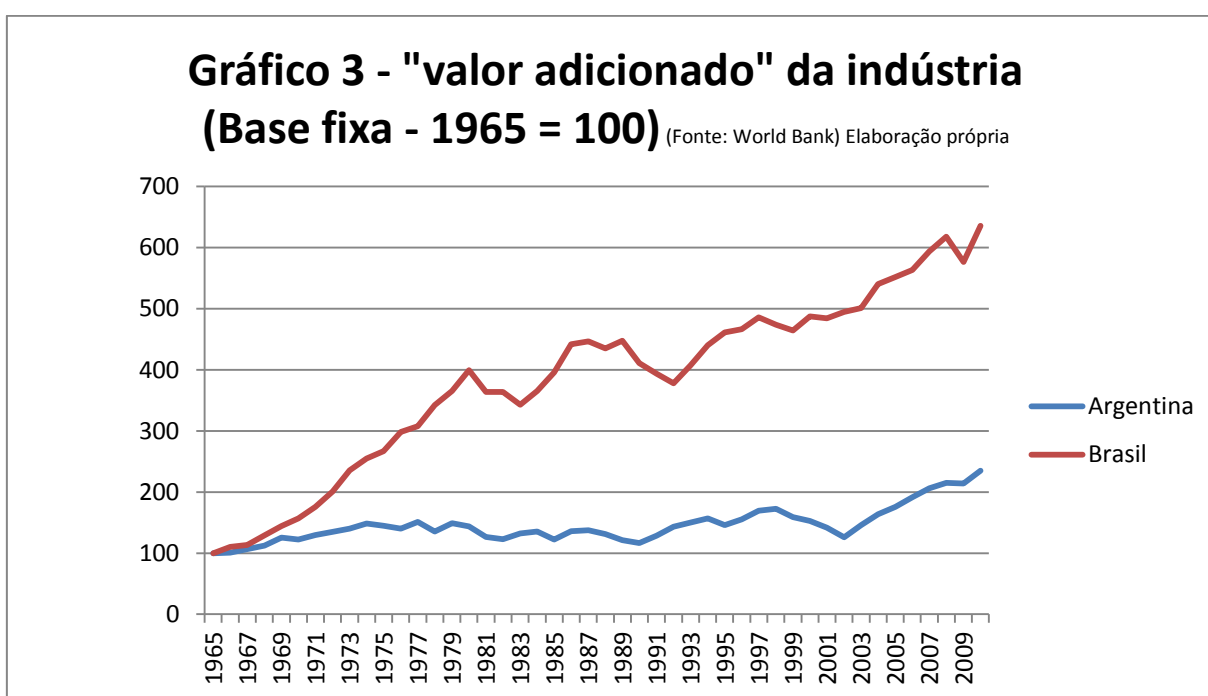
Tal ânsia era possível porque o país apresentava taxas de crescimento altíssimas, chegando a 11% ao ano, muito devido às políticas repressivas que eliminaram a influência dos sindicatos e rebaixaram os salários, o que fazia possível abandonar políticas de estabilização depressivas. As importações de bens de capital foram estimuladas ao máximo, devido ao excesso de liquidez no mercado de eurodólares que lhe permitia tomar empréstimos. Dessa maneira, através do endividamento abre-se mão de criar um setor produtivo de bens de capital independente. Apenas em 1974 o cenário muda com a crise do petróleo e o então presidente Geisel restringiu as importações e tratou de apoiar o setor de bens de capital, através de 3 empresas estatais³⁵.

De todos os modos as importações de bens de capital ampliaram a capacidade produtiva do Brasil e permitiu que o país passasse a exportar manufaturados.

³⁴ Detalhes do processo, observar capítulo 2

³⁵ InvestBras, Emoramec, Fibás

Com isso o Brasil se deslocava do eixo estadunidense, influenciado pelo próprio Estados Unidos, e queria se impor no cenário internacional de maneira independente. Aqui a estratégia norte-americana de golpes militares na região latino-americana começa a se desgastar e a apresentar suas contradições, corroborando o exposto no capítulo 2. O gráfico a seguir apresenta os níveis de industrialização, a partir da variação do crescimento do valor adicionado pela indústria, que os dois países se encontravam. Quanto mais elevada for esta variação mais pesada é a indústria. Percebe-se que no período chamado “milagre econômico” o “valor adicionado”, como chama o Banco Mundial, da indústria brasileira decolou, decorrente da massiva importação de bens de capital.



Na Argentina, depois do falecimento de Perón assume sua esposa Isabel Perón. Logo após a sua morte as tensões que haviam diminuído durante seu mandato explodem mais severa do que nunca. As radicalizações se expressam nos dois extremos do espectro político. De um lado há a Triple A (Alianza Anticomunista Argentina), patrocinado pelo próprio governo de Isabel Perón, assassinava líderes de esquerda, do outro as guerrilhas armadas, como os Montoneros e o Ejército Revolucionario del Pueblo (trotskista) operavam sequestros e ataques a quartéis. Mais um golpe de estado, como os de 1955 (Revolução Libertadora) e o de 1966 (Revolução Argentina) era eminente. O sexto golpe ocorrido na Argentina no século XX.

Ele ocorreu em 1976 e instituiu no poder o general Jorge Videla. O intuito do golpe, como não podia ser outro, era acabar com o peronismo e reduzir ao máximo a força dos

sindicatos. Porém, isso agora seria feito por outra via mais indireta, o do enfraquecimento da indústria argentina, como consequência, o da própria burguesia industrial nacional. Essa ideia partiu de conclusões que a indústria nacional argentina era ineficiente, devido aos altos salários (custos de produção) e por isso forçava-a a depender sempre de proteção tarifária. E como o mercado interno era pequeno, não sendo tão atrativo para o investimento estrangeiro direto, como era no Brasil, a solução foi abrir drasticamente a economia para a produção importada de bens manufaturados e se especializar naquilo que o país pudesse produzir competitivamente para o mercado externo, isto é, gêneros alimentícios, a oligarquia rural voltava a ter o poder. Conclusão semelhante chegaram os governos militares do Uruguai e do Chile, com a diferença que neste último, os produtos exportados foram minérios.

Dessa maneira, um plano de estabilização acordado com o FMI foi posto em prática. Ele consistia em congelamento dos salários, extinção dos subsídios, redução dos gastos públicos, privatização das empresas estatais, liberação dos preços, dos créditos, dos aluguéis urbanos e arrendamentos rurais, valorização da taxa de câmbio e a perda total das barreiras a importação. Um prelúdio neoliberal.

O resultado foi:

A inflação caiu de 386% em 1976, para 150% em 1977, mas a Argentina cresceu apenas 1,5% e a participação dos salários na renda nacional declinou, no mesmo período, para 31%, o mais baixo nível desde 1935. A junta militar transferiu para o setor privado, entre 1976 e 1980, cerca de 120 empresas industriais e comerciais. (...) A liberalização dos mercados devastou, por fim, as indústrias nacionais, que não puderam competir com as mercadorias importadas a baixo preço. A contribuição industrial para o PIB, da ordem de quase 30% em 1974, decaiu para 25% em 1980, e 23% em 1982 (BANDEIRA, 1987. p.64).

O endividamento capaz de manter a moeda nacional valorizada aumentou drasticamente. Os recursos provenientes dessa dívida foram usados para importação de bens de consumo, e não para a importação de bens de capital como ocorreu no Brasil. A Argentina se desindustrializou, de tal maneira que é possível afirmar que na Argentina a entrada do capital internacional se deu muito mais por destruição dos capitais nacionais do que por associação, como no caso brasileiro. Isso porque na Argentina não foi possível recorrer a superexploração do trabalho³⁶, de modo a garantir uma acumulação industrial sustentável, como ocorreu no Brasil.

³⁶ Devido ao exército industrial de reserva reduzido e aos sindicatos, melhores organizados.

Por outro lado, o plano de convertê-la em uma grande exportadora de produtos agrícolas também passava por dificuldades, pois a comunidade europeia fechava seus mercados e passava a produzir seus próprios grãos. A solução, inevitavelmente, teria que passar por um plano de maior integração com o Brasil. Com isso, o Brasil passaria a exportar manufaturados a Argentina, enquanto esta fornecia cereais ao Brasil. O entrave era que as relações entre os dois países estavam complicados, desde o episódio de Itaipu, o auge das complicações foi quando a Argentina interditou um dos túneis da cordilheira dos Andes, Cuevas-caracoles, que dava acesso ao Chile evitando que caminhões com mercadoria brasileira o passassem. Em represália o governo de Brasília fechou suas fronteiras aos caminhões argentinos.

As desavenças só foram sanadas no governo de Figueiredo, quando houve o acordo de Itaipu, no qual ficou acertado, entre os três países, Brasil, Argentina e Paraguai, que a Represa poderia funcionar a potência máxima desde que sua operação não interferisse na navegação jusante.

Logo após isso, abriram-se portas para que os dois governos, do Brasil e Argentina, na figura de seus presidentes, Videla e Figueiredo, finalmente se encontrassem, em 1980. Era nesse mesmo período a ALALC era reestruturada sob o nome de ALADI. O encontro tratou de eliminar barreiras ao comércio, cooperação na área energética, execução de projetos e empresas binacionais, bem como a criação de um eixo industrial que ia de Buenos Aires até a Argentina.

No encontro foram realizados vários acordos nas áreas de Energia: aproveitamento do potencial energético dos rios limítrofes, intercâmbio de produtos petrolíferos entre a Petrobrás e Yacimiento Petroliferos Fiscales (YPF) e a venda do excedente de gás. Na área de energia nuclear: intercâmbio de conhecimento e compra de urânio, realizada pelo Brasil. Na indústria bélica: fabricação conjunta de aviões de caça. Fiscal: acordo para eliminar a bitributação. Espacial: planos para se pôr em órbita um satélite de comunicação que seria usado pelos dois países, entre outros acordos de cooperação científica e de saúde animal.

Nesse mesmo encontro, os empresários das montadoras de automóveis multinacionais, que viajaram junto com Figueiredo entraram em acordo com a Argentina no que diz respeito a complementação da indústria automotriz, com a intenção de expandir seus mercados. Reflexos desse acordo existem até hoje, já que os maiores produtos de exportação do Brasil a Argentina são peças de veículos.

A reação do setor industrial argentino a política que a destruía foi e aos acordos de importação de manufaturados do Brasil foi forte. Houve acusações que as empresas brasileiras

estavam praticando dumping na Argentina. O governo do general Videla, após relutar em aceitar tarifou as importações brasileiras em 20%. A taxa durou por dois meses, quando o Figueiredo reduziu o imposto sobre operações financeiras (IOF) nas importações de câmbio.

Mesmo assim as exportações de manufaturados a Argentina aumentou muito durante esse período, dada a política de liberalização comercial do governo Videla. Segundo dados de Moniz Bandeira, a participação brasileira nas importações totais argentinas aumentou de 10% em 1980 para 18,1% em 1984, muito próximo ao dos Estados Unidos, o maior exportador para Argentina, que era de 18,3% na época. No que diz respeito a importação de manufaturados, a participação brasileira oscilou em 40% durante o período de 1976-1984. Esse aumento se verificou em vários países da América da Latina, já que devido a crise da dívida os países latino-americanos preferiam comprar manufaturados do Brasil que lhes oferecia ajustes bancários compensatórios.

Enquanto que as exportações argentinas para o Brasil diminuíram e se estreitaram bastante, sendo a maioria de produtos agropecuários. Inclusive a as exportações de trigo diminuíram bastante. O Brasil passou a importar dos Estados Unidos, Canadá e França.

As assimetrias comerciais entre os dois países se aprofundavam cada vez mais, agravada pela crise da dívida. Fazia-se necessário uma cooperação econômica e um processo integrativo mais igualitário para que os dois países pudessem sair das crises em que se encontravam. Por isso Figueiredo se encontrou com os dois próximos presidentes argentinos, Viola e Bignone, mas a duas ditaduras desgastadas e sem legitimidade não puderam avançar em nenhum processo integrativo.

A ideia de uma argentina rural e importadora de produtos industrializados também falhou drasticamente, por culpa da crise da dívida que minara a capacidade de importar dos demais países. Restou a ela lançar em empreitadas bélicas, como intuito de minimizar os problemas externos. Primeiramente, sempre houve a questão do canal do Beagle na patagônia chilena e argentina que deixou os países em pé de guerra durante todo o período ditatorial. Mas foi, nas Malvinas, que se chegaram as vias de fato.

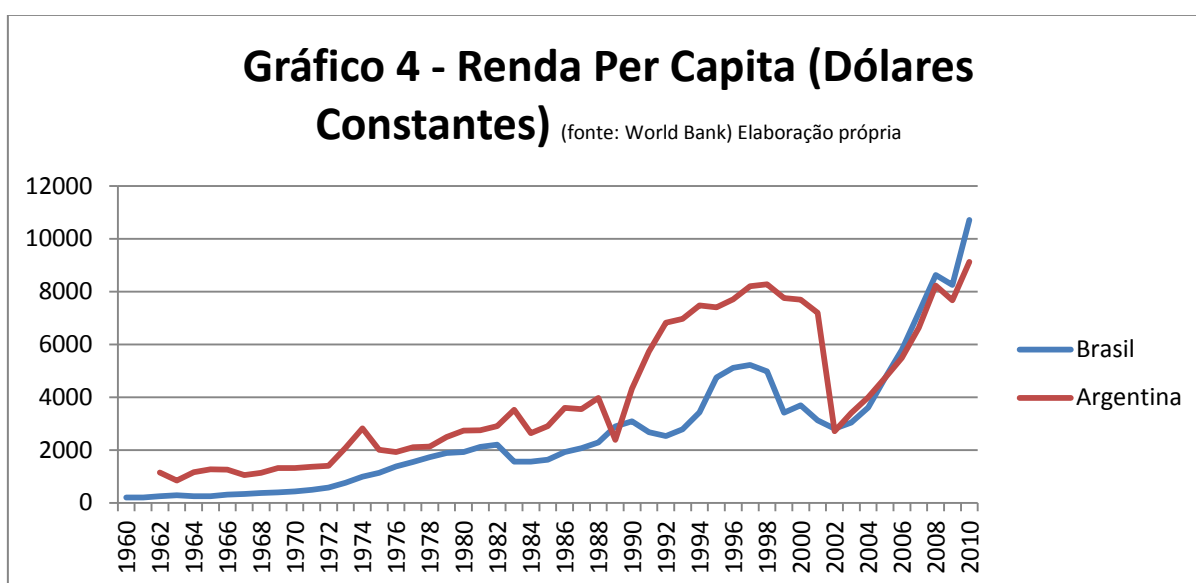
A Argentina acreditava que teria o apoio dos Estados Unidos nessa empreitada, baseado no TIAR, porém este apoio nunca ocorreu, ocasionando a ruptura definitiva dos apoios dos norte-americanos às ditaduras do continente. A posição do Brasil a guerra das Malvinas foi de neutralidade no campo oficial, mas às escuras apoiava as reivindicações Argentinas³⁷, já que entendia que as ilhas compunham um ponto estratégico rumo ao

37 O Brasil chegou a fornecer material militar a Argentina

continente antártico. A guerra foi um desastre para Argentina e acabou liquidando o Processo de Reorganização Nacional, assim autodenominada a ditadura argentina.

As diferenças entre o tamanho das duas economias nunca foram tão grandes. O Brasil chegou ao posto de oitava economia do mundo, aumentando seu PIB de US\$ 60 bilhões em 1960 para US\$ 249,1 bilhões em 1985. Na Argentina, durante esse mesmo período o PIB passou de US\$ 35,2 bilhões para US\$ 62,2 bilhões (Bandeira, 1987). Consolida-se definitivamente a hegemonia brasileira no continente sul-americano.

Porém, a desigualdade social no Brasil havia se aprofundado mais do que nunca, resultado dos planos de convertê-lo em “potência mundial”. Em 1985 os 50% mais pobres do Brasil detinham apenas 13,6% da renda, o mesmo valor que os 1% mais ricos. Uma das piores distribuições de renda do mundo. Sua renda per capita, apesar de todo crescimento era menor que a da Argentina, como se pode observar no gráfico. Detalhe para a assustadora perda de renda verificada na Argentina durante a crise de 2001.



A crise da dívida, gerada pela elevação dos juros norte-americanos, abalou de vez as ditaduras militares nos dois países, a medida que inviabilizava suas estratégias de crescimento baseadas no endividamento externo. Na Argentina existia uma dura crise em sua balança de pagamentos, pois os Estados Unidos com uma produção agrícola semelhante a da Argentina não lhe comprava mais como antes e a Comunidade Europeia intensificou o comércio entre seus próprios países. Soma-se a isso a queda brusca dos preços do trigo, no cenário internacional, um dos principais produtos de exportação argentino e o atravancamento que a guerra das Malvinas provocou nas relações internacionais daquele país, especialmente com os

países da América do Norte e Europa. Restou, assim, como uma alternativa para equacionar seus problemas estreitar seus laços com o Brasil, país este que também via com bons olhos uma integração maior com a Argentina. Essa intensificação de relações entre os dois países serviria para diminuir a dependência que tinham eles com os países centrais. Os dois governantes, Sarney e Alfonsín se encontrariam em Foz do Iguaçu em 1985.

O primeiro dos acordos acertados entre Sarney e Alfonsín foi a compra de 1,3 milhão de toneladas de trigo, mais petróleo e derivados por parte do Brasil para aliviar o déficit comercial que a Argentina apresentava àquela época, que chegava a torno de US\$ 400 milhões. O acordo firmado preconizava que um país se comprometeria a comprar produtos do outro toda vez que o déficit chegasse a US\$ 50 milhões (Bandeira, 1987). Também ficou acordado a criação de uma comissão mista que teria como função pensar em mais medidas de cooperação e integração entre os dois países, dentro dos marcos de um mercado comum, que teria como objetivo a auto-suficiência de produtos estratégicos como bens de capital. Outro ponto tratado foi a busca por eliminar a dependência do dólar do comércio entre os dois países, seria buscado uma moeda alternativa

Queria-se também diminuir a dependência tecnológica desses países perante os grandes centros, portanto, buscou-se intensificar o desenvolvimento mútuo de setores capazes de gerar progressos científicos. Criou-se, por fim um sistema de consulta binacional, no qual os dois países mantinham ligações próximas toda vez que surgisse algum entrave no campo das relações internacionais.

Além disso, foi criticada duramente a política protecionista dos países centrais e a elevação das taxas de juros. Os dois presidentes compreendiam que algo necessitaria ser feito para evitar que algo como isso se repetisse. A solução encontrada foi uma maior integração entre os dois países.

Em seguida Sarney viajou a Buenos Aires e assinou a Ata de Integração que continha 12 pontos nas áreas de bem de capital, cujo qual se excluiu tarifas alfandegárias de vários desses produtos e estipulado uma meta de US\$ 2 bilhões no intercâmbio comercial desse tipo de mercadoria, que não deveria ter mais de 20% dos seus componentes importados. Também, como maneira para eliminar as desigualdades comerciais decretou-se que cada vez houvesse um desequilíbrio superior a 10% novos produtos entrariam na lista para compensar o parceiro prejudicado (BANDEIRA, 1987).

Isso indicou que os dois países estavam interessados em se livrar das amarras, que os prendiam aos grandes centros produtores de bens de capital, e fundir sob bases nacionais todo o ciclo de reprodução ampliada do capital. O problema é que a própria condição dos dois, de

países periféricos e dependentes, torna impossível lograr êxito nessa empreitada, já que as grandes burguesias nacionais, fundidas com os centros hegemônicos desde meados da década de 1950, teriam que romper com estes – fator que poderia destruí-las, a medida que corroeria drasticamente seus altos lucros, oriundos de sua produtividade diferenciada.

Na questão do trigo o Brasil se comprometeu em comprar porções crescentes da produção argentina até chegar a 2 milhões de t em 1991 a preços de mercado.

Traçou-se uma estratégia alimentar, na qual foi definido o que cada país podia complementar o outro em termos de alimentos.

Pensou-se a criação de empresas binacionais, mecanismos de financiamentos mútuos, criação de fundos de investimentos, exportação de gás natural ao Brasil que passaria a explorar petróleo na Argentina, criação de centros binacionais de biotecnologia e de estudos econômicos, troca de informações para que se evitem acidentes nucleares e colaboração das duas forças armadas (BANDEIRA, 1987).

A burguesia argentina num primeiro momento receou o acordo, temendo que fosse uma volta à política econômica posta em prática pelo ministro Martinez de Hoz durante a ditadura militar de 1976, mas a Argentina não tinha muitas escolhas, estava isolada no cenário internacional e numa profunda recessão – durante o período de 1981 a 1986 a variação acumulada de seu PIB foi de -7,2%, enquanto o Brasil conseguiu crescer 18% no mesmo período. Sua indústria estava estagnada e emersa num capacidade ociosa da ordem de 70%. Desse modo:

A integração com o Brasil não somente permitira à Argentina a recuperação de suas indústrias, para o que recursos em moeda forte lhe faltavam, como também lhe proporcionara uma crescente demanda, com a possibilidade de contar ainda com eficiente infraestrutura de comércio exterior, resolvendo dessa maneira o problema da estreiteza do seu mercado (BANDEIRA, 1987, p. 78).

Alfonsín em dezembro de 1986 viajou ao Brasil e assinou mais alguns protocolos, a fim de anexá-los a ata de integração, entre eles, a possibilidade construção conjunta de um submarino nuclear. Abriu-se a possibilidade de os dois países em conjunto estreitarem relações com o continente africano, apontando uma alternativa a dominação europeia sob aquele continente.

A integração e a criação de um mercado comum³⁸, então, foram postas em prática de maneira gradual e flexível, como o intuito de corrigir as distorções que poderiam ocorrer em uma ou outra economia durante o próprio processo de integração.

No início da década de 1990 com a queda do Muro de Berlim e da União Soviética. Os últimos regimes militares da América Latina perderam a razão de existir. A criatura já não servia mais ao seu criador. O governo do general Stroessner no Paraguai e o do General Pinochet no Chile caíram, abrindo espaço para a entrada definitiva do Paraguai no Mercado Comum, que foi finalmente criado em 26 de março de 1991, tendo como principal linha estratégica a eliminação gradativa das barreiras comerciais entre seus países membros. O capital estrangeiro que atuava na região agora teria seu fluxo facilitado como nunca antes entre os países. O que antes começou como uma ideia de integração que visava o fortalecimento industrial dos dois países, aos poucos foi tomando um caráter de simples livre-cambismo. Era o prelúdio de uma nova era. O consenso de Washington com seu receituário batia na porta de entrada do Brasil e Argentina. Ele entrou e tomou toda a casa. Prova disso é que os acordos para a liberalização gradual do comércio, eliminação das barreiras, entre os países que tinha como primeira data limite 31 de dezembro de 1999, foi adiantado para 31 de dezembro de 1994. Ainda, o presidente Collor em viagem aos Estados Unidos fechou o acordo quatro mais um com os Estados Unidos, segundo o qual se comprometia a negociar, através do MERCOSUL a criação uma área de livre comércio na América, como dito anteriormente.

Na Argentina Menem, para controlar a severa inflação lançou o plano Bonex, com o intuito de reduzir os meios de pagamento do país. Tal plano consistia em uma troca compulsiva dos depósitos a prazos fixos e nas cadernetas de poupança, existentes em 28 de dezembro de 1989 e títulos da dívida interna do Estado por títulos públicos em dólares de 10 anos (BANDEIRA, 2010). Na mesma época e com o mesmo objetivo, no Brasil Collor de Melo lança seu plano de sequestro da poupança. Os resultados dos dois planos foi uma dramática recessão que não conseguiu eliminar a inflação.

Na área externa os dois países começavam a se aproximar dos EUA. O Brasil abandonou seu Programa Nuclear Paralelo e a Argentina aceitou as condições impostas pelos estadunidenses para renegociar sua dívida externa, além de enviar dois navios de guerra para a Guerra do Golfo.

38 Que contava já com a adesão do Uruguai

Os dois países, desse modo, adotaram uma nova postura perante os EUA, vista antes somente nos períodos de 1964-1967 com Castello Branco no Brasil e de 1966-1969 com Onganía na Argentina. Naquela época a justificativa para um alinhamento com os Estados Unidos era o das fronteiras ideológicas. Os dois países interpretavam que para evitar a ascensão do comunismo em suas fronteiras era necessário afiliar-se aos Estados Unidos, perdendo sua autonomia, caso contrário o comunismo e a URSS sairiam favorecidos.

Agora, para a Argentina uma maior aproximação com os EUA significava atração de investimentos, com acesso a alta tecnologia norte-americana, capaz de levar este país a “modernidade”; e facilitação para negociar com bancos e organismo estrangeiros. Algo visto como muito benéfico para um país atolado numa dívida altíssima, com uma drástica inflação e empobrecido. Seria uma espécie de retomada da associação que o país teve com a Inglaterra, que segundo o governo, foi tão benéfica à Argentina no começo do século XX, antes do peronismo. Neste contexto se insere a declaração do ministro de Relações Exteriores Guido di Tella dizendo que gostaria de ter relações carnavais com os Estados Unidos, basta de amores platônicos.

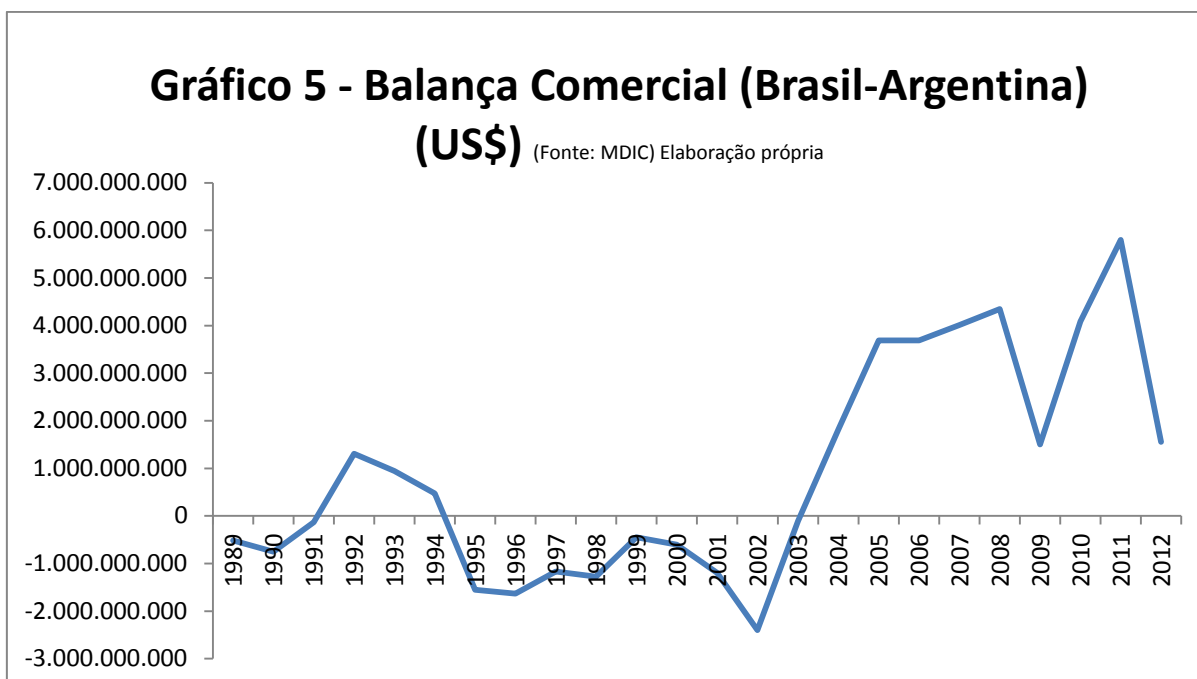
As relações carnavais não foram muito benéficas a Argentina como preconizava que seria o ministro de Relações Exteriores. Primeiro porque a produção argentina não era complementar a produção estadunidense – muito pelo contrário, eram concorrentes – como foi no início do século, quando a Argentina mantinha vínculos de dependência com a Inglaterra.

A liberalização da economia argentina e o aprofundamento da sua dependência com os Estados Unidos ficaram ainda mais visíveis como o Plano de Convertibilidade de adotado pelo ministro da Economia Domingo Cavallo. O plano consistia em privatização radical das empresas públicas, perda de vários direitos trabalhistas, abertura comercial, descentralização do estado e adoção da paridade do peso com o dólar, que também passou a ser moeda corrente na Argentina. Desse modo a política monetária da Argentina estava extinta, juntamente com a política externa que já havia perdido sua dependência anos antes. A soberania nacional argentina foi alienada como nunca antes.

Collor não teve tanta audácia, a correlação de forças brasileira não permitia. O que foi feito foi a demissão em massa do funcionalismo público, o começo de um processo de privatização e liberalização das importações. Somado a planos de controle dos preços que não surtiam efeito, já que em 1993 a inflação chegou ao pico 2148%. Em 1992 Collor sofreu impeachment, mais pela reação dos setores desfavoráveis a sua política de liberalização, como a burguesia prejudicada pela abertura dos mercados, do que pelas denúncias de corrupção.

Em 1992, então assume o vice Itamar Franco que manteve as políticas de desregulamentação da economia de seu antecessor, mas através de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso lançou mais um plano para conter a inflação, o plano Real, que identificava o problema da inflação nos gigantescos déficits públicos, bem como na espiral indexadora que permeava a economia brasileira. Para eliminar essa indexação descontrolada criou-se a Unidade Real de Valor, um índice único, possível apenas através de um pacto de classe entre o capital financeiro, o capital produtivo, a oligarquia rural, os trabalhadores – que agora terão seu poder de reivindicar maiores salários extremamente reduzidos – e os fundos de pensão. Também, o plano de estabilização se fincou numa rígida âncora cambial, sustentada apenas por juros altíssimos, com intenção de captar moeda estrangeira, sustentado pela manutenção de elevados superávits primários, e pelo programa de privatizações, que manteve a nova moeda, o real, supervalorizado, a fim de atrair importações, capazes de fazer baixar os preços internamente. Junto a isso houve a redução das tarifas de importação que eram 44% em 1990 e em 1994 passaram a ser 14% (Bandeira, 2010). No plano do MERCOSUL moldou-se a Tarifa Externa Comum (TEC) que entrou em vigência em 1º de janeiro de 1995. Tudo nos moldes do Consenso de Washington.

Com o MERCOSUL, as exportações argentinas para o Brasil aumentaram de tal maneira que o Brasil se tornou seu principal cliente ultrapassando os EUA nos anos de 1992 e 1993. O gráfico 5 demonstra este movimento. O déficit comercial observado após 1994 mostra o efeito da âncora cambial posta em prática no Brasil, como parte integrante do Plano Real. Por suposto, a Argentina nesse período também encontrava com sua taxa de câmbio fixa em 1 peso para 1 dólar. O que o gráfico demonstra é que a demanda por importações no Brasil é mais elástica que na Argentina.



Como o MERCOSUL também foi usado como um instrumento para a liberalização do comércio com os demais países do resto mundo, as importações dos quatro países membros em relação ao resto do mundo mais do que duplicou, passando de US\$ 29 bilhões de dólares em 1991 para US\$ 80 bilhões em 1997, enquanto que as exportações se mantiveram constante, segundo dados do MDIC. Esse processo reverteu o superávit comercial que os países do MERCOSUL tinham com os demais países até 1994, aprofundando suas dependências.

A Argentina, a esta altura manifestava interesse em se associar a OTAN, já que ao NAFTA não foi possível, o que provocou uma preocupação no Brasil que temia o início de uma corrida armamentista na região, pois uma vez que a Argentina estivesse dentro da OTAN, ela teria acesso facilitado a equipamentos militares e vantagens financeiras. Conseguiu apenas um status de membro intermediário, suscitando a “inveja” do Chile que também buscou adentrar ao grupo do Atlântico Norte, tal era o nível de alienação da soberania nacional, na qual se encontravam os países da América Latina.

Nesse período, seguindo sua linha de política externa de alinhamento com os Estados Unidos, ela entrou em outro atrito com o Brasil, já que não o apoiou em sua luta por uma vaga no conselho de segurança da ONU. Optou por ela mesma lançar sua candidatura, mesmo que não tivesse a mínima chance de se escolhida, devido a seu menor peso político e econômico. Isso serviu, apenas, para que as disputas por uma reforma no Conselho de Segurança se

esvaziassem numa nuvem de peleias internas, sendo este esvaziamento, benéfico aos Estados Unidos.

Em 1999, não sendo mais possível manter o câmbio fixo, devido a sua balança de pagamentos e ao cenário internacional desfavorável, o Brasil desvalorizou o real de maneira unilateral e entrou no sistema de câmbio flutuante. A Argentina foi uma das principais afetadas. Ela que já se encontrava em um cenário de crise, envolta numa pesada fuga de capitais, como repercussão da crise mexicana, elevou os juros, a fim de manter a convertibilidade intacta. Seus produtores reivindicaram medidas protecionistas, temendo que o mercado argentino fosse dominado por mercadorias brasileiras, Menem anunciou então barreiras a entrada de tecidos brasileiros. O Brasil reagiu fortemente, ameaçando levar a disputa a Organização Mundial do Comércio (OMC). Menem então cedeu e garantiu que as restrições as têxteis não se aplicariam na região do MERCOSUL.

No entanto, a crise entre os dois países serviu para arrefecer o comércio no bloco. Em 1999 as exportações foram de US\$ 22 bilhões, enquanto que em 1997 tinham sido de US\$ 28,8 bilhões. Isso explica a queda abrupta na balança comercial brasileira com Argentina observada entre 1999 e 2002, segundo dados do MDIC. A Argentina diminui drasticamente seu volume de compras, agravada mais ainda depois da crise de 2001. Essa situação culminou com a criação de um grupo de trabalho que teria como função coordenar as políticas macroeconômicas e propor medidas para elevar o nível de comércio no bloco, haja vista que as exportações brasileiras ao Paraguai e Uruguai também diminuíram.

Menem, porém, continuou a tensionar as relações por outras vias. Ele continuava a insistir no ingresso da Argentina na OTAN. Algo que poderia ser um contraponto as intenções do Brasil de ingressar no Conselho de Segurança da ONU. O Brasil afirmou que tal atitude era prejudicial ao MERCOSUL, já que alterava os mecanismos de consulta prévia no âmbito regional. Em 1999, o governo argentino chegou a oferecer uma região aos militares norte-americanos nos bosques da província de Misiones para que os *mariners* pudessem treinar situação de guerra em florestas tropicais, pois planejavam uma invasão militar a Colômbia com o pretexto de combater o narcotráfico e a guerrilha das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). Na prática seria uma base norte-americana em solo argentino, mas na realidade havia muitos empecilhos para a penetração física dos militares estadunidense em território argentino. O primeiro deles era de ordem constitucional, já que a constituição argentina não permitia bases estrangeiras dentro do território nacional, assim a constituição teria que ser mudada. Algo que traria grande desgaste ao governo de um país, cuja economia apresentava sinais de recessão. Segundo que as forças armadas brasileiras interpretavam a

instalação de uma base norte-americana tão próxima a suas fronteiras como questão de segurança nacional, seria um “corpo estranho”. Isso poderia travar o desenvolvimento do próprio MERCOSUL.

No entanto, o que mais prejudicava o MERCOSUL era a crise pela qual passou a Argentina que a obrigou a impor taxas de importações, que não iam de acordo com os regulamentos do MERCOSUL, afim de aliviar seu saldo negativo na balança de pagamentos, aprofundada com a lei de conversibilidade. Além disso, o ministro da Economia, Domingo Cavallo fazia declarações desfavoráveis ao MERCOSUL alegando que a única maneira de torná-lo eficiente era criando uma verdadeira área de livre comércio, o que corroborava a ideia de que a Argentina entraria para o NAFTA. Entretanto, o próprio presidente da Argentina, Fernando de la Rúa contradizia seu ministro, reforçando a plena defesa do MERCOSUL e que a Argentina não tinha interesse de entrar no NAFTA. Essas contradições revelavam a delicada situação política da Argentina, na qual não se conseguia consenso sequer dentro do próprio governo.

O Brasil, diante da crise argentina, buscou dar-lhe apoio diplomático, posto que ele próprio, com a dependência econômica aprofundada, racionamento energético e vulnerabilidade financeira, sentia a crise argentina em seu território por via da retração de suas exportações, apesar da maxidesvalorização do real. A ajuda para salvar o capitalismo argentino veio através de carta escrita ao presidente norte-americano George W. Bush, ao ministro britânico Tony Blair e a os chefes de estados, na qual se perguntava: “A Argentina fez tudo o que pediram? Agora vai ser punida?”. A pressão funcionou e o FMI liberou um empréstimo de US\$ 8 bilhões para a Argentina. Os Estados Unidos não poderiam deixar um de seus maiores aliados na América do Sul quebrar, isto significaria prova inequívoca de que sua política neoliberalizante fracassara. Ela já dava sinais de exaustão ao aprofundar a desigualdade social no continente, a não reduzir a pobreza e a não promover o crescimento econômico.

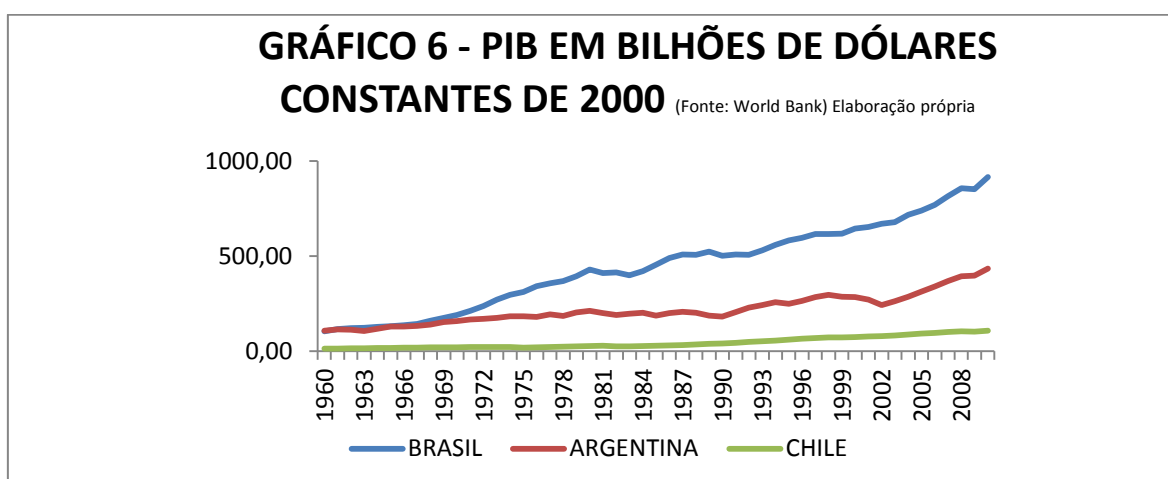
De fato a crise argentina configurava-se como o desfecho trágico de suas “relações carnavais” com os Estados Unidos. Milhares de pessoas ocupavam as ruas de Buenos Aires, outros tantos se concentravam na Playa de Mayo manifestando repúdio as políticas de corte fiscal para sanar o problema da dívida argentina. Desse modo Cavallo desvalorizou o peso para exportações.

Entretanto a crise na Argentina só recrudesceu, Cavallo como uma medida para conter a grande fuga de capitais anunciou a retenção dos depósitos bancários e limite à retirada de dinheiro. Isso aprofundou a recessão econômica, reduziu as vendas do comércio e a fúria

social agrandou-se. Milhares foram às ruas em protestos pacíficos e violentos. De la Rúa e Cavallo tiveram que renunciar. Saá, governador da província de San Luis foi designado presidente pelo Parlamento. Ficou apenas uma semana no cargo, mas nesse curto tempo decretou a moratória da dívida. O senador Duhalde foi escolhido presidente pela Assembleia Legislativa, cargo que ocuparia até as eleições de 2003. Ele rompeu com a conversibilidade, o que permitiu o restabelecimento das relações com o Brasil no que diz respeito as tensões originadas das diferenças cambiais e das “relações carnavais” com os EUA. O novo ministro Carlos Ruckauf assinalou que a Argentina agora era “poligâmica”.

5 CONCLUSÃO

Com o rompimento da estrutura neoliberal na Argentina, a economia argentina retomou o ritmo de crescimento. Seu PIB per capita em 2002 decaiu para níveis próximos aos de 1989 e só voltou aos patamares de 1998, o mais alto da série histórica, em 2008, pouco antes da crise. O PIB de 1998 só foi superado em 2005. No gráfico que se segue o Chile é demonstrado como comparação.



Em relação ao comércio exterior entre os dois países, Brasil e Argentina, sofreu-se um tremendo baque como pode ser visto na tabela abaixo. Quando se observa o ano de 2002 as exportações brasileiras para a Argentina reduziram-se em 53,16%, enquanto as exportações chegaram a -23,57%, portanto o fluxo de comércio foi o pior do período, ficando em 7,09 bilhões. Outro dado que é relevante observar é como diminuiu a participação do mercado argentino nas exportações brasileiras. Novamente o pico foi em 1998, com a Argentina absorvendo 13,2% das exportações brasileiras, porém em 2002 a queda vertiginosa chegou a 9,32 p.p., atingindo 3,88%. Depois a participação estabilizou-se em 8%.

TABELA 1 - INTERCÂMBIO COMÉRCIAL BRASIL E ARGENTINA: FONTE MDIC

	Exportações			Importações			Saldo	
	US\$ (FOB)	Var %	Par. %	US\$ (FOB)	Var%	Par. %	US\$ (FOB)	Movimentação
1998	6.748.203.941	-0,31	13,20	8.023.468.113	1,04	13,89	-1.275.264.172	14.771.672.054
1999	5.364.140.489	-20,51	11,17	5.812.211.301	-27,56	11,79	-448.070.812	11.176.351.790
2000	6.237.684.373	16,28	11,32	6.843.231.619	17,74	12,25	-605.547.246	13.080.915.992
2001	5.009.810.224	-19,68	8,60	6.206.537.463	-9,30	11,16	-1.196.727.239	11.216.347.687
2002	2.346.508.274	-53,16	3,88	4.743.785.116	-23,57	10,04	-2.397.276.842	7.090.293.390
2003	4.569.767.654	94,75	6,24	4.672.610.523	-1,50	9,67	-102.842.869	9.242.378.177
2004	7.390.967.394	61,74	7,64	5.569.811.952	19,20	8,86	1.821.155.442	12.960.779.346
2005	9.930.152.936	34,36	8,38	6.241.110.029	12,05	8,48	3.689.042.907	16.171.262.965
2006	11.739.591.939	18,22	8,52	8.053.262.647	29,04	8,82	3.686.329.292	19.792.854.586

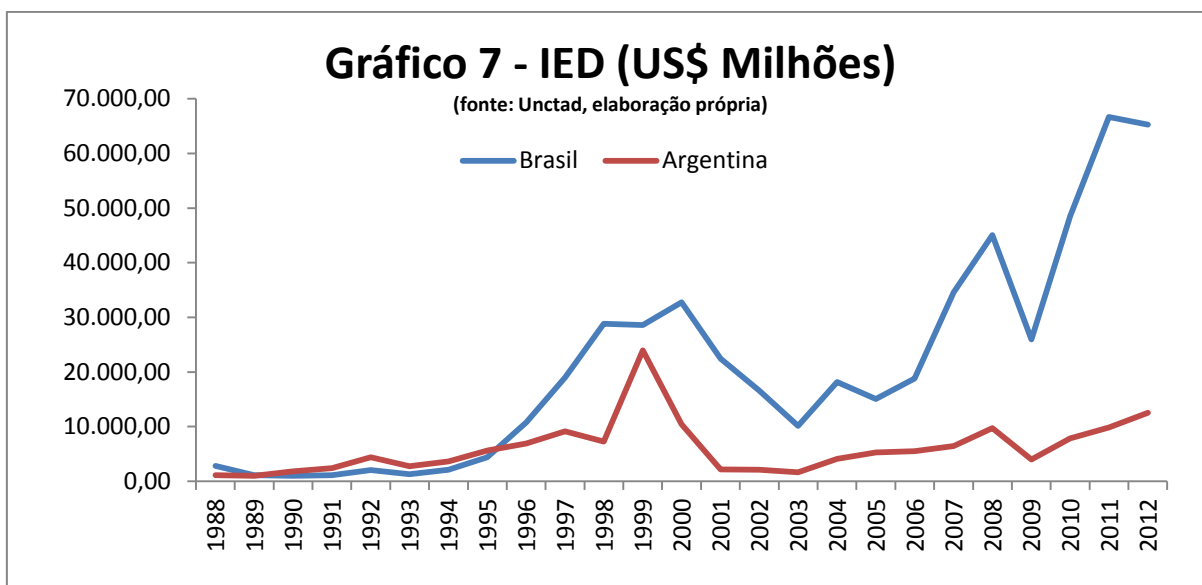
No que tange ao MERCOSUL é inegável que o comércio entre os dois países aumentou de maneira exponencial desde sua criação. Para que isso seja verificado expandi-se a tabela x para os anos anteriores a 1998.

TABELA 2 - INTERCÂMBIO COMÉRCIAL BRASIL E ARGENTINA: FONTE MDIC

	Exportações			Importações			Saldo	
	US\$ (FOB)	Var %	Par. %	US\$ (FOB)	Var%	Par. %	US\$ (FOB)	Movimentação
1989	722.114.851	---	2,10	1.238.680.770	---	6,78	-516.565.919	1.960.795.621
1990	645.139.867	-10,66	2,05	1.399.719.500	13,00	6,77	-754.579.633	2.044.859.367
1991	1.476.170.289	128,1	4,67	1.609.295.051	14,97	7,65	-133.124.762	3.085.465.340
1992	3.039.983.798	105,9	8,49	1.731.625.482	7,60	8,42	1.308.358.316	4.771.609.280
1993	3.658.779.257	20,36	9,49	2.717.266.437	56,92	10,76	941.512.820	6.376.045.694
1994	4.135.864.352	13,04	9,50	3.661.966.005	34,77	11,07	473.898.347	7.797.830.357
1995	4.041.135.877	-2,29	8,69	5.591.392.742	52,69	11,19	-1.550.256.865	9.632.528.619
1996	5.170.031.615	27,94	10,83	6.805.466.613	21,71	12,76	-1.635.434.998	11.975.498.228
1997	6.769.401.758	30,94	12,78	7.941.275.826	16,69	13,29	-1.171.874.068	14.710.677.584

Percebe-se o aumento extraordinário no ano de 1991 das exportações brasileiras a Argentina (128,1%) e no ano seguinte (105,9%) bem como o aumento da participação das exportações brasileiras no mercado argentino. Interessante notar também como a Argentina sentiu a crise mexicana de 1994, o que fez com as compras argentinas diminuíssem em 2,29%, ao passo que as importações brasileiras oriundas da Argentina mantinham elevado ritmo de crescimento. Em 1995 foram de 52,69%.

Com o aumento do volume do comércio, a partir da criação do MERCOSUL e com as desregulamentações do mercado e dos fluxos de capitais, observa-se também o aumento dos investimentos estrangeiros diretos nesse período (gráfico x) e como consequência o aumento da participação do capital estrangeiro no comércio exterior desses países. Nesse sentido, a disputa pelo excedente torna-se cada vez mais oculta. Camuflam-se os verdadeiros donos desse excedente nos dados acima mostrados e em números da balança comercial. Tudo com um profundo caráter ideológico, definido aqui, como falseamento da realidade. O que de fato necessita ser observado é quem realmente detém esse excedente. E quando se faz essa análise verifica-se que a dependência externa aprofundou-se nesse período, que a matriz produtiva não foi alterada, que as contradições se enraízam e de tempos em tempos explodem em crises cada vez mais severas, como a de 2001, na Argentina.



Desses investimentos estrangeiros diretos uma elevada fração entrou para financiar as privatizações do período

Além das privatizações temos tido um grande volume de fusões e aquisições no próprio setor privado. Essas desnacionalizações da economia, ainda que possa representar ganhos de produtividade e aumento da capacidade de investimentos nas referida empresas, também representam direitos contra o país para a remessa futura de divisas, pressionando o déficit na conta de serviços. Os investimentos efetivamente novos estão em patamar bem inferior, ou seja, cerca de 25% do total de investimentos externos diretos em 1998. (MERCADANTE, 1998)

Fato notório a se observar é que durante o governo Lula e Dilma os IED continuam chegando, o que põe em cheque a tese de que houve uma ruptura no paradigma neoliberal da década anterior. Na Argentina, os fluxos de investimento estrangeiros começaram um pouco antes. Nota-se que entre 1990 e 1994, ano do plano Real no Brasil, a Argentina recebia mais capital estrangeiro que o Brasil, já que as desregulamentações e a paridade no país vizinho iniciaram já no começo da década de 1990. Algo que não foi possível no Brasil devido ao acirramento político da época, com acusações de corrupções, que culminou com o impeachment de Collor.

Se as ditaduras militares das décadas anteriores serviram para acomodar o capital estrangeiro, a onda neoliberalizante das décadas de 1980 e 1990 serviu para expandir a escala de realização desse capital, dentro das próprias economias latino-americanas, haja vista que o

projeto maior pan-americanista, a ALCA, não conseguiu ser aprovado. Mas será que a vitória do Mercosul foi realmente uma alternativa?

Observemos as 10 principais empresas exportadoras do Brasil à Argentina no início do século XXI, período, no qual as discussões sobre a Alca se acirraram.

TABELA 3 – DEZ MAIORES EMPRESAS EM TERRITÓRIO NACIONAL EXPORTADORAS À ARGENTINA (2001 – 2012)

2001

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA
Entre US\$ 10 e 50 milhões	STAREXPORT TRADING S.A

2002

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	MONSANTO NORDESTE S.A.
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Entre US\$ 10 e 50 milhões	ABALCO SA
Entre US\$ 10 e 50 milhões	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE
Entre US\$ 10 e 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Entre US\$ 10 e 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Entre US\$ 10 e 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Entre US\$ 10 e 50 milhões	COPEL-CIA PETROQUIMICA DO SUL
Entre US\$ 10 e 50 milhões	SAMARCO MINERACAO S/A

2003

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MONSANTO NORDESTE S.A.
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	JOHN DEERE BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A

2004

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL LTDA. - INDUSTRIA DE VEICULOS AUTO
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	JOHN DEERE BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A

2005

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A

2006

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

2007

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 100 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 100 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 100 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 100 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 100 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 100 milhões	DAIMLERCHRYSLER DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 100 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 100 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 100 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 100 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

2008

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

2009

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO ENERGETICA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S A
Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

Acima de US\$ 50 milhões

MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA

2010

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	CIEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO ENERGETICA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA

2011

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Acima de US\$ 50 milhões	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES

2012

Faixa	Empresa
Acima de US\$ 50 milhões	RENAULT DO BRASIL S.A
Acima de US\$ 50 milhões	VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES
Acima de US\$ 50 milhões	TOYOTA DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA.
Acima de US\$ 50 milhões	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	FIAT AUTOMOVEIS SA
Acima de US\$ 50 milhões	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Acima de US\$ 50 milhões	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA

Fonte: MDIC. Obs.: Empresas que se repetem são empresas com mais de uma sede nacional.

Como se pode observar das 120 maiores empresas exportadoras para a Argentina listadas acima, durante o período de 2001-2012, apenas oito delas têm capital nacional predominante, ou seja, pouco mais de 6,66%. Isso significa dizer que 93,34% delas são multinacionais. É a reafirmação, agora a partir da década de 1990, mais uma vez, da dependência e de uma economia, na qual a cessão profunda entre a produção e a realização do valor opera.

Isso colocará a partir de certo momento (que se define nitidamente em meados da década de 1960) a necessidade de expansão para o exterior, isto é de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o mercado mundial. A exportação de manufaturas, tanto de bens essenciais quanto de produtos supérfluos, converte-se então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afligem. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (MARINI, 2005, p. 179).

O ano que se verificou maior participação de empresas nacionais foi justamente o ano de 2002, logo após a grande crise argentina, período, no qual o fluxo de investimento estrangeiro direto diminuiu bruscamente. No ano de 2009, período também posterior a uma crise, as empresas nacionais aumentam sua participação nas exportações à Argentina. Em 2014, certamente haverá alterações na tabela, haja vista que a Argentina restringirá as importações de veículos automotores no primeiro semestre de 2014³⁹.

Chama atenção a tendência a concentração dos valores na faixa acima de US\$ 50 milhões ao longo do período e também o grande predomínio de empresas de veículos automotores. Em 2012 todas as maiores empresas exportadoras para a Argentina são montadoras, por exemplo. Com produção excedente cada vez maior, essas empresas precisam exigir dos governos dos países dependentes políticas de exportação, sob pena de perderem sua lucratividade, como já exposto aqui. O MERCOSUL se tornou o grande escoadouro desse excedente. Assim, a lucratividade dessas empresas e a manutenção dos preços em patamares elevados mantêm-se elevados.

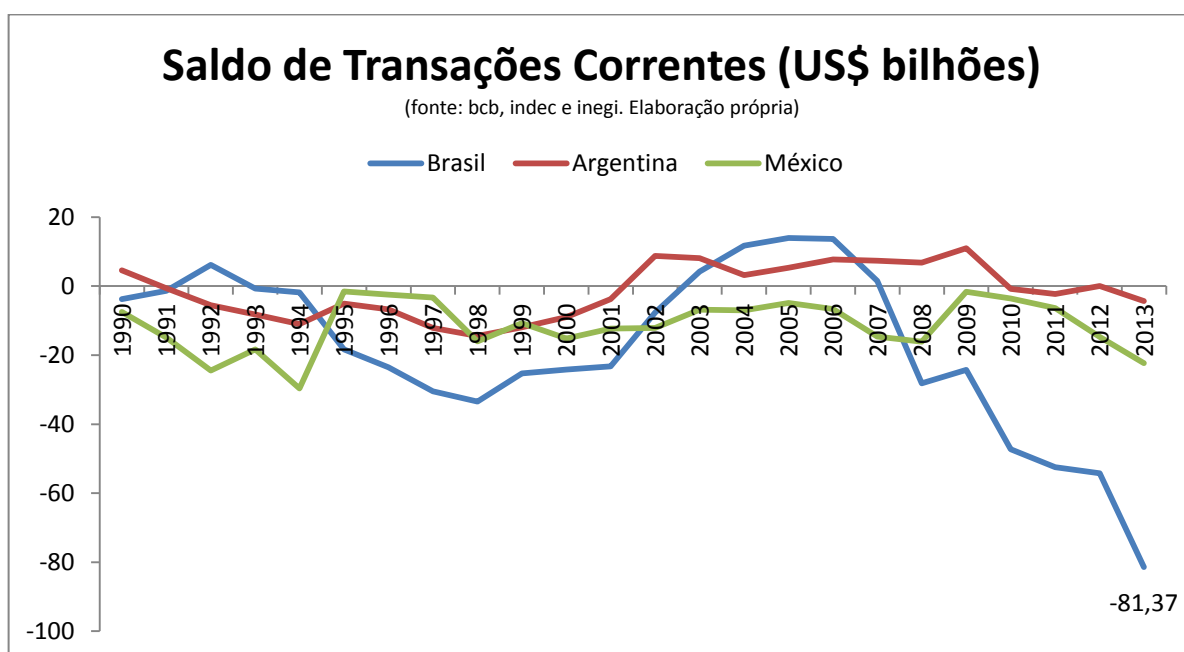
Os macromercados, como o NAFTA e o Mercado Comum Europeu, em menor escala o MERCOSUL, e outras experiências similares, são parte

³⁹ Valor Econômico de 13 de dezembro de 2013

dessas novas exigências de regionalização da produção e do comércio exterior, associadas a centralização e concentração crescente do capital, da acumulação financeira e do progresso técnico (CHESNAIS, 1994).

Como consequência desse predomínio das multinacionais no comércio exterior brasileiro com a Argentina pode se observar as contradições desse movimento na economia do Brasil. Essas 120 empresas, das quais 112 têm sedes em outros países, são as reais detentoras do excedente comercial brasileiro com a Argentina. Tal análise pode ser ampliada também para toda a região da América Latina.

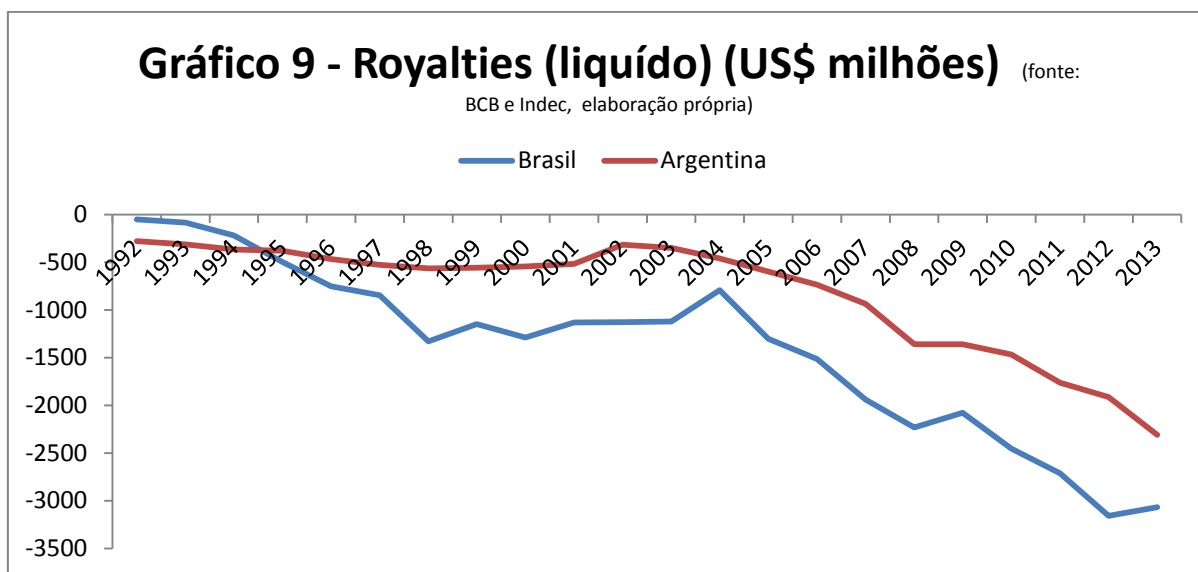
Desse modo, o processo de integração ao qual foi submetida forjou uma contradição fundamental: o próprio capital internacional que capitaliza os países da América Latina, descapitaliza-os. As saídas de recursos por meio das remessas de lucros e dos pagamentos de royalties, entre outros serviços, cria déficits no saldo de transações correntes desses países, que necessitam ser financiando por mais capital internacional, através do endividamento. Para pagar os encargos da dívida os países precisam de mais investimento estrangeiro, que novamente descapitaliza-os e mais uma vez, terão que recorrer a novos endividamentos. As consequências desse ciclo vicioso podem ser vistas nas elevadas taxas de juros, com suas consequências para o setor produtivos, que esses países se veem forçados a pagar, a fim de atrair novos capitais, bem como na imensa quantidade de recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida, parte obtida por mais endividamento externo, parte obtida por meio da elevação da carga tributária, sufocando ainda mais os mais pobres. Recursos que poderiam ser destinados ao bem-estar da população. Em suma, aprofunda-se a dependência.



O gráfico acima demonstra o saldo de transações correntes deficitários do Brasil e do México. No caso argentino, as políticas de retenção do excedente adotadas pelo governo depois de 2002 conseguiram manter saldos positivos nas transações correntes, fundamental saída para a traumatizante crise de 2001. Entretanto, como já exposto, essas retenções não solucionam o problema, já que o país passa a ser descapitalizado por outras vias, a medida que não rechaça o interesse mercantil. A Argentina fica a deriva, o investimento estrangeiro direto é domado em partes, mas continua a entrar; o saldo em transações correntes aumenta, mas não é suficiente. A economia ainda permanece com profundas distorções, descapitalizada e a beira de uma crise, devido a incapacidade de contrair novas dívidas. Eis o resultado do modelo de integração pan-americano comercialista: aprofundamento da dependência, desajustes econômicos, mazelas sociais e evasão de recursos.

Para o caso mexicano, percebe-se o efeito do NAFTA em sua balança comercial. Depois do acordo país jamais obteve superávit nesta rubrica. Foi um dos países da América Latina que a taxa de pobreza não diminui, permanece a mesma de 1994, assim com o salário real. Ademais o ritmo de crescimento da renda per capita diminui, passou de 98,7% entre o período de 1960 a 1980 para apenas 18,6% entre 1993 e 2013.

No Brasil, os superávits verificados entre 2002 e 2008 representam o período, no qual o preço dos produtos agrícolas estava elevado, devido a forte demanda chinesa. Sendo o Brasil, e também a Argentina, grandes exportadores dessas mercadorias, eles conseguiram apresentar superávits cíclicos no saldo de transações correntes. Porém, nota-se que esse “boom” dos produtos agrícolas apenas reforçou a divisão internacional do trabalho, a qual põe a América Latina num papel secundário. O grande volume de excedente entrando no Brasil e na Argentina não serviu para diversificar o parque industrial e torná-lo mais nacional. Os excedentes continuaram saindo por outras vias. Observa-se, por exemplo, o pagamento líquido de royalties, índice chave para entender a dependência tecnológica e industrial dos países



Com esse gráfico pode-se observar que ao longo da década de 2000 aprofundou-se a dependência tecnológica e industrial do Brasil e da Argentina. De 2001 a 2013 o pagamento de royalties aumentou 174% no Brasil e 346% na Argentina, mais que na década anterior, ou seja, aprofundou-se a desnacionalização da economia nos setores onde há maior densidade tecnológica. Reforçou-se o caráter agrícola das duas economias.

Se há algum vencedor nesse processo de integração Brasil e Argentina, esses vencedores são as montadoras multinacionais de automóvel, a ponto de o vice-presidente da FIAT afirmar no fim da década de 1970

Nós acreditamos que a indústria automotora na América Latina encontrará uma solução em todos os países quando exista uma real possibilidade de integração industrial. Há que se aceitar que certas produções são transnacionais (AGNELLI *apud* JUSTO, 1978, p. 148).

Assim, a afirmação a seguir feita por Libório Justo há mais de 30 anos, antes do surgimento do MERCOSUL vem a calhar na situação atual.

O Mercado Comum Latino-americano é a panaceia para a solução dos problemas de nossos países? A realidade dos fatos mostra que os Estados Unidos, que obstaculizaram sempre toda a possibilidade de unidade política dos mesmos e desde que os fez entrar no redil da União Pan-americana (logo transformada em Organização dos Estados Latino-americanos), não lhes permitiu nunca entender-se entre si sem sua presença dominante (...) usará o mercado comum para benefício de suas indústrias, aproveitando os baixos salários, os preços das matérias-primas e para evitar maior contaminação ambiental em seu território. E ao mesmo tempo, trata de

fomentar a divisão internacional do trabalho, para diversificar e assegurar a produção destinada a essas novas necessidades (...). O mercado comum pode chegar a ser um instrumento conveniente para que as companhias [multinacionais] controlem mercados mais amplos e contem com uma maior esfera de influência para cada investimento (JUSTO, 1983, p. 150).

Portanto, o MERCOSUL que na teoria deveria servir para a construção de um modelo de integração que beneficie os povos da América Latina, acelerando o melhoramento das condições de vida da população, na prática se transformou num meio de protecionismo para as multinacionais, sejam europeias, asiáticas ou estadunidenses. As asiáticas e europeias em menor escala, devido a sua fraqueza estratégica na América Latina. Para exemplificar, em abril de 2014 o MERCOSUL, organismo que deveria defender os interesses nacionais de seus países membros, assinou um acordo comercial de livre comércio com a União Europeia, com o intuito de ampliar a oferta de bens e a concorrência na zona do MERCOSUL, ao diminuir o poder relativo dos Estados Unidos, mas o acordo resultará num fortalecimento das empresas transacionais em território latino-americano e inevitavelmente em mais um passo rumo ao abandono das indústrias nacionais, num reforço a divisão internacional do trabalho e, por consequência, ao empobrecimento da população. Além disso, haveria estímulos para que a produção da indústria europeia volte a suas matrizes, já que as barreiras alfandegárias se reduziria, o que diminuiria o próprio investimento estrangeiro direto no MERCOSUL, que nos marcos do modelo de capitalismo adotado pelos países da América pressionaria ainda mais a balança de pagamentos. Soma-se a isso o aprofundamento do déficit comercial de produtos indústrias que se veria na zona do MERCOSUL, com especial impacto a indústria de bens de capital. Também, notadamente o Brasil e a Argentina, teriam que buscar maior liberalização do protegido mercado agrícola europeu, como uma maneira de compensar o aprofundamento dos déficits comercial. Demais potências questionariam o acordo do MERCOSUL – União Europeia, como os Estados Unidos, China e o Japão, pediriam por outros acordos de liberalização, o que aprofundará ainda mais a debilidade do MERCOSUL.

De modo definitivo, desde a Operação Pan-Americana lançada em 1958 a qual tinha por objetivo inundar a América Latina de capitais estadunidenses, sobre o manto da promoção do desenvolvimento, até os dias atuais, a América Latina, com poucas exceções, vem sendo relegada a função de garantir a sobrevivência do capital mundial em detrimento de sua própria sobrevivência, e faz isso ao alienar sua soberania. Os regimes militares no Brasil e na Argentina aprofundaram essa tendência, tornando-a plano de governo; e, na década de 1990, o plano Real, no Brasil, e a lei de conversibilidade, na Argentina, reforçaram-na.

Para tanto, as empresas multinacionais cumprem um importante papel, ao apoderar-se dos recursos naturais dos países dependentes e ser praticamente a única beneficiária; ao pressionarem a balança de pagamentos e perpetuarem a dependência por mais capital estrangeiro; ao reduzirem a autonomia que os países possuem sobre suas políticas econômicas, tanto fiscal, monetária, cambial, comercial, que passam a servir aos interesses do capital internacional; ao controlarem o acesso a tecnologia dos países da América Latina, limitando a adaptar algumas técnicas de produção, bem como em modestas pesquisas; e ao interferirem no próprio processo político desses países dependentes.

Destarte a empresa multinacional

Está integrando o processo de produção e circulação dentro delas mesmas, não só a nível nacional, mas também internacional. Ela superou os mercados e também as fronteiras. Está alcançando o mais alto grau de socialização das atividades produtivas, ao mesmo tempo em que concentram ao máximo a mais-valia que produz ditas atividades, na mão de uma pequena minoria de capitalistas nos países imperialistas. A produção se torna cada vez mais social e internacional, mas a apropriação continua sendo privada e nacional (CHUDNOWSKY *apud* JUSTO, 1983, p. 61).

Diante desse cenário, a nova etapa do capitalismo originada a partir do movimento massivo de exportação dos capitais ao redor do mundo não cria novos centros capitalistas, como aconteceu em épocas anteriores, no século XIX, apenas cria e aprofunda novas contradições. As velhas relações sociais nos países com desenvolvimento, capitalista atrasado são alteradas de maneira brusca, porque para impor a valorização do capital em todos os cantos do mundo não basta exportar capital, antes de tudo, é necessário impor relações capitalistas de produção, é necessário separar o homem de seus meios de produção e concentrá-los numa indústria. Isso é feito sempre de acordo com os interesses que regem o capitalismo nas economias mais avançadas. Desse modo, o capitalismo não se desenvolve de maneira isolada nas diversas partes do mundo, é imposto e cada vez de maneira mais contraditória às relações sociais que agem nas economias atrasadas. Por isso, concluía Theotônio dos Santos, “a solução exige um salto dialético rumo a um novo sistema econômico social, que leve ao socialismo, e não a um capitalismo mais desenvolvido”. A única forma de desenvolvimento possível para as economias periféricas, nos marcos do capitalismo, é um modelo dependente, e no caso brasileiro de caráter subimperialista, que aprofundará a lei geral da acumulação capitalista, isto é, riqueza de um lado e pobreza de outro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho cabe aqui abordar dois temas. O primeiro deles é sobre de que maneira se processa a transferência de valores nas economias mundiais, porque é desse modo que se configura a dependência econômica; e o segundo se atreve a começar um debate acerca de modelos alternativos de integração, modelos capazes de superar o subdesenvolvimento atual.

1) As economias dependentes não tem controle sobre seus fluxos de capitais, assim o que se desenha é uma transferência de excedente econômico, no qual os países dependentes saem perdendo, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e royalties. Essas transferências ocorrem na essência a partir das diferenças de produtividade entre as economias dependentes e avançadas. Como a produtividade nos países centrais é maior do que nos países dependentes, ou seja, no centro se produz uma mercadoria com um tempo de trabalho menor que nos países dependentes, opera, numa mesma esfera de produção, um fluxo de mais-valia da periferia ao centro, coordenado pela concorrência entre os capitais externos e internos. Em esferas de produção distintas, a concorrência fará com que os capitais flutuem entre os vários setores produtivos até que as taxas de lucro se igualem. Porém, a concorrência é obstaculizada, haja vista que os países centrais detêm grande parte da produção de mercadorias com alta densidade tecnológica, que exigem maior conhecimento técnico. Isso permite com que esses países conseguiram vender suas mercadorias ao redor do mundo com preços maiores dos que aquele que seriam praticados, caso as taxas de lucros pudessem se igualar.

Quando as mercadorias que são monopólios dos países centrais passam a ser produzidas nas economias dependentes com técnicas importadas dos próprios países centrais, o mesmo mecanismo descrito acima provocará inflação no interior dessas economias e a inflação será maior tanto maior for a diferença entre o valor da mercadoria produzida pelas multinacionais e o valor das demais mercadorias similares produzidas na economia dependente, visto que o preço é fixado pelo capital menos produtivo.

Dessa forma aprofunda-se ainda mais a transferência de valor e o nível do aumento de preços é dado pela diferença entre o grau de internacionalização de uma economia e o nível de produtividade anteriormente já obtido e disseminado, caso o câmbio não seja fixo. Esse

fenômeno explica porque a inflação na Argentina, com níveis de produtividade inferior é mais elevada que no Brasil.

2) O modelo de integração latino-americano, especialmente entre Brasil e Argentina a partir de 1990, coordenado pelas multinacionais, e posto em prática desde cima e desde fora avigora o mecanismo excludente de transferência de valor.

Para contrapor-se a essas tendências, o mais fundamental é escrever um novo modelo, um novo plano de nação, capaz de reorganizar a produção, de modo que os países da América Latina se voltem para si mesmos, reconheçam-se como protagonistas de sua própria história. Sobre isso escreveu Liborio Justo

O desenvolvimento industrial do Brasil é como um enxerto estranho, que não corresponde a sua evolução interna, mas sim a um processo imposto desde fora e desde cima. O país fica sempre subdesenvolvido, com uma plataforma de exportação que não é sua, nem produz para satisfazer as suas necessidades de país, quando muito, de modo secundário, fazendo-o para explorar as vantagens que o meio físico, econômico e social oferece aos donos do capital estrangeiro que ali se estabelece (JUSTO, 1983, p. 134).

O papel do processo de integração nessa etapa, que se realizará de abaixo e de dentro, de maneira crítica e original, sem a importação de esquemas vindos de outras regiões do mundo, é o de funcionar como uma alternativa ao imperialismo das grandes potências, especialmente dos Estados Unidos. Será sucedido se for eficiente em montar estruturas que garantam a soberania dos Estados Nacionais, a partir do gerenciamento de unidades autônomas de decisão e na medida em que conseguiram também radicalizar o processo democrático, isto é, dar protagonismo popular direto a integração.

O Brasil e a Argentina, por seus tamanhos e pesos econômicos e ao entender que não existem alternativas de pleno desenvolvimento dentro da atual ordem econômica, terão que ser o pilar de sustentação dessa nova ordem.. Sem um entendimento entre os dois e a futura construção de uma unidade binacional, a fim de se obter uma unidade continental, os demais países pouco poderão fazer, dada a força desproporcionalmente colossal que há entre eles e o império ianque. Eles estarão sempre a mercê de revoltas e suicídios econômicos. A nova integração

Implica em um plano, e portanto, uma estratégia concebida como um corpo mais ou menos coerente de decisões, sobre um conjunto de opções

econômicas, sociais, políticas e ideológicas e culturais (KAPLAN *apud* JUSTO, 1983, p. 167).

Seguramente, há uma tremenda dificuldade política em se chocar de frente com os Estados Unidos, em se romper com o pan-americanismo, haja vista que os ianques se estabeleceram como o eixo transmissor de tecnologia no mundo. De fato não transmitem essa tecnologia, mas sempre existe a esperança nos governos na América Latina que um dia o façam. Ademais, todos os países atualmente mantêm fortes relações econômicas com os Estados Unidos, que por mais prejudiciais que possam ser em âmbito nacional, alguns setores, os mais poderosos das sociedades latino-americanas saem beneficiados. De tal maneira que existe um profundo caráter de classe na emancipação dos países da América Latina. A história mostra que os interesses das potências mundiais na região se vinculam fortemente aos oligopólios do setor exportador de minérios e produtos agrícolas, tanto na produção e na comercialização, e também ao setor que produz ao mercado interno, através das filiais das multinacionais. Assim, governos com vinculações mais populares, mais afeitos a democracia de massa, buscam com mais afinco a integração latino-americana desde dentro e de abaixo, aí reside a importância do protagonismo popular no novo processo de integração latino-americana.

Dessa maneira, compreender os limites do processo atual de integração é essencial. Evidentemente, que o capital conseguiu contra arrestar muitas das tendências revolucionárias observadas por Engels no início deste trabalho, na medida em que os governos dos países dependentes cedem ao capital internacional grandes partes não só de seu mercado consumidor, mas de seu mercado de trabalho. No entanto, a questão social permanece e ressurgiu sobre outros matizes mais profundos, a garantia de trabalho, não significa a garantia de uma vida digna na periferia do sistema. Por isso a importância fundamental da classe trabalhadora.

Os trabalhadores, enquanto classe, no processo de exportação do capital, funcionam como o grande contraponto a força insaciável do lucro. São eles o elemento que buscará conter os excessos do grande capital, e ao mesmo tempo, que o fazem, armam um equilíbrio entre os Estados-nações e as empresas multinacionais, de modo a apaziguar suas contradições. Seus sindicatos, sendo fortes, podem realizar o papel de puxar a força de trabalho para o lado do bem-estar do homem, pois esta categoria tem nas multinacionais seu empregador mais impessoal e influente, configurando-se seu acérrimo antagonista, mas que sem o qual são impossibilitados de valorar qualquer capital.

Por fim, diante desse reajustamento, para tornar o sistema mais equitativo, mecanismos de compensações comerciais, tão livres do dólar na medida do possível, terão que ser criados a fim de contrabalançar a força entre os países do novo bloco. Também, e mais fundamental, há que se criarem meios de se manter o excedente que é produzido na América Latina dentro de suas fronteiras, já que é justamente por isso que os países latino-americanos encontram-se em posição subdesenvolvida, e não porque há falta de capitais nessas economias.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino-americano. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. O Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf Acesso em setembro de 2013

CARVALHO, Pedro. O Processo de Concentração e Centralização do Capital. 2012. Disponível em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/317/Economia/685/> Acesso em agosto de 2013.

CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DA SILVA, Maicon Cláudio. Las exportaciones brasileñas en las últimas dos décadas y el desarrollo nacional: ¿estamos en el camino correcto?. In: I Congreso de Estudiantes Latinoamericanos de Economía (CELEC), Santiago do Chile, 2011.

DOS SANTOS, Theotônio. Imperialismo e Corporações multinacionais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____, _____. Integração Regional & Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ESTAY, Jaime. El Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (ALCA), la integración latinoamericana y los retos para una inserción internacional alternativa. In: Revista Realidad Económica Bs.As. (Arg) núm. 178 febrero-marzo de 2001. Disponível em: <http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/iade/realcon/178.pdf> Acesso em: Setembro de 2013.

FRANK, André Gunder. América Latina: Subdesarrollo o revolución. Buenos Aires: Era, 1976.

JUSTO, Liborio. Argentina y Brasil en la integración continental. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina S.A, 1983.

KARAM, Leonel Côrrea. Multinacionais e dependência / Um desafio a liberdade. Rio de Janeiro, 1980.

LERDA, Juan Carlos. Globalização da Economia e Perda da Autonomia das Autoridades Fiscais, Bancárias e Monetárias. In: O Brasil e a Economia Global

LIST, Friedrich; HODGSKIN, Thomas. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

_____, _____. Dialética da Dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, _____. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____, _____. Crítica a Economia Nacional. In: Economia Nacional e Economia Política.

_____, _____. O Capital: Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MERCADANTE, Aloizio. Plano Real e o neoliberalismo tardio. In: O Brasil pós-Real: A política econômica em debate. São Paulo: Unicamp, 1998.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Eixo Argentina-Brasil. O Processo de Integração na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

_____, _____. Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e Integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTECINOS, J. L. V. Integração latino-americana e a iniciativa Bush. In: São Paulo em Perspectiva: São Paulo, 1991. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n03/v05n03_06.pdf

TAVARES, M. C. Desajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

UNCTAD. World Investment Report 2013. ONU. Disponível em: http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/wir2013_en.pdf Acesso em outubro de 2013

VALOR ECONÔMICO. São Paulo: Globo, 2001-. Diário. 13 de dezembro de 2013.

ZAIAT, Alfredo. Economía a Contramano. Buenos Aires: Planeta, 2012.